



**UNICAMP**

Número: 145/2011  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**CLAYTON GOMES ILARIO**

REGIÃO AGRÍCOLA COMPETITIVA E LOGÍSTICA NO OESTE BAIANO

Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia, Análise Ambiental e Dinâmica Territorial.

**Orientador:** Prof. Dr. Ricardo AbidCastillo

**CAMPINAS - 2011**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR  
CÁSSIA RAQUEL DA SILVA – CRB8/5752 – BIBLIOTECA “CONRADO PASCHOALE” DO  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
UNICAMP

IL1r Ilario, Clayton Gomes, 1985-  
Região agrícola competitiva e logística no oeste baiano  
/ Clayton Gomes Ilario– Campinas,SP.: [s.n.], 2011.

Orientador: Ricardo Abid Castillo  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de  
Campinas, Instituto de Geociências.

1. Competitividade. 2. Logística. 3. Commodities.  
4. Agricultura - Bahia I. Castillo, Ricardo Abid, 1963- II.  
Universidade Estadual de Campinas, Instituto de  
Geociências. III.Título.

Informações para a Biblioteca Digital

**Título em inglês:** Logistic and competitive agricultural region in the West Bahia.

**Palavras-chaves em inglês:**

Competitive

Logistic

Commodities

Agricultural – Bahia

**Área de concentração:** Análise Ambiental e Dinâmica Territorial

**Titulação:** Mestre em Geografia.

**Banca examinadora:**

Ricardo Abid Castillo (Presidente)

Regina Célia Bega dos Santos

Samuel Ribeiro Giordano

**Data da defesa:** 25-08-2011

Programa de Pós-graduação em Geografia



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**AUTOR:** Clayton Gomes Ilário

“Região Agrícola Competitiva e Logística no Oeste Baiano”

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Ricardo Abid Castillo

Aprovada em: 25 / 08 / 2011

**EXAMINADORES:**

Prof. Dr. Ricardo Abid Castillo

\_\_\_\_\_ - Presidente

Profa. Dra. Regina Célia Bega dos Santos

Prof. Dr. Samuel Ribeiro Giordano

Campinas, 25 de agosto de 2011



*A minha família e amigos, dedico.*



*“Desde o princípio dos tempos, a agricultura comparece como uma atividade reveladora das relações profundas entre a sociedade e seu entorno.” (Milton Santos).*



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus e aos meus pais Antonio e Maria e aos meus irmãos Vander, Kleber e Fernanda por me darem a base necessária para a realização deste trabalho.

Ao meu Orientador, Professor Doutor Ricardo Castillo que nestes anos de dedicação contribui decisivamente para a minha formação como Geógrafo.

Aos meus amigos do Grupo de Pesquisa Ferrovias, Território e Sociedade, Vitor Vencovsky, meu co-orientador que através de seus conhecimentos me auxiliou no desenvolvimento desta pesquisa, ao Paulo Westerman e ao Vanderlei Braga pelas valiosas discussões em nossas reuniões.

Aos meus amigos e colegas presentes ao longo desses anos de estudos na Pós-Graduação, entre eles: Alexandre, Paula, Ana Isabel, Ana Carolina, André, Viviane, Marina, André Luís, Cláudia, João Humberto e Vanessa.

Em especial aos meus grandes amigos, Daniel Luis Storani que sempre esteve ao meu lado me auxiliando durante todo o Mestrado, Majore Moraes Souza minha mentora intelectual e minha primeira orientadora. A todos, o meu mais sincero agradecimento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

A todos os professores do Instituto de Geociências, em especial Professor Dr. Archimedes Perez Filho, Professora Dra. Maria Tereza Duarte Paes e minha amiga Professora Dra. Claudete de Castro Silva Vitte.

Aos funcionários em geral, em especial, Valdirene e Gorete da secretária de Pós-Graduação, Josefina, Aníbal e a Creuza grande amiga e excelente secretária do Departamento de Geografia que muito me auxiliou nestes longos anos.

À Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo – FAPESP, pelo apoio financeiro com a bolsa de mestrado.

À família de João Pio de Jesus pela grande ajuda durante os campos no Oeste Baiano.



## SUMÁRIO

ÍNDICE DE FIGURAS.....	xiii
ÍNDICE DE FOTOS .....	xiii
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	xiii
ÍNDICE DE QUADROS .....	xiv
ÍNDICE DE TABELAS.....	xv
ABREVIATURAS E SIGLAS .....	xv
RESUMO.....	xix
ABSTRACT .....	xxi
INTRODUÇÃO.....	1
<b>CAPÍTULO 1- O DESENVOLVIMENTO DO OESTE BAIANO E A CONSOLIDAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MODERNA E INTENSIVA.....</b>	<b>7</b>
1.1 O Desenvolvimento do Agronegócio no Oeste Baiano.....	7
1.1.1 Barreiras: O início nas margens do Rio Grande à agricultura científica e globalizada.....	8
1.1.2 São Desidério e a produção de grãos.....	13
1.1.3 Luís Eduardo Magalhães: a especialização para o agronegócio.....	14
1.2 Os espaços competitivos da produção: a evolução do agronegócio no Oeste Baiano .....	17
1.2.1 Centro de Pesquisas Agropecuária dos Cerrados (CPAC), atual EMBRAPA CERRADOS .....	21
1.2.2 II PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados .....	21
1.3 A estruturação fundiária no oeste da Bahia.....	24
<b>CAPÍTULO 2 - CONSOLIDAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL PRODUTIVA DO OESTE BAIANO .....</b>	<b>27</b>
2.1 Caracterização do espaço agrícola no Oeste Baiano: as Chapadas da agricultura empresarial intensiva e os vales da agricultura familiar .....	27
2.2 A produção de commodities agrícolas no Oeste Baiano.....	31
2.2.1 Histórico da produção .....	31
2.2.2 Insumos químicos e tecnológicos .....	36
2.2.3 Máquinas e Implementos .....	39
2.2.4 Assistência técnica especializada.....	40
2.2.5 Crescimento demográfico e urbanização recente e especializada .....	42
2.2.6 Terras a serem ocupadas .....	45
2.3 Fluidez Territorial do Oeste Baiano: dimensões técnica e política .....	47

<b>CAPÍTULO 3 - LOGÍSTICA E COMPETITIVIDADE REGIONAL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE <i>COMMODITIES</i> AGRÍCOLAS NO OESTE BAIANO .....</b>	<b>51</b>
3.1 Os circuitos espaciais produtivos no Oeste Baiano .....	51
3.1.1 O circuito espacial produtivo da Soja .....	52
3.1.2 O circuito espacial produtivo do milho.....	54
3.1.3 O circuito espacial produtivo do Algodão herbáceo.....	56
3.2 O rendimento da terra no Oeste Baiano .....	58
3.3 O sistema de armazenamento de commodities no Oeste Baiano .....	67
3.4 Planejamento e os investimentos públicos no Oeste Baiano: Uma análise dos planos municipal, estadual e federal em logística e transportes .....	72
3.4.1 PPA 2008 – 2011 do Governo Federal e o Oeste Baiano .....	73
3.4.2 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento .....	74
3.4.3 PNLT – Plano Nacional de Logística e Transporte .....	77
3.4.4 PPA 2008 – 2011 do estado da Bahia .....	78
<b>CAPÍTULO 4 - LÓGICA DAS REDES E LÓGICA DOS TERRITÓRIOS: A INTERAÇÃO ENTRE OS AGENTES E O CONFRONTO DE INTERESSES NO OESTE BAIANO .....</b>	<b>81</b>
4.1 Participação das tradings do agronegócio na produção de commodities no Oeste Baiano .....	81
4.2 Atuação das associações setoriais do setor agrícola e a competitividade no Oeste Baiano .....	86
4.3 A regulação do território e a busca da competitividade no Oeste Baiano .....	88
4.4 Agronegócio no Oeste Baiano: Revelando a produção de riquezas, escondendo a desigualdades .....	94
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>103</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>107</b>
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CONSULTADA .....</b>	<b>111</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>115</b>
Anexo 1 Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Área agrícola, 1984. ....	115
Anexo 2 Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Área agrícola, 1994. ....	116
Anexo 3 Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Área agrícola, 2004. ....	117
Anexo 4 Brasil, estado da Bahia, Microrregião de Barreiras, municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Soja: Área Plantada e Quantidade Produzida, 1990 – 2009. ....	118
Anexo 5 Brasil, estado da Bahia, Microrregião de Barreiras, municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Milho: Área Plantada e Quantidade Produzida, 1990 – 2009. ....	119
Anexo 6 Brasil, estado da Bahia, Microrregião de Barreiras, municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Algodão Herbáceo: Área Plantada e Quantidade Produzida, 1990 – 2009. ....	120

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.1</b> Municípios Pesquisados.....	07
<b>Figura 1.2</b> Hidrografia dos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério .....	09
<b>Figura 1.3</b> Vegetação dos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério .....	19
<b>Figura 1.4</b> Geomorfologia dos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério .	20
<b>Figura 2.1</b> Tipos de solos dos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério .	37
<b>Figura 2.2</b> Principais Associações Setoriais do Oeste Baiano.....	40
<b>Figura 2.3</b> Isoietas dos municípios Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério .....	45
<b>Figura 3.1</b> Circuito Espacial Produtivo da Soja no Oeste Baiano .....	52
<b>Figura 3.2</b> Circuito Espacial Produtivo do Milhono Oeste Baiano.....	54
<b>Figura 3.3</b> Circuito Espacial Produtivo do Algodão Herbáceo (Pluma)no Oeste Baiano.....	56
<b>Figura 3.4</b> Circuito Espacial Produtivo do Algodão Herbáceo (Caroço)no Oeste Baiano .....	57
<b>Figura 3.6</b> Principais rodovias do oeste baiano .....	76
<b>Figura 4.1</b> Proposta de criação do Estado do Rio São Francisco – PDC 631/1998.....	93

## ÍNDICE DE FOTOS

<b>Foto 1.1</b> Vista Panorâmica do município de Barreiras .....	13
<b>Foto 1.2</b> Vista do município de São Desidério.....	14
<b>Foto 1.3</b> Antigo posto Mimoso, atual posto Brasil, em Luís Eduardo Magalhães .....	15
<b>Foto 1.4</b> Rodovia BR 020, no município de Luís Eduardo Magalhães.....	17
<b>Foto 2.1</b> Propriedade Agrícola do Vale, município de São Desidério .....	30
<b>Foto 2.2</b> Propriedade Agrícola do Cerrado, em Luís Eduardo Magalhães .....	30
<b>Foto 2.3</b> Usina de Calcário no município de São Desidério .....	38
<b>Foto 2.4</b> Galvani Indústria Comércio e Serviços S/A, em Luís Eduardo Magalhães .....	38
<b>Foto 2.5</b> Revendedora de Implementos Agrícolas John Deere, em Luís Eduardo Magalhães .....	39
<b>Fotos 3.1 e 3.2</b> Armazéns no município de Luís Eduardo Magalhães.....	70
<b>Foto 4.1</b> Empresa Cargill no município de Barreiras .....	82
<b>Foto 4.2</b> Empresa Bunge em Luís Eduardo Magalhães.....	83
<b>Fotos 4.3, 4.4 e 4.5</b> Plantação de soja, algodão herbáceo e milho e soja no município de Luís Eduardo Magalhães .....	85
<b>Fotos 4.6 e 4.7</b> Desigualdade entre os bairros Santa Cruz e Paraíso em Luís Eduardo Magalhães. 94	
<b>Fotos 4.8 e 4.9</b> Bairro Santa Cruz em Luís Eduardo Magalhães.....	99
<b>Fotos 4.10 e 4.11</b> Bairro Paraíso em Luís Eduardo Magalhães .....	101

## **ÍNDICE DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 2.1</b> Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Microrregião de Barreiras e estado da Bahia. Soja: Quantidade Produzida, 1991 – 2009 .....	32
<b>Gráfico 2.2</b> Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Microrregião de Barreiras e estado da Bahia. Soja: Área Plantada, 1991 – 2009 .....	32
<b>Gráfico 2.3</b> Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Microrregião de Barreiras e estado da Bahia. Milho: Quantidade Produzida, 1991 – 2009.....	33
<b>Gráfico 2.4</b> Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Microrregião de Barreiras e estado da Bahia. Milho: Área Plantada, 1991 – 2009.....	34
<b>Gráfico 2.5</b> Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Microrregião de Barreiras e estado da Bahia. Algodão Herbáceo: Quantidade Produzida, 1991 – 2009 .....	35
<b>Gráfico 2.6</b> Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, São Desidério, Microrregião de Barreiras e estado da Bahia. Algodão Herbáceo: Área Plantada, 1991 – 2009 .....	35
<b>Gráfico 2.7</b> Município de Barreiras. Crescimento da População, 1970 – 2009 .....	42
<b>Gráfico 2.8</b> Município de Luís Eduardo Magalhães. Crescimento da População, 2001 – 2009.....	43
<b>Gráfico 2.9</b> Município de São Desidério. Crescimento da População, 1970 – 2009 .....	43
<b>Gráfico 3.1</b> Brasil, estado da Bahia, Microrregião de Barreiras, municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Algodão Herbáceo: Rendimento, 1990 – 2009.....	63
<b>Gráfico 3.2</b> Brasil, estado da Bahia, Microrregião de Barreiras, municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Milho: Rendimento, 1990 – 2009 .....	64
<b>Gráfico 3.3</b> Brasil, estado da Bahia, Microrregião de Barreiras, municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Soja: Rendimento, 1990 – 2009 .....	65

## **ÍNDICE DE QUADROS**

<b>Quadro 2.1</b> Principais diferenças entre os produtores do Vale e do Cerrado.....	28
---	----

## **ÍNDICE DE TABELAS**

<b>Tabela 1.1</b> Financiamento e Investimento do II PRODECER no Oeste Baiano .....	22
<b>Tabela 1.2</b> Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Empresas e outras organizações, por seção da classificação de atividades (CNAE 2.0), 2006 – 2009.....	23
<b>Tabela 1.3</b> Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Pessoal ocupado total (Pessoas), 2006 – 2009 .....	24
<b>Tabela 1.4</b> Número e área dos Estabelecimentos Agropecuários – Barreiras.....	25
<b>Tabela 1.5</b> Número e área dos Estabelecimentos Agropecuários – Luís Eduardo Magalhães .....	25
<b>Tabela 1.6</b> Número e área dos Estabelecimentos Agropecuários – São Desidério.....	26
<b>Tabela 2.1</b> Terras Devolutas em Barreiras, em Luís Eduardo Magalhães e em São Desidério.....	46
<b>Tabela 3.1</b> Brasil. Principais Municípios Produtores de Soja: Rendimento, 2009.....	60
<b>Tabela 3.2</b> Brasil. Principais Municípios Produtores de Milho: Rendimento, 2009 .....	60
<b>Tabela 3.3</b> Brasil. Principais Municípios Produtores de Algodão Herbáceo: Rendimento, 2009.....	61
<b>Tabela 3.4</b> Brasil. Principais Municípios Produtores de Algodão Herbáceo, Valor da Produção 2009	66
<b>Tabela 3.5</b> Município de Barreiras. Tipo de armazéns, Capacidade de Armazenamento, 2011 .....	68
<b>Tabela 3.6</b> Município de Luís Eduardo Magalhães. Tipo de armazéns, Capacidade de Armazenamento, 2011 .....	68
<b>Tabela 3.7</b> Município de São Desidério. Tipo de armazéns, Capacidade de Armazenamento, 2011	69
<b>Tabela 4.1</b> Barreiras e São Desidério. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, Índice de Desenvolvimento Humano, 1991 e 2000 .....	96
<b>Tabela 4.2</b> Brasil, estado da Bahia, Microrregião de Barreiras, Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Produto Interno Bruto, 1999 - 2008. (mil reais) .....	97



## **ABREVIATURAS E SIGLAS**

4º BEConst - 4º Batalhão de Engenharia de Construção

ABAPA - Associação Baiana dos Produtores de Algodão

ACRIOESTE - Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia

AEBA - Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras

AIBA - Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia

ASSOCAFÉ - Associação dos Produtores de Café da Bahia

ASSOMIBA - Associação dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Oeste da Bahia

APP - Áreas de Preservação Permanente

CAPRIOESTE - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Oeste da Bahia

CARIG - Colonizadora e Administradora Vale do Rio Grande Ltda

CBERS – Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres

CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas

CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento

COOPROOESTE - Cooperativa Agrícola do Oeste da Bahia

CPAC - Centro de Pesquisas Agropecuárias do Cerrado

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Agropecuária

FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo

FIEB - Federação das Indústrias do Estado da Bahia

FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco

FUNDAÇÃO BA - Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Oeste da Bahia

FUNDEAGRO - Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

GEIPOP - Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano  
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal  
IMA - Instituto de Meio Ambiente  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
JICA - *Japan International Cooperation Agency*  
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento  
PAM - Produção Agrícola Municipal  
PCR - Programa Corredores Rodoviários  
PIN - Programa de Integração Nacional  
PIB - Produto Interno Bruto  
PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste  
PPA - Plano Plurianual  
PRODOOESTE - Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste  
PROFIR - Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação  
II PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados  
SEAGRI - Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do estado da Bahia  
SEI - Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
SEMA - Secretaria de Meio Ambiente do estado da Bahia  
SEPLAN - Secretaria de Planejamento do estado da Bahia  
SIG - Sistemas de Informações Geográficas  
SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras  
TCU - Tribunal de Contas da União  
UFBA - Universidade Federal da Bahia



**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**REGIÃO AGRÍCOLA COMPETITIVA E LOGÍSTICA NO OESTE BAIANO**

**RESUMO  
Dissertação de Mestrado  
CLAYTON GOMES ILARIO**

Objetiva-se nesse estudo analisar a região agrícola do Oeste da Bahia, porção do Cerrado incorporada às fronteiras agrícolas modernas, através de três aspectos principais: (1) a produção agrícola e agroindustrial, em bases modernas e especializadas, incluindo aspectos do circuito espacial dos principais produtos, particularmente soja, milho e algodão herbáceo; (2) a circulação, expressa no desenvolvimento de um sistema logístico de armazenamento e movimentação; e (3) a constituição de um ambiente normativo e regulatório, de âmbito federal (Agências Reguladoras, Planos e Programa Federais de investimentos e concessões de serviços públicos a empresas privadas), estadual (incentivos para atrair produtores e grandes empresas do agronegócio) e privado (associações setoriais). A partir da análise das fronteiras agrícolas em áreas do Cerrado, em especial no Oeste Baiano, propomos uma discussão dos conceitos de região competitiva e logística, compreendidos como novas formas regionais inseridas no atual período da globalização e sua correspondente forma de circulação corporativa, identificando quais são os principais agentes envolvidos (sobretudo o Estado e grandes empresas) na produção e circulação de *commodities* agrícolas. O recorte espacial analisado abrange os municípios de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, localizados no Oeste Baiano, por apresentarem maiores atributos de competitividade em relação aos outros municípios da região. Dessa forma, essa pesquisa propõe um estudo sobre a organização, o uso e a regulação do território através da análise do Oeste Baiano como região competitiva, além de considerar as demandas logísticas da produção e movimento de *commodities* (sobretudo soja, milho e algodão herbáceo) e suas implicações para o planejamento territorial.

Palavras-chaves: Região Competitiva, Logística, Oeste Baiano, *Commodities* e Fronteiras Agrícolas





**UNICAMP**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ANÁLISE AMBIENTAL E DINÂMICA TERRITORIAL**

**LOGISTIC AND COMPETITIVE AGRICULTURAL REGION IN THE WEST OF BAHIA**

**ABSTRACT**

**Dissertação de Mestrado  
CLAYTON GOMES ILARIO**

The objective of this study is to analyze the agricultural region of the West of Bahia, portion of Cerrado incorporated to the modern agricultural borders, through three main aspects: (1) the agricultural and agro-industrial production, in modern and specialized bases, including aspects of the space circuit of the main products, particularly soy, maize and herbaceous cotton; (2) the circulation, expressed in the development of a logistic system of storage and movement; and (3) the constitution of a normative and regulatory environment, in federal scope (Federal Regulation Agencies, Federal Plains and Programs of investments, and concessions of public services to private companies), in state scope (incentives to attract producers and great companies of the agrobusiness) and private (sectorial associations). From the analysis of the agricultural borders in areas of Cerrado, in special in the West of Bahia, we consider a quarrel of the concepts of competitive region and logistic, understood as new regional forms inserted in the current period of globalization and its corresponding form of corporative circulation, identifying which are the main involved agents (mainly the State and great companies) in the production and circulation of agricultural commodities. The analyzed space clipping encloses the cities of São Desidério, Barreiras and Luis Eduardo Magalhães, located in the West of Bahia, for presenting greater attributes of competitiveness in relation to the other cities of the region. Thus, this research considers a study on the organization, the use and the regulation of the territory through the analysis of the West of Bahia as competitive region, beyond considering the logistic demands of the production and movement of commodities (mainly soy, maize and herbaceous cotton) and its implications for the territorial planning.

Key-words: Competitive Region, Logistic, West of Bahia, Commodities and Modern Agricultural Borders.



## INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a modernização da agricultura transformou por completo o campo brasileiro. Essa modernização agrícola foi iniciada na segunda metade do século XX e pode ser dividida em duas fases: 1) a primeira corresponde às décadas de 1960 e 1970, quando as atividades do campo estavam diretamente relacionadas à acelerada urbanização e industrialização do país. Este período é caracterizado pelo forte papel do Estado na renovação da base técnica e produtiva e na consolidação dos Complexos Agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1998), por meio da emergência e expansão do crédito agrícola oficial, internalização da produção de bens de capital agrícola e início da expansão da fronteira agrícola em direção aos Cerrados, caracterizando aquilo que ficou conhecido como “modernização conservadora”; 2) na segunda fase, a partir de meados da década de 1980, o agronegócio no Brasil assume parâmetros produtivos condizentes com a competitividade dos mercados internacionais de *commodities*. Nesse aspecto, a logística se destaca como fator fundamental para o aumento de fluidez territorial e como diferencial para o escoamento de produtos agrícolas e agroindustriais no Brasil. Nesse período, o Estado se mantém como um agente importante do processo modernizador do território, mas abre espaço para a atuação das grandes empresas agrícolas (*tradings* e agroindústrias) na matriz regulatória. Durante este período, destacam-se também a consolidação das fronteiras agrícolas e a afirmação de sistemas logísticos e regiões competitivas vinculadas a algumas culturas (sobretudo soja, milho e algodão herbáceo) em porções do Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Diante do quadro brevemente descrito acima, objetiva-se, nesta dissertação, analisar a região agrícola do Oeste da Bahia<sup>1</sup>, porção do Cerrado incorporada às fronteiras agrícolas modernas, através da produção agrícola e agroindustrial em bases modernas e especializadas, particularmente, soja, milho e algodão herbáceo. Essa

---

<sup>1</sup>O Extremo Oeste Baiano é uma das sete mesorregiões do estado da Bahia definidas pelo IBGE e compostas por três microrregiões: Barreiras, Cotegipe e Santa Maria da Vitória. A microrregião de Barreiras é formada pelos municípios de Baianópolis, Barreiras, Catolândia, Formosa do Rio Preto, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério. Com exceção do município de Formosa do Rio Preto e Correntina, que ganharam destaque na produção agrícola nos últimos anos, o maior percentual da produção de soja, milho e algodão herbáceo concentra-se nos municípios de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. Essa concentração levou a pesquisa a utilizar o termo “Oeste Baiano” para referenciar estes três municípios e a não divulgar os dados da Mesorregião do Extremo Oeste da Bahia.

análise será conduzida através de três aspectos principais: (1) a produção agrícola e agroindustrial em bases modernas e especializadas, incluindo aspectos do circuito espacial dos principais produtos, particularmente, soja, milho e algodão herbáceo; (2) a circulação, expressa no desenvolvimento de um sistema logístico de armazenamento e de movimentação; e (3) a constituição de um ambiente normativo e regulatório de âmbito federal (Agências Reguladoras, Planos e Programas Federais de investimentos e concessões de serviços públicos a empresas privadas), estadual (incentivos para atrair produtores e grandes empresas do agronegócio) e privado (associações setoriais).

A partir da análise das fronteiras agrícolas em áreas do Cerrado<sup>2</sup>, em especial no Oeste Baiano, propomos uma discussão sobre os conceitos de *região competitiva* e *logística*, compreendidos como novas formas regionais inseridas no atual período da globalização e sua correspondente forma de circulação corporativa (CASTILLO, 2008; CASTILLO; FREDERICO, 2010), identificando quais são os principais agentes envolvidos (sobretudo o Estado e as grandes empresas) na produção e na circulação de *commodities* agrícolas.

O recorte espacial analisado abrange os municípios de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, localizados no Oeste Baiano. Além de apresentarem considerável produtividade agrícola, outros atributos lhes garantem competitividade, como a presença de um comércio diversificado e uma infraestrutura rodoviária que possibilita a circulação e concentra em suas margens as principais plantas industriais. Também se destaca nestas cidades a localização das principais sedes de empresas agrícolas, da indústria de fertilizantes, corretivos, máquinas e implementos agrícolas, tendo-se como exemplo as empresas Cargill e Bunge, entre outras. Concentram-se na região ações de suporte e desenvolvimento marcadas pela presença de escritórios da

---

<sup>2</sup>“O Bioma Cerrado compreende aproximadamente 207 milhões de hectares, equivalentes a 24% do território nacional. O clima da região caracteriza-se por uma estação seca (maio a setembro) e outra chuvosa (outubro a abril). A precipitação média anual é de 1500 ± 500 mm. Os solos são antigos, profundos, bem drenados, com baixa fertilidade natural e acidez acentuada. O grande desenvolvimento agrícola do Cerrado foi impulsionado pela facilidade de remoção da vegetação nativa e por fatores positivos como temperatura, luminosidade, topografia plana e grande disponibilidade de calcário. Fatores socioeconômicos que beneficiaram esse desenvolvimento foram: preço baixo da terra, infraestrutura, pesquisa, assistência técnica, políticas de investimentos com juros subsidiados e de prazos longos, migração de agricultores do sul do País, afeitos à agricultura mais intensiva e ao mercado em desenvolvimento” (Empresa Brasileira de Agropecuária, EMBRAPA – Cerrados, dados disponibilizados em (<http://www.cpac.embrapa.br/unidade/ambiente/>), acessado em 07/11/2010).

Empresa Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural, associações setoriais, Faculdades públicas e particulares e escritórios de fornecedores das indústrias sediadas nestes municípios, que provêm técnicos e engenheiros para os serviços especializados demandados.

Esta pesquisa se propõe também a colaborar para uma discussão sobre a organização, o uso e a regulação do território através da análise do Oeste Baiano como região competitiva, além de considerar as demandas logísticas da produção e do movimento de *commodities* (soja, milho e algodão herbáceo) e algumas de suas implicações para o planejamento territorial.

### *Alguns pressupostos teóricos*

Segundo Santos (2002)<sup>3</sup>, Giordano (2005) e Castillo (2008), a competitividade é um atributo dos lugares, regiões e territórios e não apenas das empresas e produtos. O espaço apresenta seus atributos por aquilo que ele agrega como normas, infraestruturas, capacidade produtiva, força de trabalho etc. Nesse sentido, a fluidez contemporânea, baseada nas redes técnicas, é um dos suportes da competitividade (SANTOS, 2002).

Ainda segundo este autor “diante da internacionalização dos mercados e das finanças (e também dos custos e parâmetros produtivos), a competitividade regional torna-se obrigatória. No caso dos países periféricos, essa competitividade recai principalmente sobre “a produção de *commodities* agrícolas (ou minerais).” (CASTILLO, 2007:37).

Para este trabalho, o Oeste Baiano pode ser considerado como uma região competitiva (GIORDANO, 1999; BELIK, 2001; CASTILLO, 2008; CASTILLO; FREDERICO, 2010) já que se especializou no campo e na cidade e demandou investimentos agroindustriais (ESPÍNDOLA, 2002), além de infraestruturas e formas de organização logística (CASTILLO, 2008). Os agentes hegemônicos que atuam nessa

---

<sup>3</sup>“É como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devido apenas à estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferente valor” (SANTOS, 2002, p. 88).

região agrícola vêm demandando uma maior fluidez territorial (ARROYO, 2001) devido, principalmente: a) à grande distância dessas regiões em relação aos portos exportadores e b) às características da produção (*commodities* agrícolas), exigentes de uma logística capaz de armazenar, de controlar e de movimentar produtos de grande volume e de baixo valor agregado (CASTILLO, 2006).

Emerge, então, uma nova demanda por movimentação de cargas com a consolidação da agricultura moderna e especializada nas áreas de Cerrado do extremo oeste da Bahia, as quais sofrem com os problemas da distância dos portos para escoar ou comercializar suas produções, ou com os escassos sistemas de transportes na região. O aumento na demanda de movimentação de cargas se justifica, em parte, pelos incentivos fiscais à exportação, principalmente de *commodities* agrícolas e pelos financiamentos e programas voltados à modernização da produção agrícola, requalificando os espaços para atender aos parâmetros de produtivos estabelecidos pelos mercados internacionais. Nesse momento, também ocorre a consolidação do meio técnico-científico-informacional, período “... em que a ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço...” (SANTOS, 1994).

Dentro desse contexto, são realizadas ações governamentais e empresariais com o objetivo de constituir fluidez necessária ao território, facilitando assim o escoamento das produções agrícolas, sobretudo para exportação. Essas ações atendem especialmente aos interesses das grandes corporações nacionais e multinacionais. Investimentos públicos e privados são realizados para dotar o território de infraestruturas que facilitem a circulação de produtos, entre eles, *commodities* agrícolas, reorganizando o território.

Nesse sentido, é de fundamental importância para este trabalho considerar os conceitos de *região competitiva* e *logística*, “(...) compreendidos de forma indissociável, como as expressões geográficas, respectivamente, da produção obediente a parâmetros internacionais de qualidade e custos e da circulação corporativa, objetivando dar conta da explicação da organização e do uso do território brasileiro no presente” (CASTILLO, 2008:2).

Na busca da compreensão do Oeste Baiano como região, utilizaremos como referência a proposta elaborada por Castillo (2008):

O conceito de região competitiva deriva diretamente da idéia de coesão regional decorrente de vetores externos e fundamentada em arranjos organizacionais, proposta por Santos (1994). Trata-se de um compartimento geográfico caracterizado pela especialização produtiva obediente a parâmetros externos (em geral internacionais) de qualidade e custos. Nela se reconhecem as idéias de competitividade e vulnerabilidade territoriais e, por isso, a região funcional aos mercados internacionais pode ser adjetivada como competitiva (CASTILLO, 2008:8).

Para uma compreensão mais consistente do termo logística e sua relação com a organização do território, é importante considerá-lo em sua dimensão geográfica, definida, segundo (CASTILLO & FREDERICO, 2010, p. 21) como “um conjunto de competências infra-estruturais (transportes, armazéns, terminais multimodais, portos secos, centros de distribuição etc.), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público-privadas, agências reguladoras setoriais, tributação etc.), e operacionais (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que, reunidas num subespaço, podem conferir fluidez e competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos.”

Dessa forma, entendemos que região competitiva e logística são conceitos-chave para a análise do uso, organização e regulação do território nacional e do Oeste Baiano.

### *Estrutura do Trabalho*

O primeiro capítulo enfoca o tema da pesquisa em um contexto geral, a partir de um breve histórico dos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, a evolução do agronegócio, além da estruturação fundiária no Oeste Baiano.

O segundo capítulo expõe uma análise sobre a especialização regional produtiva e a caracterização do espaço agrícola do Oeste Baiano. Para tanto, foi realizada uma recuperação histórica da produção de soja, de milho e de algodão herbáceo nos três municípios, tanto em quantidade produzida quanto em área plantada, assim como os fatores que possibilitam a produção de *commodities* agrícolas no Oeste Baiano. Nessa etapa, também foram realizadas pesquisas e discutida a fluidez territorial no Oeste

Baiano em sua dimensão técnica e política.

O terceiro capítulo refere-se às análises do rendimento da terra, da logística e do circuito espacial produtivo da soja, do milho e do algodão herbáceo. Objetiva-se também analisar o sistema de armazenamento e as políticas públicas e privadas planejadas e efetivadas para o desenvolvimento da agricultura moderna e especializada nos municípios estudados.

Por fim, o quarto e último capítulo objetiva compreender a atuação das *tradings* e das associações setoriais no Oeste Baiano e levantar dados referentes à regulação do território para o aprimoramento da competitividade regional e sobre a riqueza e desigualdade existente nesta porção do território nacional.

A pesquisa proposta inclui uma revisão bibliográfica, principalmente no que se refere à incorporação dos Cerrados pela agricultura moderna e especializada. Também apresenta dados sobre a evolução da produção de milho, soja e algodão herbáceo nos municípios baianos de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, obtidos através da série histórica da produção destas culturas e dos dados fornecidos pela Produção Agrícola Municipal (PAM) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A escolha da bibliografia foi resultado de uma comunhão de indicações provenientes dos programas de disciplina da pós-graduação afins com o tema desenvolvido neste projeto de pesquisa, assim como de importantes indicações do orientador. O trabalho foi complementado com pesquisas nos bancos de dados das bibliotecas do Instituto de Geociências e do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, bem como a exploração pessoal de seus acervos de dissertações e de teses.

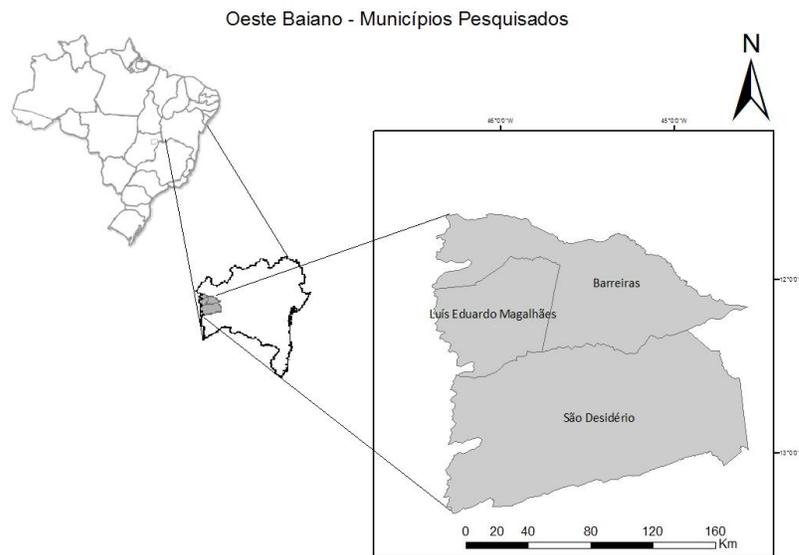
A consulta à base de dados via internet foi uma ferramenta bastante útil, importante no tocante a consultas sobre as instituições, os órgãos governamentais e as autarquias ligadas aos temas que este projeto abrange, e suas possíveis contribuições, funcionando como forma de triagem para posterior contato e solicitação de dados.

Entrevistas, trabalhos de campo, visitas técnicas e, sobretudo, contato com os moradores locais colaboraram significativamente para a compreensão da região analisada.

# CAPÍTULO 1- O DESENVOLVIMENTO DO OESTE BAIANO E A CONSOLIDAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA MODERNA E INTENSIVA

## 1.1 O Desenvolvimento do Agronegócio no Oeste Baiano

Atualmente, o Oeste Baiano destaca-se no cenário nacional como uma das principais áreas produtoras de soja, milho e algodão herbáceo, além de um elevado crescimento demográfico e econômico. Esse dinamismo, diretamente relacionado à agricultura moderna, pode ser comprovado pelos números elevados de produtividade. Esta porção do território brasileiro ganha uma importância significativa uma vez que a produção de *commodities* agrícolas tem um grande peso nas exportações brasileiras, gerando grandes quantidades de divisas. A difusão dos complexos agroindustriais e do agronegócio no extremo oeste do estado da Bahia consolidou a região como um dos principais expoentes da agricultura científica e globalizada (SANTOS, 2000) no Brasil. Entretanto, o dinamismo econômico regional nem sempre esteve ligado diretamente ao agronegócio. Em seu passado, não muito distante, a região de Barreiras sempre desempenhou um importante papel no desenvolvimento do Oeste Baiano. A Figura 1.1 mostra a área de estudo.



**FIGURA 1.1 – MUNICÍPIOS PESQUISADOS**

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados cartográficos do IBGE.

### **1.1.1 Barreiras: O início nas margens do Rio Grande à agricultura científica e globalizada**

Durante o período colonial, o transporte, em algumas regiões no interior do Brasil, era realizado, sobretudo, por meio dos rios navegáveis e das trilhas. Uma das principais rotas de comércio da época era o caminho do ouro proveniente das minas de Goiás para a cidade de Salvador e o caminho contrário, que representava o fluxo de produtos manufaturados para os habitantes do interior desta região. O transporte era feito através do Rio São Francisco e do seu afluente, o Rio Grande. Porém, devido à geomorfologia da região, quando chegava aos grandes Cerrados, o Rio Grande apresentava uma série de barreiras<sup>4</sup> de pedras que inviabilizava a navegação. Para solucionar o problema, foi construído um porto fluvial, que permitia a navegação em direção a Salvador e que também se fundamentava como um ponto de partida para as trilhas em direção às minas de Goiás. O local escolhido para o Porto foi o embrião que levou ao desenvolvimento do atual município de Barreiras<sup>5</sup> às margens do Rio Grande, maior afluente da margem esquerda do Rio São Francisco. Com o passar dos anos, segundo Almeida (2001), a ocupação de Barreiras foi viabilizada pelos solos relativamente férteis para o desenvolvimento de pastagens, pelas chuvas abundantes e pelos rios perenes que favoreceram o desenvolvimento da pecuária, importante para o fornecimento do charque para as minas nos estados de Minas Gerais e Goiás e da produção agrícola da mamona, milho e algodão arbóreo.

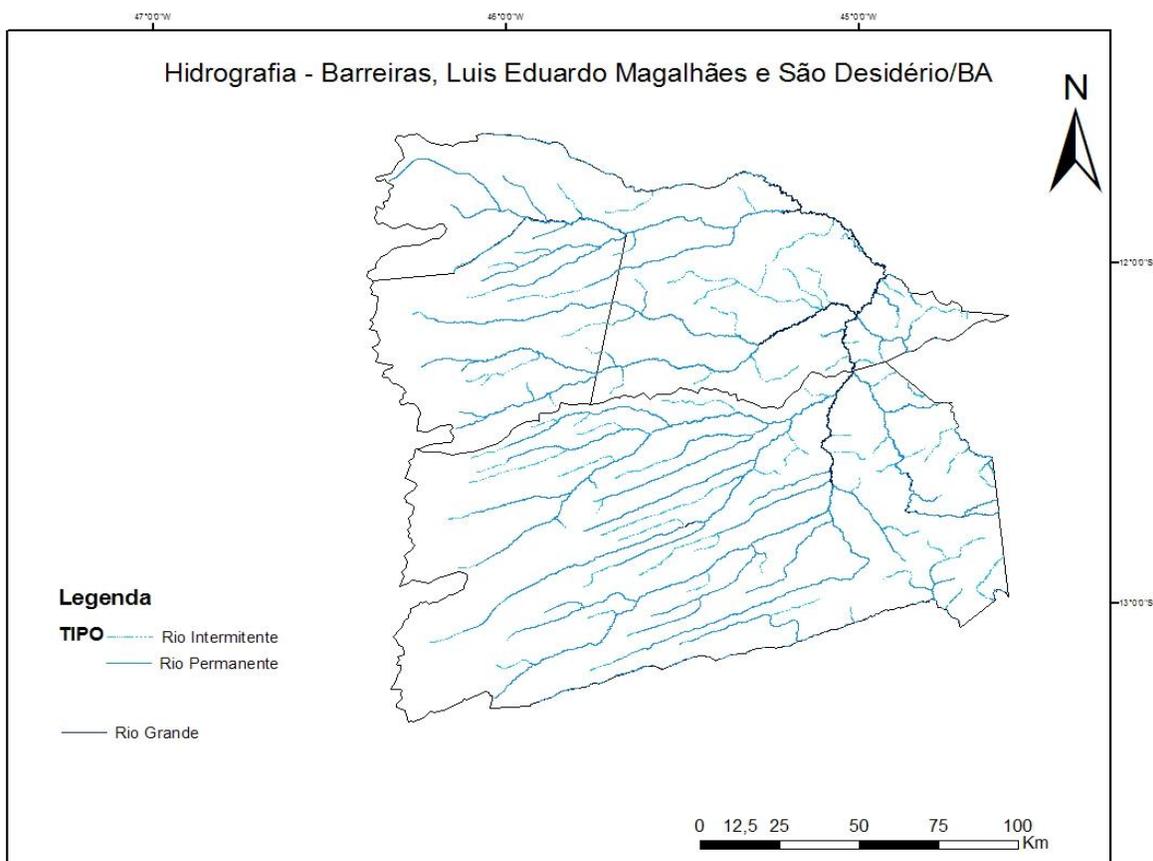
Outro importante fator que dinamizou a região foi a produção da borracha por meio da seiva da Mangabeira, árvore de Cerrado presente na região. Além disso, ainda segundo Almeida (2001) a cidade transformou-se em um grande entreposto comercial, principalmente no comércio de ouro. Era pelos rios que também chegavam à região produtos industrializados que abasteciam os moradores locais. A Figura 1.2 permite a

---

<sup>4</sup>Característica que dá origem ao nome do município.

<sup>5</sup>Segundo o IBGE (1958), a ocupação inicial de Barreiras começou em 1825 e continuou até 1850, seguindo lentamente até 1880, às margens do Rio Grande, relacionada diretamente ao comércio. Em 1881, Barreiras foi elevada à categoria de freguesia. Devido à prosperidade econômica, passou a distrito de paz de Angical, em fevereiro de 1891. Em 2 de abril do mesmo ano, foi criado o município de Barreiras (Lei estadual nº 237). A sede municipal, em 19 de maio de 1902, adquiriu foros de cidade pela Lei estadual nº 449.

visualização da hidrografia dos municípios analisados:



**FIGURA 1.2 – HIDROGRAFIA DOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO.**

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados cartográficos disponibilizados pela SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Apesar de localizada distante do litoral, Barreiras apresentava uma rede de serviços importante para as necessidades do Oeste Baiano:

Até meados do século XX, a Região Oeste apresentou a mesma rede urbana do final do século XIX, caracterizada por poucos núcleos de importância e com um conjunto de pequenos vilarejos dispersos e com pouca conexão entre si. A economia regional ficou centrada na pecuária extensiva e na agricultura mercantil simples, direcionada ao atendimento das necessidades da região (SEI, 2000:26).

No século XX, a cidade prossegue em seu processo de ascensão e de crescimento econômico. A historiadora Ignez Pitta de Almeida<sup>6</sup> em entrevista descreveu

<sup>6</sup>Entrevista realizada em 10 de novembro de 2009, em Barreiras.

tempo áureo da cidade, sua decadência durante o período militar e o renascimento na era do agronegócio. Segundo a historiadora, durante muitos anos, o município de Barreiras esteve isolado do resto do Brasil devido à falta de infraestruturas de transportes. A integração era feita por hidrovias e complementada por ferrovias, trazendo tudo o que era necessário de Salvador, do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Para Ignez Pitta de Almeida, o isolamento foi um importante fator para o desenvolvimento regional. Além da integração hidroviária e ferroviária, destacavam-se as atividades relacionadas com a indústria têxtil, com o couro, e principalmente com o algodão.

Atualmente [década de 1930] a atividade econômica mais relevante é a indústria, principalmente as indústrias têxteis, a do charque e a de couros. Os principais estabelecimentos industriais são a fábrica de tecidos de algodão de Baylon & Filhos, a de algodão beneficiado de Mariano Gonçalves & Cia, a empresa Agropastoril Antonio Balbino Ltda. e a de solas curtidas Baylon & Filhos (IBGE, 1958:67).

Em meados do século XX, o município de Barreiras consolidou-se como um importante centro de serviços no oeste do estado da Bahia, aliado a uma produção e a uma industrialização crescentes, além de um comércio substancial polarizado em torno do município.

Com a ascensão dos militares ao poder no Brasil, consequência do golpe de 1964, entretanto, o dinamismo de Barreiras entrou em declínio. Os principais fatores responsáveis por esse processo foram a desativação do aeroporto e da hidrelétrica da cidade e o enfraquecimento da navegação<sup>7</sup>. Esses fatores foram responsáveis pelo único momento de estagnação ocorrido na região (VELASCO, 2004).

A recuperação da região de Barreiras ocorreu com a construção da cidade de Brasília – nova capital federal – e o seu crescimento nos primeiros anos como pólo de atração populacional. Soma-se a isto, em 1972, a instalação na cidade do 4º Batalhão

---

<sup>7</sup>Segundo o Ministério do Planejamento, por intermédio da Lei nº 2.599/55, criou-se a FRANAVE - Companhia de Navegação do São Francisco com o objetivo de explorar, de manter e de desenvolver linhas de navegação interior nos rios que constituem a Bacia do São Francisco. A empresa foi fundada em 24 de Janeiro de 1963 e estava vinculada ao Ministério dos Transportes (disponível em <http://www.planejamento.gov.br>, acesso em 15/04/10). Para Almeida, a criação da estatal comprometeu muito a navegação dos rios e sua utilização pela população, o que levou ao seu sucateamento e inviabilização econômica. A liquidação da empresa ocorreu em 20 de janeiro de 2007.

de Engenharia de Construção (4º BEConst), dinamizando o comércio local.

Na década de 60, com a fundação de Brasília e a construção das rodovias que a ligam com os Estados da Bahia e do Ceará, em paralelo à instalação do Batalhão de Engenharia do Exército, incentiva-se a localização na cidade de Barreiras (VELASCO, 2004:202).

Ainda de acordo com(VELASCO, 2004), o desenvolvimento da agricultura incentivou o crescimento de Barreiras e adjacências caracterizando esta porção do território nacional como um importante “entreposto rodoviário entre Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país”.

Para o efetivo desenvolvimento agrícola no Oeste Baiano, foi necessária uma decisiva atuação do Estado no desenvolvimento da infraestrutura da região.

Nos anos 70, a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF implantou projetos de colonização e irrigação na região, destacando-se os perímetros irrigados de Barreiras e São Desidério. Incentivos ao crédito como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - PRODECER, do governo federal, garantiam os recursos necessários para os investimentos públicos e privados na região. Destacou-se ainda, nesse período, a construção da hidrelétrica de Correntina, que passou a fornecer energia elétrica para o Oeste (SEI, 2000: 28).

Outro fator preponderante foio fluxo migratório para a região, principalmente a partir da década de 1980. Destacavam-se, entre os novos moradores,migrantes oriundos de diversas localidades do Brasil, mas, sobretudo,das regiões Sudeste e Sul. Segundo a SEI (2000), o Oeste Baiano apresentava como característica um baixo valor das terras destinadas à expansão agrícola e,ainda, os agricultores sulistas chegavam àregião capitalizados, pois além de serem proprietários de terras em seus estados de origem, dominavam as técnicas modernas de produção.

Almeida, no entanto, ressalta que o processo de ocupação da migração não ocorreu de forma pacífica. Muitos pequenos agricultores que sobreviviam nestas terras por meio do extrativismo e da cultura de subsistência foram expulsos; essas propriedades foram alvo de grandes posseiros que se valeram do conhecido processo

de “grilagem” para obter a “legalidade” da propriedade da terra<sup>8</sup>.

A partir da década de 1980, segundo estudo da Superintendência de Planejamento Estratégico do estado da Bahia (BAHIA, 2001), a agricultura e a agroindústria modernas chegam ao estado como decorrência da desconcentração espacial dessas atividades no Sul e no Sudeste, em direção ao Centro–Oeste do Brasil. Esse movimento tangenciou a área do Cerrado baiano e as áreas produtivas próximas ao Rio São Francisco (entorno de Barreiras e de Juazeiro), incorporando, assim, novas atividades e etapas da cadeia de valor agregado na estrutura do PIB e influenciando, decisivamente, na modernização sentida na economia baiana na presente década. A esse respeito, Milton Santos Filho (1989) observa que

A cultura de soja é a principal forma de penetração da produção agrícola moderna nos cerrados baianos (...). A soja estabelece novas bases para a integração da região à economia nacional e até internacional, introduzindo ao mesmo tempo, efeitos multiplicadores consideráveis sobre os setores de apoio à lavoura mecanizada de grãos: comércio de insumos, produção de calcário, serviços de assistências técnica e armazenagem, administração pública e outros (SANTOS FILHO, 1989:30).

Essa tendência foi relacionada principalmente à produção de grãos – aliada à agroindustrialização, na região Centro–Oeste do Brasil – fator que apresenta maiores possibilidades de rebatimentos diretos para a região Oeste da Bahia, no entorno de Barreiras (BAHIA, 2001). Durante todo o seu processo histórico, o município de Barreiras esteve ligado ao desenvolvimento de um comércio regional forte, uma rede de serviços diversificada e uma grande produção agrícola. Devido à sua posição, como o mais importante município do Cerrado baiano, impõe-se o reconhecimento da importância de Barreiras nesta porção do território nacional.

---

<sup>8</sup> Segundo o Dicionário da Terra, “posseiro é aquele que se encontra na posse, que ocupa um trecho de terra, sem, no entanto, ser seu dono efetivo, ser portador de um título legal da propriedade.” (MOTTA, 2005, p. 373); o grande posseiro, também chamado de grileiro, é o “indivíduo(s) que procura(m) apossar-se de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade” (MOTTA, 2005, p. 238). Neste trabalho, o termo “grandes posseiros” corresponde ao agente de especulação fundiária. A utilização do termo “pequenos posseiros” refere-se ao agente vulnerável que apresenta as seguintes características: (1) não possuem acesso ao sistema de crédito; (2) são excluídos das políticas agrárias e (3) são expulsos pelos grandes posseiros ou pelos agentes do agronegócio.



**FOTO 1.1 – VISTA PANORÂMICA DO MUNICÍPIO DE BARREIRAS**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 16 mai.2010.

### **1.1.2 São Desidério e a produção de grãos**

A origem de São Desidério está relacionada ao município de Barreiras, do qual se emancipou no ano de 1962. Segundo dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de São Desidério (Disponível em: <http://www.saodesiderio.ba.gov.br>, acessado em 01/10/10), no dia 10 de abril de 1895, a partir de um decreto, o então governador da Bahia, Joaquim Manoel Rodrigues, elevou São Desidério primeiramente a distrito de Barreiras.

Após muitas tentativas para a emancipação, no dia 22 de fevereiro de 1962, por meio do decreto Estadual nº 1.621, assinado pelo então governador Antonio Lomanto Júnior, São Desidério foi oficializado município. Até essa data, todos os eventos históricos do município de São Desidério coincidiam com os do município de Barreiras.

Durante a década de 1960, o município apresentou crescimento econômico, a exemplo do que ocorria com Barreiras, relacionado principalmente à inauguração da Capital Federal e à construção de rodovias, como a BR 020 – uma das principais vias de transporte da região, que intensificaram a proximidade do Oeste Baiano com a Capital Federal. Ainda segundo dados disponibilizados pela prefeitura, o ano de 1962 é também marcado pela inauguração da Barragem, projeto de Irrigação São Desidério – Barreiras – Sul, da Companhia do Vale do São Francisco, atual Companhia

de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), que possibilitou o desenvolvimento da agricultura no município.

Na década de 1980, o município de São Desidério – assim como o município vizinho, Barreiras – recebe a agricultura e a agroindústria moderna. Atualmente, o município de São Desidério ocupa uma área total de 14.876 km<sup>2</sup>, segundo maior município em extensão territorial do estado da Bahia. Tal característica colaborou, nas últimas décadas, para o desenvolvimento do agronegócio globalizado, sobretudo da produção de algodão herbáceo. O município de São Desidério destaca-se no cenário nacional como um dos maiores produtores de algodão herbáceo e como um dos maiores produtores de grãos do Nordeste brasileiro.



**FOTO 1.2 – VISTA DO MUNICÍPIO DE SÃO DESIDÉRIO**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 12 nov.2009.

### **1.1.3 Luís Eduardo Magalhães: a especialização para o agronegócio**

Assim como São Desidério, o município de Luís Eduardo Magalhães foi distrito de Barreiras até o ano de 2000, tendo seu histórico de desenvolvimento relacionado a este município até a sua emancipação<sup>9</sup>.

O desenvolvimento dessa área do Oeste Baiano inicia-se em 1979, através da participação do empresário Arnaldo Horácio Ferreira<sup>10</sup>, que, pioneiramente, ocupou os

---

<sup>9</sup>Os dados históricos do município de Luís Eduardo Magalhães foram obtidos através de entrevistas com a população local, realizadas em novembro de 2009.

Cerrados da região. O empresário reorganizou uma área de 186.000 hectares, implantando diversas propriedades produtivas e construindo, em 1981, a empresa CARIG (Colonizadora e Administradora Vale do Rio Grande Ltda.), objetivando a execução e a implantação de um loteamento.

Em 1981, o empresário criou o Posto de combustíveis Mimoso Ltda, que teve suas atividades iniciadas em 02 de abril de 1982. O posto localizava-se estrategicamente no entroncamento das rodovias BR 020 e BR 242, considerado, na época, um ponto de apoio e de referência para quem se dirigia às cidadesde Salvador e de Brasília ou para o estados de Goiás, Tocantins, Piauí e Maranhão, além de ficar em um ponto central nas áreas agricultáveis do Cerrado baiano, que iniciava seu desenvolvimento. O loteamento foi aprovado no ano de 1984, com o nome de Rancho Grande. Porém, devido à influência do posto de combustíveis, o loteamento recebeu uma alteração do nome para Mimoso do Oeste, em 1986.



**FOTO 1.3 – ANTIGO POSTO MIMOSO, ATUAL POSTO BRASIL, EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES**  
Autor: Clayton Gomes Ilario, 13 nov.2009.

Devido a estratégia do empresário, o povoado de Mimoso do Oeste desenvolveu-se consideravelmente a partir de 1984, com a instalação da companhia agrícola Cotia, ano que dá início à chegada de migrantes ao local (paulistas e mineiros). Oll

---

<sup>10</sup>Arnaldo Horácio Ferreira foi um dos pioneiros de Brasília, fundador da cidade de Alvorada do Norte no Estado de Goiás.

PRODECER(Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados), resultado de acordo entre os governos japonês e brasileiro, beneficiou os descendentes japoneses. Destaca-se também a participação dos “gaúchos”<sup>11</sup> Constantino Catarino de Souza, responsável pela compra evenda de terras da região para outros gaúchos e sulistas, e do paranaense LuisRicardi, pioneiro na produção de soja em larga escalana região e na construção de silos para a armazenagem dos grãos, reconhecido, na região, como um dos grandes incentivadores damigração dos sulistas para trabalhar na lavoura de soja. O aumento da produção da soja contribuiu para a instalação das primeiras indústrias de processamento de grãos da região – Bunge Alimentos S/A e Ceval Alimentos do Nordeste Ltda– com o auxílio do empresário Arnaldo Horácio Ferreira, que fez a doação das terras para a instalação das plantas produtivas.

Com o passar dos anos, o povoado de Mimoso do Oeste desenvolveu-se associado principalmente à moderna agricultura e à agroindústria. Em 1997, foi elevado à condição de distrito (de Barreiras) e, em 2000, após um plebiscito e com o apoio do Senador Antonio Carlos Magalhães, no dia 19 de Março de 2000, Luís Eduardo Magalhães<sup>12</sup>foi emancipado.

A criação do município de Luís Eduardo Magalhães representou a separação dos agroindustriais sulistas das oligarquias baianas centralizadas em Barreiras. Segundo Alves (2006), a nova situação possibilitou ao recém criado município de Luís Eduardo Magalhães controlar uma parcela considerável das terras agricultáveis da região, sendo que, em parte delas, havia a presença de projetos agropecuários modernos, sobretudo na produção de soja, algodão e café. A esse respeito, Elias (2006) observa que:

---

<sup>11</sup>Ressaltamos que a expressão “gaúcho” não se refere apenas aos migrantes oriundos do estado do Rio Grande do Sul, mas sim de todos os migrantes “sulistas” que ocuparam a região do Oeste Baiano, entre os principais: os paranaenses, os paulistas, os mineiros e os gaúchos.

<sup>12</sup>O nome do município emancipado refere-se a Luís Eduardo Magalhães (1955 – 1998), filho do Senador Antonio Carlos Magalhães, deputado federal e falecido em 1998.

Luís Eduardo Magalhães é resultado da luta política desencadeada pelos migrantes descendentes (especialmente gaúchos) que se associam ao sistema agroindustrial da soja e buscam consolidar o próprio território, independentemente de outras forças conservadoras locais. Na nossa opinião, este é um dos últimos municípios criados como resultado das novas formas de uso do território brasileiro inerente a expansão da agricultura científica e globalizada, cuja economia se sustenta no agronegócio (ELIAS, 2006:67).

Atualmente, o município destaca-se como uma das principais áreas produtivas de *commodities* agrícolas existentes no território nacional e está diretamente relacionado ao agronegócio. Apresenta, nos últimos anos, um elevado crescimento econômico e urbano, mas que não se reflete na melhoria das condições sociais, marcadas por uma desigualdade extrema.



**FOTO 1.4 –RODOVIA BR- 020, NO MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES**  
Autor: Clayton Gomes Ilario, 09 nov.2009.

## **1.2 Os espaços competitivos da produção: a evolução do agronegócio no Oeste Baiano**

Segundo Graziano da Silva (1998), nas últimas décadas, a modernização da agricultura transformou, por completo, o campo brasileiro. Essa modernização agrícola foi iniciada na segunda metade do século XX e pode ser dividida em duas fases: 1) a primeira corresponde às décadas de 1960 e 1970, quando as atividades do campo

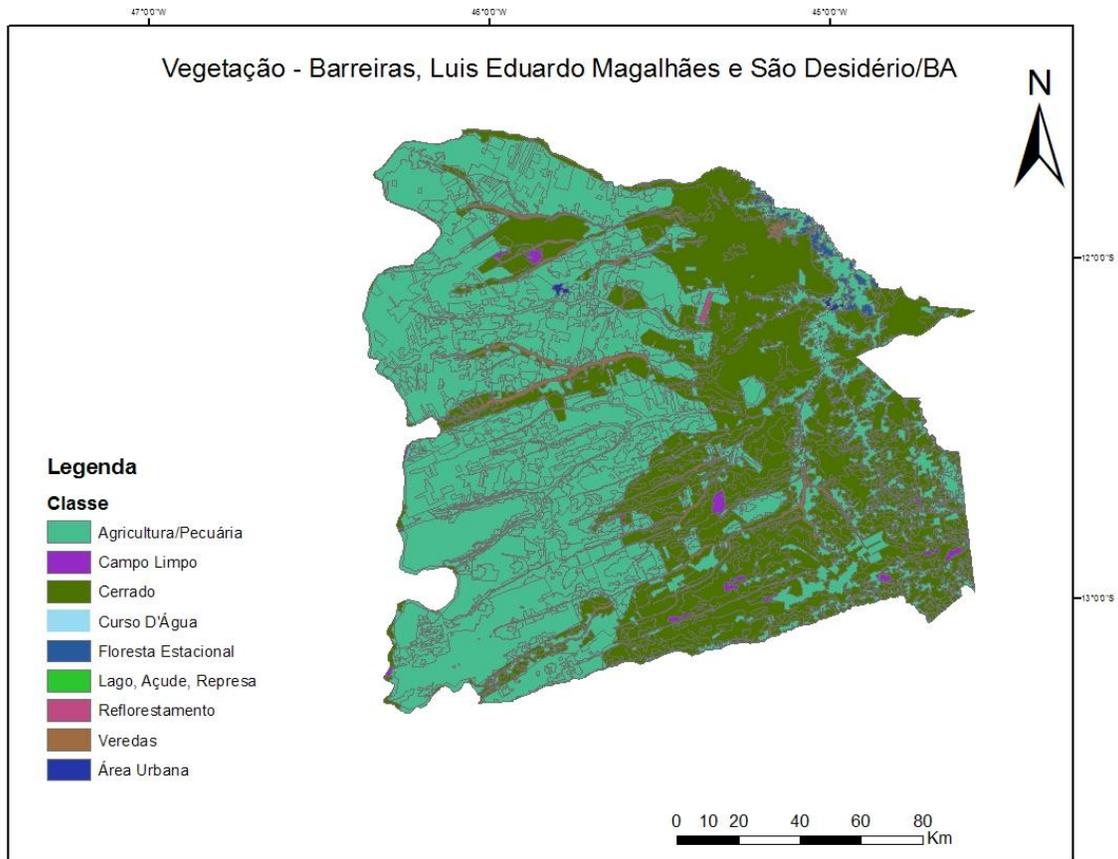
estavam diretamente relacionadas à acelerada urbanização e à industrialização do país o Estado desponta como o principal articulador e financiador dos agentes diretamente envolvidos na produção agrícola e na agroindustrialização (formação dos complexos agroindustriais); 2) na segunda fase, a partir de meados da década de 1980, o agronegócio no Brasil assume parâmetros produtivos condizentes com a competitividade dos mercados internacionais de *commodities*. Nesse aspecto, a logística destaca-se como fator fundamental para o aumento de fluidez territorial e como diferencial para o escoamento de produtos agrícolas e agroindustriais no Brasil. Nesse período, o Estado mantém-se como um dos principais agentes articuladores do processo modernizador do território, mas abre espaço para a atuação das grandes empresas agrícolas (*tradings* e agroindústrias) na matriz regulatória. Destaca-se também “a consolidação das fronteiras agrícolas e a afirmação de sistemas logísticos e regiões competitivas vinculadas a algumas culturas no Centro-Oeste e em porções do Norte e do Nordeste” (CASTILLO, 2007).

A produção agrícola em larga escala no Oeste Baiano foi impulsionada pela ocupação dos Cerrados no Brasil<sup>13</sup>. Alguns fatores contribuíram para este desenvolvimento: (1) vastas áreas para ocupação; (2) relevo plano que permite a mecanização das atividades agrícolas e (3) solos altamente produtivos, mas dependentes de correção química, com diferentes combinações de adubos, de fertilizantes e de calcários<sup>14</sup>. As Figuras 1.3 e 1.4 demonstram as principais características da vegetação e da geomorfologia dos municípios estudados:

---

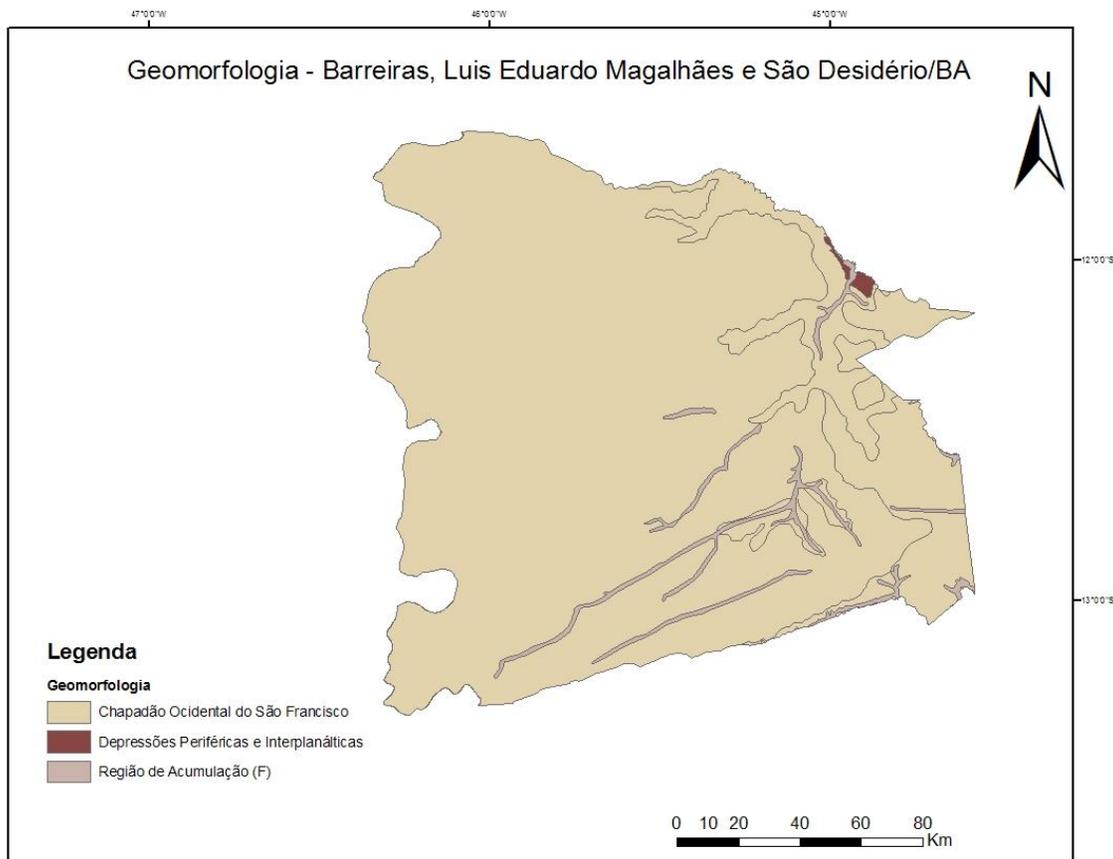
<sup>13</sup>Os anexos 1, 2 e 3 demonstram a evolução da área agrícola no Oeste Baiano.

<sup>14</sup> A respeito destas características, Castillo observa que “as áreas de fronteira agrícola consolidada e em expansão reúnem características particulares (fisiográficas e geoeconômicas) que, num contexto de globalização econômica, as tornam mais aptas a receber o novo de maneira menos resistente, constituindo condições geográficas ideais para a política de grandes empresas, para além do processamento industrial e da comercialização. De um lado, as características edafo-climáticas e a topografia e, de outro, a grande concentração fundiária, a urbanização especializada e dispersa, a baixa densidade de infra-estruturas, a distância em relação aos portos exportadores e um vasto estoque de terras ainda a ser ocupado pelo agronegócio, criaram possibilidades inéditas para a atuação de grandes empresas” (CASTILLO, 2008:10-11).



**FIGURA 1.3 – VEGETAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO.**

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados cartográficos disponibilizados pela SEI.



**FIGURA 1.4 – GEOMORFOLOGIA DOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO.**

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados cartográficos disponibilizados pela SEI.

A ocupação dos Cerrados pela agricultura em larga escala, no Brasil, ocorreu a partir do desdobramento de diversos programas de desenvolvimento<sup>15</sup>. Todos os projetos e planos, direta ou indiretamente, contribuíram para o desenvolvimento da agricultura moderna e mecanizada no Oeste Baiano. Entretanto, destacamos dois projetos, que mais diretamente levaram o agronegócio ao extremo oeste do estado da Bahia.

<sup>15</sup>Podemos destacar o PIN (Programa de Integração Nacional), o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste), o PRODOOESTE (Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste) e o PROFIR (Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação).

### **1.2.1 Centro de Pesquisas Agropecuária dos Cerrados (CPAC), atual EMBRAPA CERRADOS<sup>16</sup>**

A empresa atuou em projetos associados com centros de pesquisas agrícolas em escala internacional, federal e estadual, objetivando o melhoramento dos solos para a produção agrícola nos Cerrados. Entre os diversos trabalhos da instituição, destaca-se a implementação bem sucedida da cultura da soja, do milho e do algodão herbáceo em solos corrigidos quimicamente, nas décadas de 1970 e 1980, no Oeste Baiano.

### **1.2.2 II PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados**

Segundo Mizumoto (2009), desde a década de 1960, o governo japonês propunha ao governo brasileiro um projeto de colonização e de aproveitamento dos Cerrados, financiado pela *Japan Internacional Cooperation Agency*, a *Jica*<sup>17</sup>.

Ainda segundo Mizumoto (2009), em 15 de julho de 1971, foi assinado, pelo então presidente Emílio Garrastazu Médici, um acordo básico de cooperação técnica Brasil-Japão. Esse acordo viabilizou a vinda de técnicos japoneses para estudar a economia e os Cerrados do Brasil. No ano de 1976, o presidente Ernesto Geisel criou o Programa de Desenvolvimento Agrícola da Região dos Cerrados, o II PRODECER, que previa a ocupação dos Cerrados brasileiros por capital japonês e brasileiro. Também no ano de 1976, a *Jica* assinou um acordo de cooperação com o CPAC, atual EMBRAPA CERRADOS.

Para Mizumoto (2009), o programa apresentou como resultado a implantação e o desenvolvimento de tecnologias objetivando a adaptação de técnicas para a produção de alimentos no Cerrado. O programa contribuiu, principalmente por meio de pesquisas e financiamentos, para o aperfeiçoamento da produção de sementes, para a adequação

---

<sup>16</sup>Segundo dados disponibilizados em (<http://www.cpac.embrapa.br>, acesso em 07/11/2010) atualmente a equipe técnico-científica é composta por 96 pesquisadores, sendo 55 com doutorado, 41 com mestrado, além de 39 técnicos de nível superior. Para dar suporte às atividades de pesquisa e de desenvolvimento, conta com uma equipe de 91 assistentes e 153 auxiliares de operação. Está localizada na cidade de Planaltina – DF.

<sup>17</sup>Oficialmente, “A *JICA* é uma agência de cooperação internacional para compartilhamento de conhecimentos e de experiências, entre o povo japonês e os de países em desenvolvimento.” (disponível em: <http://www.nippobrasilia.com.br>, acesso em:01/08/10).

das culturas ao solo e ao clima do Cerrado, no Oeste baiano e, principalmente, para o seu manejo. Destacou de início a produção do algodão em condição de sequeiro e de diversas culturas irrigadas como o café e o feijão. A contribuição do II PRODECER na região é analisada por Mizumoto (2009), que afirma que

Seguindo os cursos de implantação dos projetos do PRODECER, surge na Bahia os centros agrícolas de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães, cidades referência de desenvolvimento da agricultura no Cerrado. O estado da Bahia, que se tornou um indicador de excelência na produção de algodão, soja e milho, abastece o Nordeste brasileiro além de exportar produtos de alta qualidade (MIZUMOTO, 2008:326).

No estado da Bahia, dois projetos relacionados ao II PRODECER foram implementados: o Projeto Brasil Central, no município de Formosa de Rio Preto, e o Projeto Ouro Verde, no município de Barreiras. Atualmente, o projeto Ouro Verde está inserido no município de Luís Eduardo Magalhães. Como demonstra a Tabela 1.1, a atuação do II PRODECER resultou no aumento da produção agrícola, na geração de empregos e na implantação de infraestruturas administrativas e produtivas para a região.

**TABELA 1.1 – FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO DO II PRODECER NO OESTE BAIANO NA DÉCADA DE 1980.**

Nome do Projeto/estado	Ouro Verde/ BA
Produção (t)	26.830
Produção (mil US\$)	6.700
Impostos Gerados (mil US\$)	1.170
Empregos Diretos	1.600
Empregos Indiretos	3.200
Investimentos (mil US\$)	26.000
Cooperativa Participante e sua Substituição	Cooperativa Agrícola de Cotia/ COOPROESTE
Órgão repassador de recurso	Banco do Brasil
Área de Irrigação (ha)Potencial	3.226
Área de Irrigação (ha)utilizado	846
Infraestrutura agrícola e rural	Silos para grãos: 24.200 ton. Armazém para insumos: 3.000 m <sup>2</sup> Unidade de beneficiamento de sementes Balança para Caminhão Escritório Residência

Fonte Mizumoto, Ogura e Sesma da Cruz, 2008. (adaptado pelo autor).

As pesquisas realizadas pela EMBRAPA CERRADOS e pelo PRODECER possibilitaram a correção dos solos e a viabilização da produção agrícola no Oeste Baiano. Outros fatores como o elevado índice de precipitações e a abundância de recursos hídricos com rios perenes – alimentado pelo aquífero Urucúia, o segundo maior do Brasil – consolidaram esta porção do território como um dos principais produtores de soja, milho e algodão herbáceo.

A expansão da agricultura intensiva em áreas de Cerrado, desde a década de 1980 até os dias atuais, no Oeste do estado da Bahia, provocou alterações substantivas nas dimensões ambiental, urbana, fundiária e demográfica, bem como na logística. Os aspectos normativos foram igualmente afetados e dizem respeito, sobretudo, ao planejamento dos investimentos públicos e privados. Além disso, verifica-se a presença de empresas do agronegócio no Oeste Baiano que assumem o controle de diversas etapas dos circuitos espaciais dos principais produtos, que pode ser verificado na tabela abaixo:

**TABELA 1.2 -BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO. EMPRESAS E OUTRAS ORGANIZAÇÕES, POR SEÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES (CNAE 2.0), 2006 - 2009**

Município	Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)	Ano			
		2006	2007	2008	2009
Barreiras	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	91	90	107	89
	Indústrias de transformação	180	195	219	220
Luís Eduardo Magalhães	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	62	57	63	66
	Indústrias de transformação	88	90	107	132
São Desidério	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	35	38	44	50
	Indústrias de transformação	20	16	17	21

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

A Tabela 1.2 demonstra que nos últimos anos verifica-se um aumento no número de empresas atuantes no Oeste Baiano que apresentam relação direta com o agronegócio. Supomos que a diminuição das empresas agrícolas em Barreiras se

devea aquisição de empresas menores pelas maiores. Assim como no número de empresas, o número total de pessoal ocupado também vem apresentando um aumento nos últimos anos, como pode ser verificado na tabela 1.3.

**TABELA 1.3 - BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO. PESSOAL OCUPADO TOTAL (PESSOAS), 2006 – 2009.**

Município	Ano			
	2006	2007	2008	2009
Barreiras	16.816	19.204	20.610	23.508
Luís Eduardo Magalhães	7.318	8.744	10.546	13.512
São Desidério	2.789	2.487	2.920	3.407

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas

Considerando todos esses fatores descritos, fica evidente que os municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães consolidaram-se como expoentes do agronegócio no Brasil.

### **1.3 A estruturação fundiária no oeste da Bahia**

A ocupação de áreas de Cerrados do Oeste da Bahia pela produção agrícola moderna tem provocado grandes transformações na estrutura fundiária em seus três municípios. Essas transformações decorrem do fato de que estas regiões agrícolas diferem das demais, entre outras coisas, pelo tamanho das unidades produtivas. Cardim (2000) descreve o processo de concentração fundiária associado ao desenvolvimento agrícola da região:

Do ponto de vista da ocupação, diferencia-se a região conhecida como meio-norte e oeste baiano. Esta região teve uma ocupação mais recente, com distribuição de terras públicas superposta à posse existente, onde a questão fundiária é mais sensível, antepondo posseiro a "grileiros legais". Exceção é feita ao Oeste da Bahia que, só nos anos 80, começa a receber o fluxo dos grãos, a semelhança da região de Balsas, no sul do Maranhão, que passa a ser ocupada nos anos 90 (CARDIM, 2000:7).

Em entrevistas, os pequenos produtores locais descreveram que o aumento da produção de grãos da região ocorreu simultaneamente ao processo de grilagem e de expulsão do campo, sobretudo, dos pequenos agricultores, que desenvolviam agricultura de subsistência nos Cerrados. Os entrevistados, que preferiram o

anonimatocomo garantia para a realização da entrevista, relataram que,em muitos dos casos, foram utilizados métodos violentos que possibilitaram a atual configuração no campo no Oeste baiano. Este processo foi descrito por Car (1984):

O processo predominantemente especulativo ocorria muitas vezes à revelia da lei, com uso da violência contra os eventuais donos das terras, por parte dos grileiros, que se apropriavam delas muitas vezes com base em documentos legais conseguidos por meios fraudulentos. Tal processo levou ao acirramento das tensões fundiárias e ao aumento do êxodo rural na região, no início da década de 80. Nesse processo, quem mais sofreu foram os pequenos produtores rurais, expulsos de suas propriedades, onde era introduzida a criação de gado em regime extensivo apenas para que a terra tivesse uma ocupação produtiva (CAR, 1984 *apud* SEI, 2000:30).

O Censo Agropecuário realizado pelo IBGE, em 2006, demonstra claramente a concentração fundiária no extremo oeste do estado da Bahia:

**TABELA 1.4 – BARREIRAS. NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 2006.**

	Número	%	Área (ha)	%
Até 10 hectares	927	46,76	3.080	0,83
De 10 a 100 hectares	706	35,62	20.782	5,6
De 100 a 1000 hectares	190	9,59	71.754	19,34
1000 hectares e mais	159	8,02	275.399	74,22
Total	1982	100	371.015	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

**TABELA 1.5–LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 2006.**

	Número	%	Área (ha)	%
Até 10 hectares	37	10,81	170	0,06
De 10 a 100 hectares	116	33,92	4.207	1,65
De 100 a 1000 hectares	116	33,92	57.804	22,81
1000 hectares e mais	73	21,34	191.151	75,46
Total	342	100	253.332	100

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

**TABELA 1.6 – SÃO DESIDÉRIO. NÚMERO E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, 2006.**

	<b>Número</b>	<b>%</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>%</b>
Até 10 hectares	669	35,79	2.017	0,24
De 10 a 100 hectares	682	36,49	22.367	2,72
De 100 a 1000 hectares	192	10,27	66.767	8,1
1000 hectares e mais	326	17,45	733.431	88,95
<b>Total</b>	<b>1869</b>	<b>100</b>	<b>824.582</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário

As Tabelas 1.4, 1.5 e 1.6 mostram que, apesar do grande número de estabelecimentos agropecuários de até 100 hectares, as grandes propriedades (produtivas ou não) ocupam fração considerável da área agrícola dos municípios analisados, evidenciando uma concentração fundiária acentuada. Essa característica, comum às novas áreas incorporadas pela agricultura moderna nos Cerrados, reflete as grandes transformações que esta parte do território nacional vem sofrendo nos últimos anos e que colaboram para o aumento da desigualdade no campo do Oeste Baiano.

## **CAPÍTULO 2 - CONSOLIDAÇÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA E ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL PRODUTIVA DO OESTE BAIANO**

Para Castillo (2008), a especialização regional produtiva, isto é, a reunião de fatores produtivos e de características particulares que favorecem um certo produto ou grupo de produtos numa determinada porção do território, gera condições para o aumento da produção e da produtividade, elevando, portanto, a competitividade de alguns lugares e de algumas regiões para um determinado tipo de produção.

Para este trabalho, utilizamos, como recorte espacial, os municípios de Barreiras, Luis Eduardo Magalhães e São Desidério, pois além de apresentarem maior produtividade agrícola (principalmente nas culturas de soja, milho e algodão herbáceo), apresentam também outros atributos que lhes garantem competitividade. Para isso, vamos caracterizar os espaços agrícolas existentes no Oeste Baiano, analisar a produção de *commodities* agrícolas e descrever a fluidez territorial existente nesta porção do território nacional.

### **2.1 Caracterização do espaço agrícola no Oeste Baiano: as Chapadas da agricultura empresarial intensiva e os vales da agricultura familiar**

O Oeste Baiano destaca-se no cenário nacional como uma das principais áreas produtoras de soja, milho e algodão herbáceo que podem ser comprovadas pelos índices elevados de produtividade e extensão de área plantada. Entretanto, não são todos os produtores rurais que estão inseridos neste dinamismo agrícola caracterizado por elevados ganhos de produtividade e de rentabilidade. O Oeste Baiano apresenta dois espaços agrícolas com lógicas totalmente diferentes: o produtor agrícola das Chapadas e o produtor agrícola do Vale.

Uma das principais associações setoriais presentes no Oeste baiano – a Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia (AIBA) – descreve as diferenças entre os produtores rurais e, conseqüentemente, seus espaços de produção agrícola:

Duas áreas de características fundiárias distintas compõem a região Oeste da Bahia. São elas o “vale” e o “cerrado”. A região do vale margeia o Rio Grande e tem topografia variada, com depressões e saliências. Lá, predomina a agricultura de subsistência. As atividades mais tradicionais são mandioca, milho, arroz, feijão e pecuária. Já no cerrado, área plana e, portanto, favorável à mecanização, desenvolveu-se o principal pólo agrícola da Bahia. O perfil produtivo do cerrado é de agricultura empresarial e intensiva. Destacam-se entre os agronegócios soja, algodão, milho e café. (AIBA, disponibilizado em <http://www.aiba.org.br>, acessado em 10/07/2010).

A diferença entre esses dois espaços agrícolas não se resume apenas ao tipo de cultura e à morfologia, onde são desenvolvidas as atividades agrícolas da região, como evidencia a AIBA. Mais do que isso, a diferença entre esses dois espaços agrícolas refere-se, sobretudo, às desigualdades impostas aos produtores do vale no acesso a financiamentos, a infraestrutura local para o escoamento da produção, a pesquisas e a técnicas desenvolvidas para o aumento da produtividade e ao apoio, por parte do Estado, na esfera municipal, estadual e federal, no desenvolvimento da atividade agrícola. O quadro 2.1 sintetiza a diferença entre os produtores do vale e do Cerrado.

<b>“Vale”</b>	Pequeno produtor Baixa mecanização Pequena propriedade Baixa rentabilidade Baixa utilização de insumos e fertilizantes Dificuldade na obtenção de financiamentos
<b>“Cerrado”</b>	Grande produtor Alta mecanização e uso de tecnologias Grande propriedade capitalizada Produção de <i>commodities</i> Relação com as <i>tradings</i> Apoio das associações setoriais Alta rentabilidade Alta utilização de insumos e fertilizantes Facilidade na obtenção de financiamentos

#### **QUADRO 2.1 – PRINCIPAIS DIFERENÇAS ENTRE OS PRODUTORES DO VALE E DO CERRADO**

Fonte: Organizado pelo autor a partir de trabalhos de campo.

Com base nas informações descritas, verifica-se no Oeste Baiano a presença de dois espaços agrícolas opostos e desiguais. Nos Vales, desenvolvem-se as atividades agrícolas de subsistência em pequenas propriedades com baixa mecanização, rentabilidade e utilização de insumos e de fertilizantes. Entretanto, nas Chapadas, ocorre outro tipo de produção agrícola. As grandes e modernas propriedades se especializaram na produção de *commodities* como milho, soja e algodão herbáceo; são áreas altamente mecanizadas com elevados ganhos de produtividade e de renda para os agricultores. Essas propriedades foram viabilizadas devido às pesquisas agrícolas, que permitiram a produção pela utilização de grandes quantidades de insumos e pela oferta de crédito (custeio, investimento e comercialização) agrícola<sup>18</sup>. Outro importante fator para o desenvolvimento agrícola da região é o papel das associações setoriais que atuam no Oeste Baiano, objetivando o aumento da produção agrícola.

Um exemplo da convivência entre esses dois tipos de espaços agrícolas ocorre no município de São Desidério. Enquanto no vale, próximo à sede, se desenvolve a pequena propriedade com todas as características citadas acima, no distrito de Roda Velha estão localizadas as extensas áreas planas das Chapadas e a grande produção de algodão, a qual elevou o município a um dos maiores produtores desta oleaginosa no Brasil.

---

<sup>18</sup> O cultivo de soja, milho e algodão-herbáceo se desenvolve no Oeste Baiano sob duas lógicas diferentes. Em grandes propriedades sob a lógica das *commodities*, a produção agrícola é regida por parâmetros atuais da competitividade que são impostos pelos mercados internacionais objetivando a exportação. Sob esta lógica ocorre uma viabilização da produção em grande escala e com um tamanho mínimo. Neste caso a produtividade elevada é proporcional aos custos (sementes, máquinas, insumos químicos, etc). Entretanto, o cultivo de soja, milho e algodão herbáceo podem ser produzidos sob a lógica dos pequenos produtores, neste caso a produção em pequena escala apresenta menores custos e se volta para o mercado local.



**FOTO 2.1 – PROPRIEDADE AGRÍCOLA DO VALE, MUNICÍPIO DE SÃO DESIDÉRIO**  
Autor: Clayton Gomes Ilario, 09 nov.2009.



**FOTO 2.2 – PROPRIEDADE AGRÍCOLA DO CERRADO, EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES.**  
Autor: Clayton Gomes Ilario, 13 nov.2009.

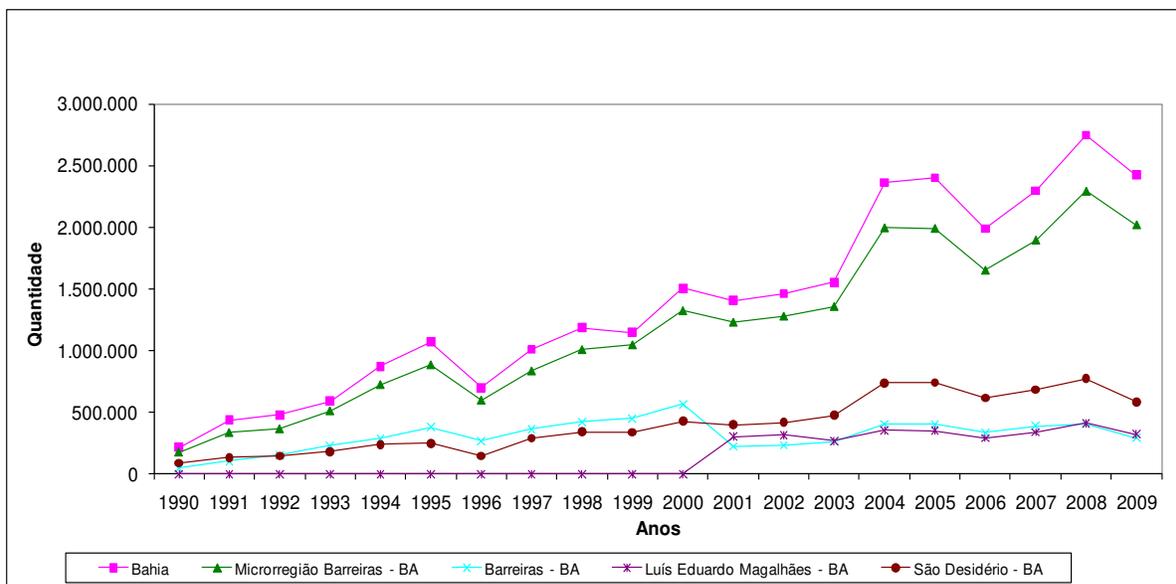
## **2.2 A produção de *commodities* agrícolas no Oeste Baiano**

### **2.2.1 Histórico da produção**

A produção agrícola no Oeste Baiano apresenta uma razoável diversificação. Destacam-se a produção de frutas, principalmente em áreas irrigadas, de feijão, café, sorgo, mandioca, cana-de-açúcar e arroz. No entanto, essas atividades agrícolas têm menor expressividade em comparação à produção de soja, milho e algodão herbáceo.

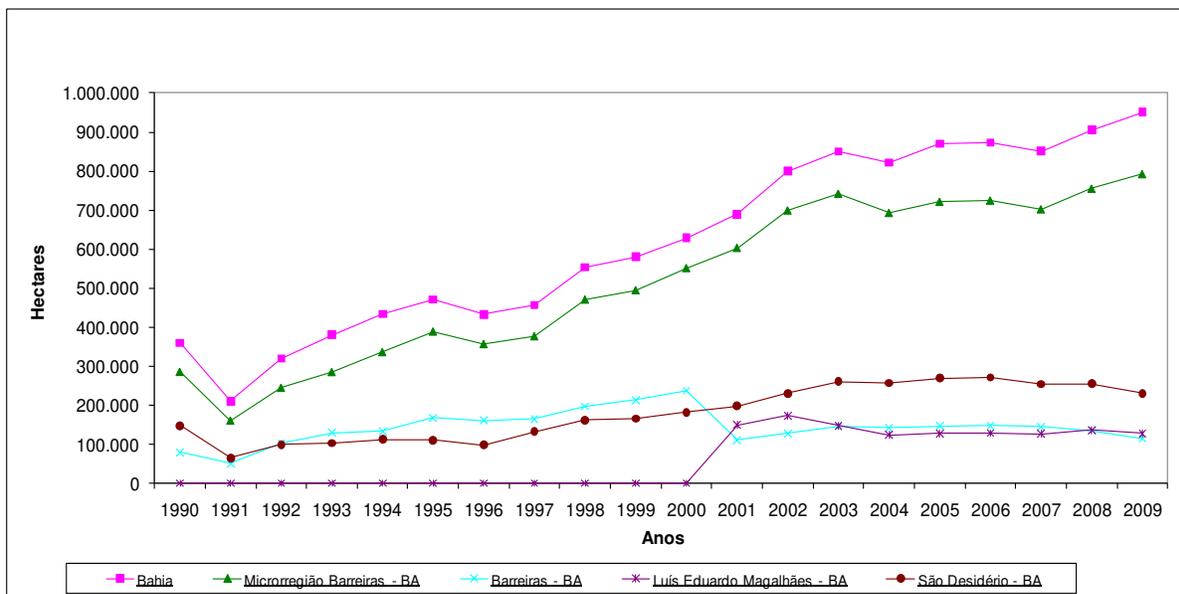
Para demonstrar o dinamismo agrícola do Oeste Baiano e a evolução da produção de soja, milho e algodão herbáceo, foram utilizados dados da Produção Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PAM-IBGE) e da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), com séries históricas a partir da década de 1980, marco que representa o desenvolvimento da agricultura moderna e especializada nos Cerrados do Oeste Baiano. Entretanto, apesar do desenvolvimento da produção das culturas analisadas, que se iniciou na penúltima década do século passado, foi nos anos 1990 que a produção ganhou maior expressividade no cenário nacional e internacional. Buscamos assim interpretar e analisar a produção de 1990 até os dias atuais no que se refere à quantidade produzida e à área plantada.

O Oeste Baiano apresenta uma significativa participação na produção agrícola brasileira e baiana (no caso do algodão herbáceo, soja e milho). A comparação com a produção brasileira pode ser feita nos anexos 4, 5 e 6 que sintetizam, por meio de tabelas, a área plantada e a quantidade produzida de soja, milho e algodão herbáceo do Brasil, do estado da Bahia, da Microrregião de Barreiras e dos municípios de São Desidério, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, abrangendo os anos de 1990 até 2009.



**GRÁFICO 2.1 – MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SÃO DESIDÉRIO, MICRORREGIÃO DE BARREIRAS E ESTADO DA BAHIA. SOJA: QUANTIDADE PRODUZIDA, 1990 – 2009.**

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

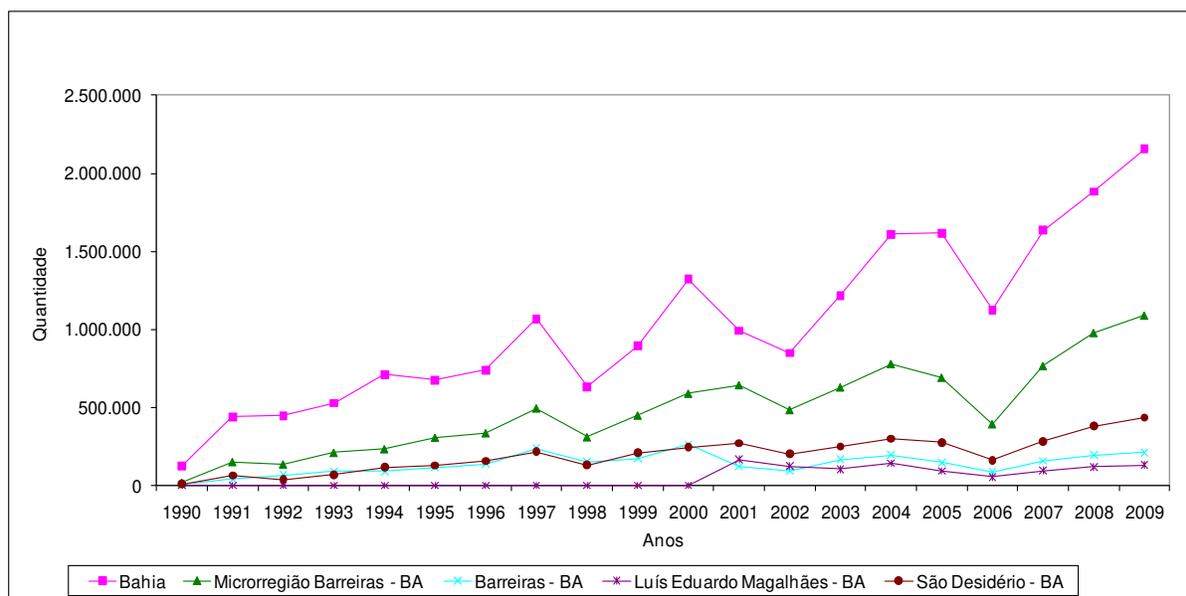


**GRÁFICO 2.2 – MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SÃO DESIDÉRIO, MICRORREGIÃO DE BARREIRAS E ESTADO DA BAHIA. SOJA: ÁREA PLANTADA, 1990 – 2009.**

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

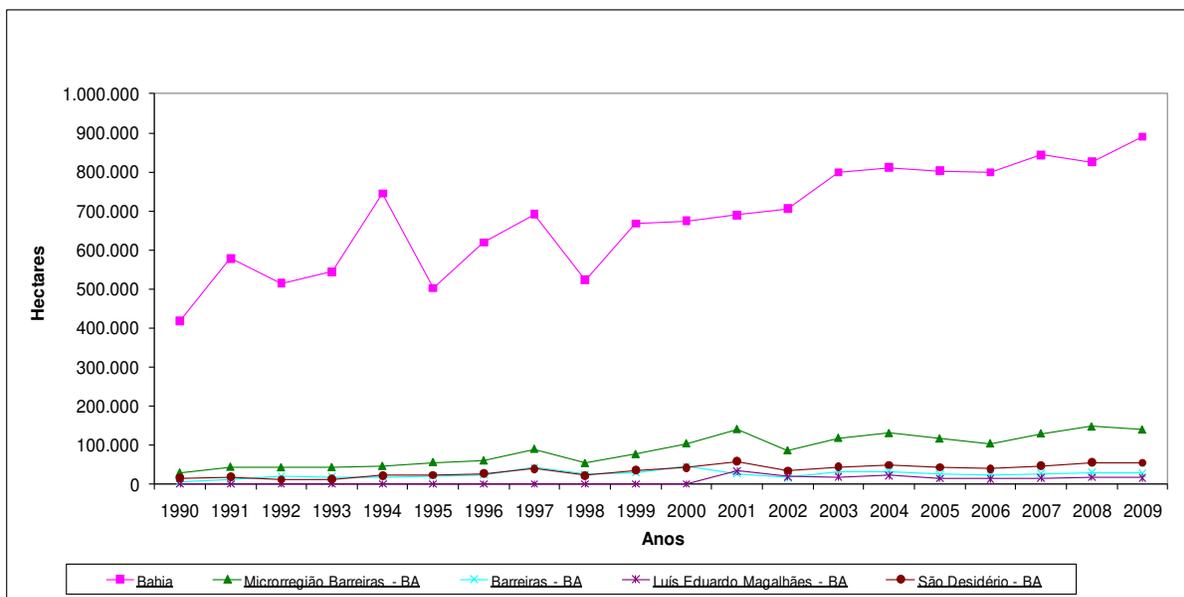
Os gráficos 2.1 e 2.2 e o anexo 4 mostram a evolução da cultura de soja nos municípios de Barreiras, de Luís Eduardo Magalhães e de São Desidério, descritas a partir da quantidade produzida e da área plantada. O gráfico também permite uma comparação entre a produção na microrregião de Barreiras, a produção do estado da Bahia e a produção nacional. De acordo com os dados, verificamos que o Oeste Baiano se insere como um dos principais expoentes da moderna agricultura científica e globalizada e destaca-se como uma das principais regiões do agronegócio intensivo no Brasil.

Os dados também possibilitam identificar sua importância como uma das principais regiões produtoras de soja em âmbito nacional, e em relação à produção estadual e da microrregião de Barreiras, e evidenciam além da sua relevância, o aumento da expansão da fronteira da produção de soja para outros municípios baianos, com destaque para Formosa do Rio Preto.



**GRÁFICO 2.3 – MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SÃO DESIDÉRIO, MICRORREGIÃO DE BARREIRAS E ESTADO DA BAHIA. MILHO: QUANTIDADE PRODUZIDA, 1990 – 2009.**

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

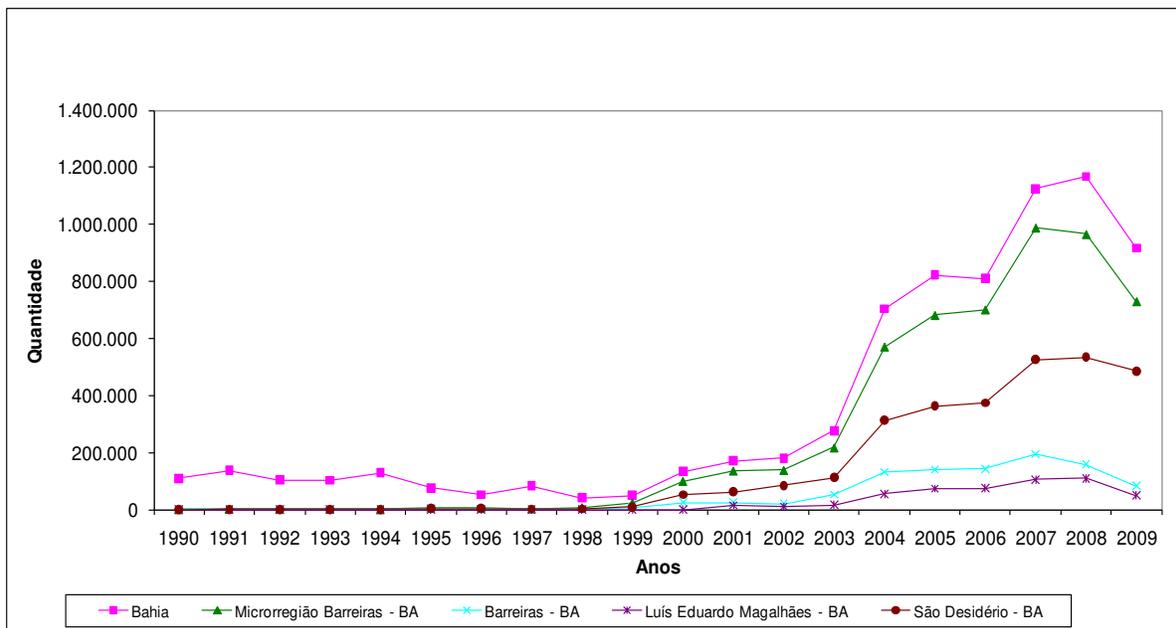


**GRÁFICO 2.4 – MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SÃO DESIDÉRIO, MICRORREGIÃO DE BARREIRAS E ESTADO DA BAHIA. MILHO: ÁREA PLANTADA, 1990 – 2009.**  
 Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

A análise dos gráficos 2.3 e 2.4 e o anexo 5 possibilita reconhecer o Oeste Baiano como uma das principais regiões produtoras de milho, em base moderna e especializada, destacando-se no cenário nacional, estadual e da microrregião de Barreiras como um dos principais expoentes do agronegócio.

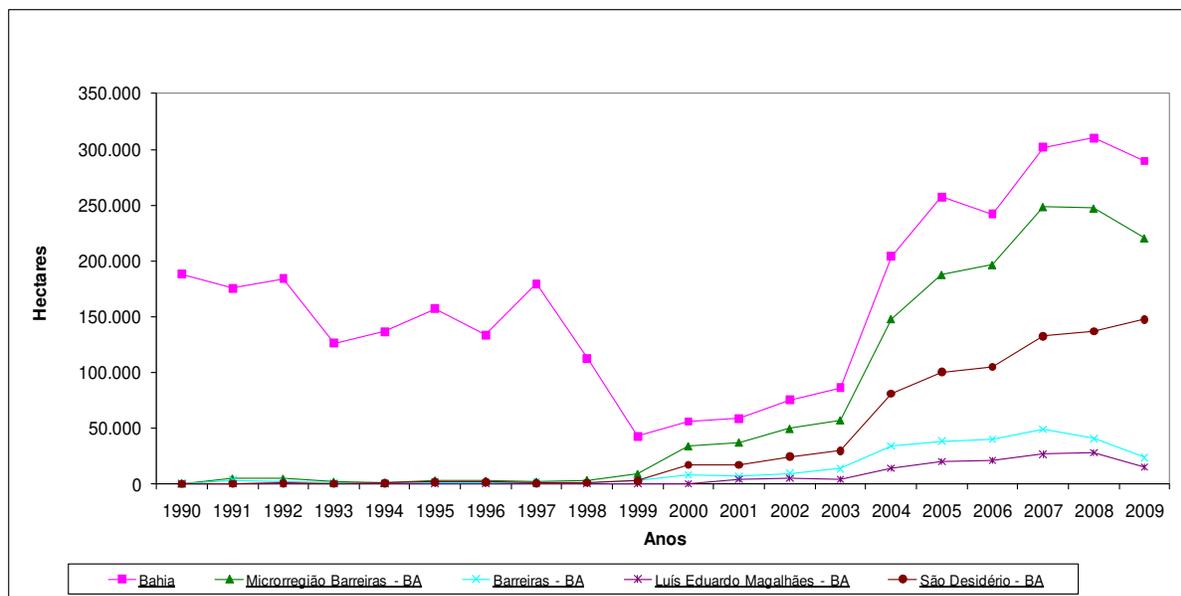
O cultivo do milho destaca-se também como tradicional produto de subsistência e base para a ração da pequena pecuária, sendo muitocultivado em pequenas propriedades no Oeste Baiano, além de outros municípios da Bahia e do Brasil

Assim como a soja, verifica-se uma tendência de estabilidade na produção, apesar das flutuações ao longo dos anos.



**GRÁFICO 2.5 – MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SÃO DESIDÉRIO, MICRORREGIÃO DE BARREIRAS E ESTADO DA BAHIA. ALGODÃO HERBÁCEO: QUANTIDADE PRODUZIDA , 1990 – 2009.**

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal



**GRÁFICO 2.6 – MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES, SÃO DESIDÉRIO, MICRORREGIÃO DE BARREIRAS E ESTADO DA BAHIA. ALGODÃO HERBÁCEO: ÁREA PLANTADA, 1990 – 2009.**

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Em relação à produção do algodão herbáceo, os gráficos 2.5 e 2.6 e o anexo 6, evidenciam que a área plantada e a quantidade produzida apresentam crescimento acentuado sobretudo a partir dos anos 2000, colocando os municípios do Oeste Baiano, em especial São Desidério, como uma das principais regiões produtoras de algodão herbáceo, destacando-se no cenário nacional. Um fator importante desta situação decorre do desenvolvimento do Pólo Industrial em Luís Eduardo Magalhães, com instalação de empresas de beneficiamento<sup>19</sup>, aumentando assim a competitividade da Região Oeste da Bahia<sup>20</sup>.

O desenvolvimento das culturas do algodão herbáceo, soja e milho nos Cerrados baianos deve-se, do ponto de vista técnico, às condições edafoclimáticas, às pesquisas de adequação e às correções dos solos. Além disso, destacam-se a difusão de técnicas e as tecnologias agrícolas, fatores relevantes que elencaram o Oeste Baiano a um dos principais expoentes da moderna e especializada agricultura no Brasil.

### **2.2.2 Insumos químicos e tecnológicos**

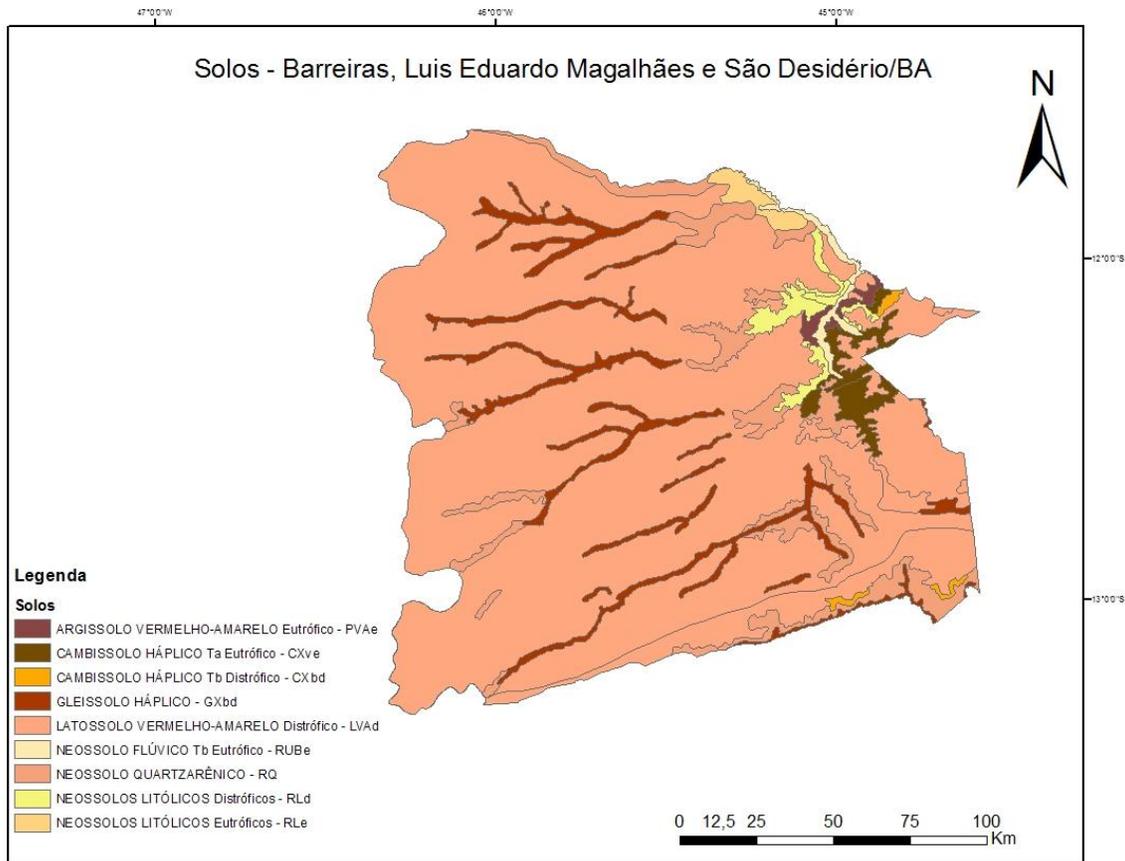
O desenvolvimento da agricultura nos Cerrados do Oeste Baiano foi viabilizado pela correção do *latossolo* amarelo presente na região, o qual apresenta elevados níveis de acidez e grande quantidade de alumínio. Os insumos químicos (corretivos, agrotóxicos etc.) não apenas possibilitaram a adequação dos solos do Cerrados para a agricultura comercial como também possibilitaram o aumento da produtividade e da rentabilidade nas fazendas do Oeste Baiano. Sobre o aumento da produtividade, devemos destacar os insumos tecnológicos (modernas colheitadeiras, semeadeiras, etc.), que não são desenvolvidos e produzidos localmente, mas que dinamizaram a produção em Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães que permitiram à região um aumento da competitividade em escala nacional e internacional, viabilizados

---

<sup>19</sup> Localizada entre os municípios de Correntina e São Desidério (Fazenda Tabuleiro) a Xingu-Agri é a segunda maior usina de beneficiamento de algodão do mundo e a primeira da América Latina.

<sup>20</sup> A queda de produção, verificada em 2008, deve-se à crise financeira mundial que fez cair os preços das *commodities* e elevar os preços dos insumos. Em entrevistas realizadas nos municípios estudados, verificou-se a existência de um comércio clandestino de agrotóxicos oriundos da China. Estes produtos não são certificados pela legislação brasileira, entretanto são utilizados pelos agricultores locais, pois seus preços são inferiores aos produtos comercializados no mercado nacional.

pele paradigma produtivoda globalização. A figura 2.1mostra os tipos de solo encontrados na região.



**FIGURA 2.1 – TIPOS DE SOLOS DOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO.**

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados cartográficos disponibilizados pela SEI.

Nos municípios analisados, estão instaladas plantas industriais especializadas na produção de insumos químicos como a Bunge Fertilizantes S/A e a Galvani Indústria Comércio e Serviços S/A em Luís Eduardo Magalhães e a JCO Indústria e Comércio de Fertilizantes Ltda, no município de Barreiras. Merece destaque, também, a usina de calcário da Mineração do Oeste Ltda., um corretivo aplicado nos solos da região, no município de São Desidério.



**FOTO 2.3 – USINA DE CALCÁRIO NO MUNICÍPIO DE SÃO DESIDÉRIO**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 12 nov.2009.



**FOTO 2.4 – GALVANI INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS S/A, EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 12 out.2010.

### 2.2.3 Máquinas e Implementos

O Oeste Baiano apresenta uma quantidade significativa de estabelecimentos comerciais que oferecem máquinas e implementos agrícolas para a produção da soja, milho e algodão herbáceo. Em Barreiras e no distrito de Roda Velha, em São Desidério, apesar de menor quantidade, destaca-se, entre o comércio local, uma série de estabelecimentos direcionados à produção agrícola moderna e especializada. Mas, em Luís Eduardo Magalhães a especialização produtiva torna-se exacerbada, sobretudo no que se refere à quantidade e à especialidade de estabelecimentos comerciais direcionados ao setor agrícola da região, quase todos às margens da rodovia BR 020. No Oeste Baiano, em especial nos municípios citados, depara-se com uma série de revendas de tratores, plantadeiras, colhedoras, entre outros implementos, utilizados na produção agrícola local. No município, encontram-se revendas da John Deere, Case, Massey Ferguson entre outras.



**FOTO 2.5 – REVENDEDORA DE IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS JOHN DEERE, EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 12 out.2010.

O *Bahia Farm Show* é um importante evento, na região, representando o dinamismo das indústrias de máquinas e de implementos agrícolas no Oeste baiano. No ano de 2010, o *BahiaFarm Show*, realizada num parque de exposições em Luís Eduardo Magalhães, ocorreu entre os dias 01 e 05 de junho. Segundo dados disponibilizados pela organização da Feira (<http://www.bahiafarmshow.agr.br>, acesso em: 01/10/2010), as negociações durante os cinco dias do evento somaram R\$ 316 milhões, marcando um crescimento de 47,6% em relação ao valor movimentado em 2009. O público também foi maior: mais de 38,5 mil pessoas, que a visitaram, representou um aumento de 20% em comparação com a edição de 2009. A Feira é organizada e realizada pelas principais associações setoriais do Oeste Baiano, entre elas: Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia – AIBA, Associação Baiana dos Produtores de Algodão – ABAPA, Associação dos Revendedores de Máquinas e Equipamentos Agrícolas do Oeste da Bahia – ASSOMIBA, Fundação de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento do Oeste da Bahia, Fundação BA e Prefeitura de Luís Eduardo Magalhães. Os números do evento demonstram o dinamismo do comércio de máquinas e de equipamentos no Oeste Baiano, que se especializou na produção de *commodities*. O produtor local não precisa deslocar-se para grandes centros para a aquisição de máquinas e de implementos agrícolas, pois o dinamismo agrícola levou ao Oeste Baiano a instalação de revendas dos principais fabricantes do setor.

#### **2.2.4 Assistência técnica especializada**

O Oeste Baiano dispõe de uma rede altamente desenvolvida de assistência técnica e especializada para a produção de soja, milho e algodão herbáceo. A constituição de uma rede de assistência se deve, sobretudo, às associações setoriais presentes nos municípios de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães. A Figura 2.2 apresenta algumas das associações setoriais existentes no Oeste baiano.



**FIGURA 2.2 – PRINCIPAIS ASSOCIAÇÕES SETORIAIS DO OESTE BAIANO**

Fonte: elaborado pelo autor

As associações setoriais, buscando aumentar a produção agrícola no extremo oeste do estado da Bahia, constituíram diversas parcerias com as instituições privadas e com o poder público nas esferas municipal, estadual e federal e criaram um quadro qualificado de consultores jurídicos, economistas, engenheiros e administradores, dentre outros, objetivando avaliar os principais problemas e as possíveis soluções como a aplicação de novas técnicas que permitam o crescimento do agronegócio no Oeste Baiano. Soma-se a isso o interesse político no aprimoramento do Oeste Baiano como um expoente na produção de *commodities* no Brasil, que resulta em ganhos e rentabilidade para os associados.

Além da contribuição das associações setoriais, concentram-se, na região, ações de suporte e de desenvolvimento marcadas pela presença de escritórios da Empresa Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural, de Faculdades particulares e públicas – como a Universidade Federal da Bahia e Universidade do Estado da Bahia– e escritórios de fornecedores das indústrias sediadas nesses municípios, que provém técnicos e engenheiros para os serviços solicitados.

Um fator importante, que deve ser destacado, refere-se ao grande percentual de trabalhadores que atuam na assistência técnica e especializada do Oeste Baiano serem oriundos dos estados de ocupação agrícola mais antiga, como São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Esses profissionais foram atraídos pelo

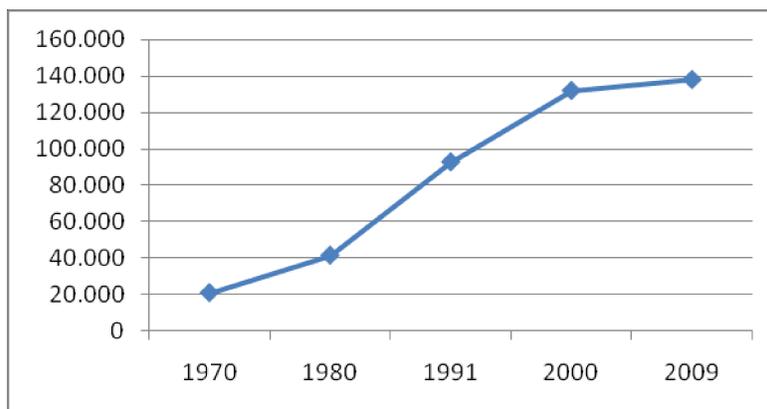
dinamismo agrícola da região e pela falta de mão-de-obra local especializada.

## 2.2.5 Crescimento demográfico e urbanização recente e especializada

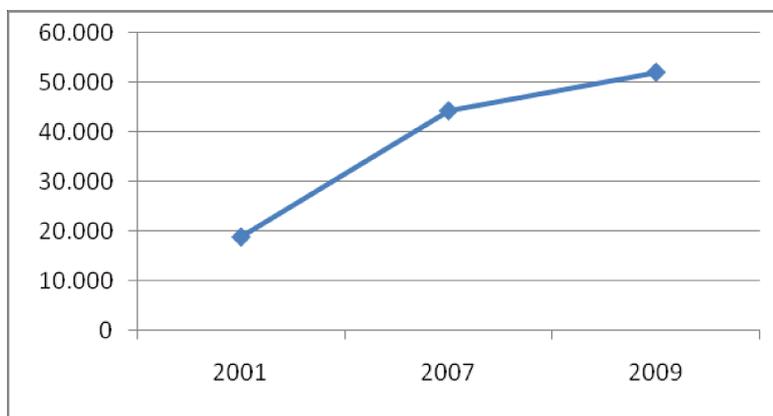
Consideramos recente a urbanização em áreas de Cerrados com base no crescimento da população urbana, como afirma Santos (1988):

Após 1960 e sobretudo 1970, a urbanização conhece um novo tempo. A partir desse momento, novos fatores surgem, tornando mais complexo o fenômeno da urbanização. Temos uma modernização e ampliação dos transportes e das comunicações; uma expansão capitalista no campo e nas demais atividades; um movimento de migrações muito forte; uma nova divisão do trabalho social e territorial; que se superpõem à divisão do trabalho social e territorial anterior, etc. Tudo isto tem como resultado, uma aceleração do processo de urbanização (SANTOS, 1988:90).

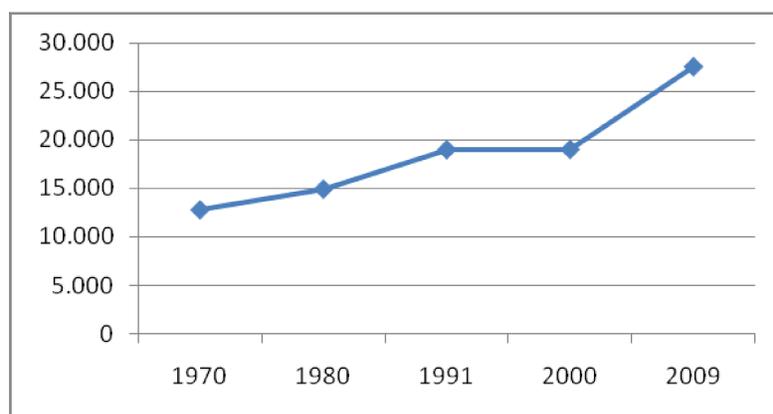
Os municípios analisados apresentaram um acentuado crescimento demográfico desde a década de 1980, quando a agricultura moderna e especializada chegou ao Cerrados do Oeste Baiano. Os gráficos 2.7, 2.8 e 2.9 demonstram esse processo.



**GRÁFICO 2.7 – MUNICÍPIO DE BARREIRAS. CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, 1970 – 2009.**  
Fonte: IBGE



**GRÁFICO 2.8 – MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, 2001 – 2009.**  
 Fonte: IBGE



**GRÁFICO 2.9 – MUNICÍPIO DE SÃO DESIDÉRIO. CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO, 1970 – 2009.**  
 Fonte: IBGE

O crescimento demográfico dos municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães<sup>21</sup> é resultado do intenso fluxo migratório relacionado à ocupação dos Cerrados pela agricultura. Desde a década de 1980, pessoas de todo o Brasil deslocaram-se para a região, destacando-se os gaúchos, paranaenses, paulistas e mineiros, como já mencionado. O fluxo migratório na região pode ser dividido em dois momentos: (1) de ocupação das terras relacionada à aquisição de propriedades para a produção agrícola e (2) da necessidade de mão-de-obra qualificada, sobretudo nas culturas da soja, milho e algodão-herbáceo, fenômeno denominado por Santos (1993) de “migração descendente”.

<sup>21</sup>Verificou-se uma diminuição do ritmo de crescimento de Barreiras entre 2000 e 2009.

O aumento da população no Oeste Baiano também decorre dos movimentos migratórios internos no estado da Bahia. Na região, há uma forte presença de baianos oriundos do semi-árido, que se deslocaram para a região em busca de trabalho e de melhores condições de vida. Porém, a maior parte dessa população apresenta baixa qualificação para o trabalho no campo moderno e especializado. Como resultado, a população migrante se acumulou nas periferias de Barreiras e de Luís Eduardo Magalhães, gerando outros problemas de caráter social.

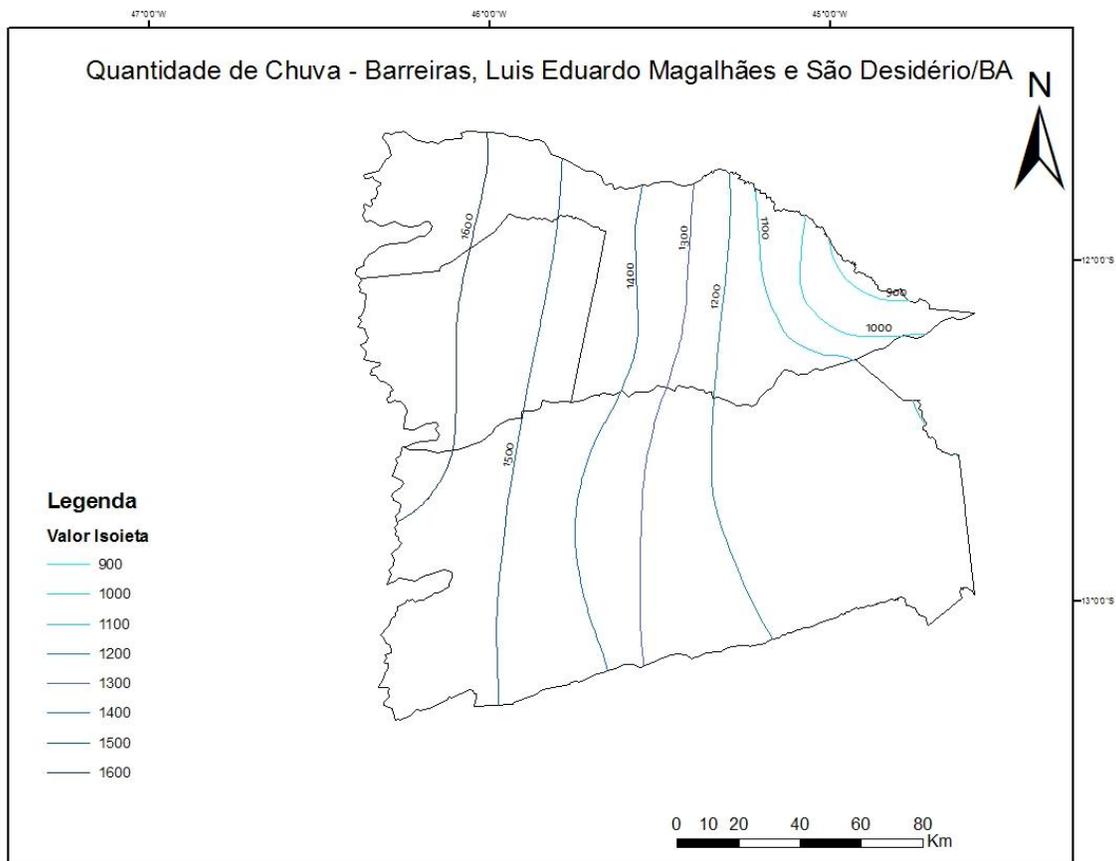
Sobre a urbanização, os três municípios analisados apresentam situações distintas. São Desidério, por exemplo, apresenta majoritariamente uma população rural. Segundo o IBGE em 2009, do total da população, 62,49% viviam na zona rural, contra 37,51% que viviam na zona urbana. Em Barreiras, o processo de urbanização está diretamente relacionado à posição de centralidade, sobretudo de serviços, que o município ocupa regionalmente, que foram incrementados pelo desenvolvimento agrícola da região. No entanto, Luís Eduardo Magalhães apresenta uma urbanização especializada, diretamente relacionada ao agronegócio. O crescimento do município foi diretamente proporcional ao aumento da produção de *commodities* nos Cerrados. Denise Elias descreve as conseqüências dessa urbanização especializada:

Deflagra-se desordenado crescimento urbano, expandindo-se as cidades ao longo dos sistemas viários regionais ou mesmo seguindo as vias intramunicipais de acesso às sedes distritais e localidades rurais. Passa, então, a ocorrer uma série de problemas atrelados à circulação e à mobilidade urbana e regional, atingindo tanto as áreas centrais da cidade como as periferias, os espaços de transição e as localidades rurais mais longínquas. (...) Deste crescimento urbano predominantemente excludente, emergem diversas questões associadas à forma desigual como se dá o acesso aos benefícios trazidos pela urbanização, assim como os conflitos e incompatibilidades de uso e ocupação do território(ELIAS, 2006:71,72).

Fica evidente, portanto, que a expansão da agricultura intensiva em áreas de Cerrado, como no Oeste do estado da Bahia, tem provocado alterações substantivas no uso e na organização do território brasileiro, sobretudo nas dimensões urbana e demográfica.

## 2.2.6 Terras a serem ocupadas

Apesar de o Oeste Baiano ainda apresentar um potencial para a incorporação de terras e para a produção agrícola, os fatores naturais limitam o processo que, nos últimos anos, ocorria de forma acentuada. As pesquisas sobre os solos permitiram a produção agrícola nos Cerrados por meio da utilização de fertilizantes, de adubos e corretivos, mas ainda não encontraram uma solução para a baixa pluviosidade. Apesar da irrigação ser amplamente utilizada na região, a precipitação limita a produção em condições naturais, dessa forma desacelerando a ocupação dos Cerrados pela agricultura. As chuvas vão diminuindo no sentido Oeste para Leste; dos Cerrados, da divisa com Goiás e Tocantins em direção ao vale na divisa com o semi-árido baiano. A figura 2.3 evidencia isto.



**FIGURA 2.3 – ISOIETAS DOS MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO.**

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados cartográficos disponibilizados pela SEI.

Para a produção em forma de sequeiros (sem a utilização da irrigação), a precipitação deve ser no mínimo de 1.000 mm ao ano<sup>22</sup>. Áreas com precipitação abaixo desse valor permitem o desenvolvimento da agricultura apenas com o auxílio de irrigação, aumentando os custos.

Outro fator que também inviabiliza o avanço agrícola na região está ligado à sua formação geológica. A presença de formações de rochas carbonáticas dificulta o desenvolvimento agrícola.

Apesar desses fatores, os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério apresentam áreas para a ocupação, como mostra a tabela 2.1.

**TABELA 2.1 - TERRAS DEVOLUTAS<sup>23</sup> EM BARREIRAS, EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E EM SÃO DESIDÉRIO**

<b>Município</b>	<b>Área em hectares</b>
Barreiras	441.425
Luís Eduardo Magalhães	23.204
São Desidério	243.138

Fonte: INCRA, 2010

As informações foram sistematizadas a partir de dados sobre a quantidade de terras devolutas, fornecidas pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que demonstra que a evolução da agricultura moderna e especializada no Oeste Baiano continuará nos próximos anos e não será impedida pela falta de áreas com potencial para a produção. No entanto, devemos considerar que as condições naturais – como a quantidade de chuvas e a formação geológica – impediram o avanço mais acentuado da agricultura nos Cerrados baianos.

<sup>22</sup> Os dados foram obtidos em entrevistas com produtores rurais no Oeste Baiano.

<sup>23</sup> Segundo a Agência da Câmara dos Deputados as terras devolutas são “São terras públicas que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo “devoluta” relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado.”. (<http://www2.camara.gov.br/agencia> - acesso em 19/09/2011).

## 2.3 Fluidez Territorial do Oeste Baiano: dimensões técnica e política

Segundo Giordano (1999), dentro do processo de globalização em curso, há um acirramento na competitividade locacional e uma pulverização dos espaços de competitividade, ou seja, uma multiplicidade de espaços concorre entre si na escala mundial. Seguindo a mesma linha de pensamento, Castillo (2008) afirma que a competitividade é um atributo do espaço geográfico, expresso nos lugares, regiões e territórios e não apenas das empresas e das pessoas. O espaço apresenta seus atributos por aquilo que ele agrega como normas, infraestruturas, capacidade produtiva, força de trabalho etc. Nesse sentido, a fluidez contemporânea, baseada nas redes técnicas, é um dos suportes da competitividade (SANTOS, 2002). Castillo confirma isto ao observar que:

Diante da internacionalização dos mercados e das finanças (e também dos custos e parâmetros produtivos), a competitividade regional torna-se obrigatória. No caso dos países periféricos, essa competitividade recai principalmente sobre a produção de *commodities* agrícolas (ou minerais) (CASTILLO, 2007:37).

De acordo com esses parâmetros, o Oeste Baiano pode ser considerado como uma região competitiva (GIORDANO, 1999; BELIK, 2001; CASTILLO, 2008; CASTILLO; FREDERICO, 2010), já que se especializou no campo e na cidade e demandou investimentos agroindustriais (ESPÍNDOLA, 2002), além de infraestruturas e formas de organização logística (CASTILLO, 2008). Os agentes hegemônicos que atuam nessa região agrícola vêm demandando uma maior fluidez territorial (ARROYO, 2001) devido, principalmente: a) à grande distância dessas regiões em relação aos portos exportadores e b) às características da produção (*commodities* agrícolas), exigentes de uma logística capaz de armazenar, de controlar e de movimentar produtos de grande volume e de baixo valor agregado (CASTILLO, 2006).

Emerge, então, uma nova demanda por movimentação de cargas com a consolidação da agricultura moderna e especializada nas áreas de Cerrado do extremo oeste da Bahia, as quais sofrem com os problemas da distância dos portos para escoar

ou comercializar suas produções, ou com os escassos sistemas de transportes na região. O aumento na demanda de movimentação de cargas tem sido estimulado pelos incentivos fiscais à exportação, principalmente de *commodities* agrícolas<sup>24</sup> e pelos financiamentos e programas voltados à modernização da produção agrícola. As políticas públicas passam a incorporar práticas de caráter estritamente geoeconômicas, criando e requalificando os espaços para atender, principalmente, os interesses dos agentes hegemônicos e suas lógicas globais.

Com o intuito de conferir competitividade e fluidez à produção, os poderes públicos municipal, estadual e federal, além das associações setoriais, vêm realizando, nos últimos anos, investimentos em infraestruturas logísticas no Oeste Baiano. Essa porção do território brasileiro possui menor densidade em sistemas logísticos se comparada às áreas agrícolas de ocupação mais antiga. Um dos principais investimentos está na recuperação e na ampliação das rodovias que cortam a região e que representam as principais vias de escoamento da produção agrícola.

Segundo o GEIPOT, há um desequilíbrio da matriz de transportes no Brasil, porque o acesso às áreas de maior produção agrícola somente é possível a partir das rodovias, como no caso do Oeste baiano, e porque ainda persistem dificuldades para a implementação de um sistema multimodal de transportes em razão da falta de capacidade de terminais de transbordo e da falta de equipamentos adequados.

Outra razão, dessa vez apontada por Fleury (2002), mostra que a predominância do setor rodoviário de cargas no Brasil deriva do baixo preço do frete, como consequência da alta fragmentação e excesso de oferta, que levam à prática de concorrência predatória, fazendo com que os preços sejam inferiores ao custo real.

---

<sup>24</sup> Segundo a Agência da Câmara dos Deputados a “Lei Kandir (Lei Complementar 87/96, alterada por diversas outras leis complementares nos últimos anos) promoveu a dispensa do ICMS em operações que destinem mercadorias para o exterior, bem como os serviços prestados a tomadores localizados no exterior. Com isso, estados e municípios perderam parcela da arrecadação de seus impostos. Como compensação dessas perdas, decorrentes da política econômica implementada pelo governo federal, a União ficou com a obrigação de ressarcir os estados e municípios mediante repasse de recursos financeiros.” (<http://www2.camara.gov.br/agencia> - acesso em 30/06/2011). A Lei Kandir propiciou aos produtores de *commodities* uma desoneração da exportação in natura, com menor valor agregado. Este incentivo favorece os exportadores, uma vez que a transformação dos derivados das *commodities* ocorre fora do território nacional. Segundo dados divulgados pelo Tesouro Nacional, de 1996 a 2010 o estado da Bahia recebeu R\$ 1.530.142.543,85 referentes a transferências da Lei Kandir. Disponibilizado em (<http://www.tesouro.fazenda.gov.br> - acesso ao site em 30/06/2011). A denominação da Lei faz referência a Antonio Kandir, economista e político que entre outros cargos ocupados foi ministro de Planejamento Orçamento e Gestão de 1996 a 1998, durante o primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso.

Dentre as implicações dessa situação, contam-se a superexploração do trabalhador (caminhoneiro autônomo ou funcionário de uma empresa de transportes de carga), o envelhecimento da frota e o aumento dos riscos de acidente nas rodovias. Essa dependência do modal rodoviário no transporte de *commodities* agrícolas gera preocupações para as empresas, pois representa o segundo menos eficiente de todos os modais para este tipo de carga, perdendo apenas para o aéreo. A alta concorrência e a falta de regulação acabam por comprometer a rentabilidade do setor que depende cada vez mais de autônomos.

Os produtos agrícolas de grande volume e baixo valor agregado, produzidos em grande parte nos novos *fronts* agrícolas brasileiros (SANTOS; SILVEIRA, 2001) como no Oeste Baiano, deveriam ser transportados por ferrovias ou por hidrovias, pois esses modais são mais adequados para transportes de longa distância, como observa Caixeta-Filho (2001). Com base na análise das “distâncias econômicas universais”, recomenda-se o uso do modal rodoviário para distâncias inferiores a 500 km, do modal ferroviário para distâncias entre 500 e 1.200 km e do modal hidroviário para distâncias superiores a 1.200 km (CASTILLO, 2011). Como a produção do Oeste baiano desloca-se para os portos de Aratu, em Salvador, Ilhéus (BA), Santos (SP) e Paranaguá (PR) recomenda-se a utilização do transporte ferroviário.

Nos próximos anos, as ferrovias<sup>25</sup> e as hidrovias deverão ter sua participação ampliada dentro da matriz de transportes, apesar de continuarem dependentes do mercado externo, pois seu funcionamento deve obedecer a padrões internacionais de eficiência, uma vez que se configuram como corredores de exportação que contribuem para que os produtos brasileiros sejam competitivos no exterior.

O Oeste Baiano apresenta uma significativa participação na produção agrícola brasileira e baiana (no caso do algodão herbáceo, da soja e do milho). Apesar de tal dinamismo, outras questões também devem ser debatidas, pois a especialização produtiva está diretamente relacionada à especialização da infraestrutura de movimentação e de armazenagem assim como dos investimentos realizados e das

---

<sup>25</sup>Entre as obras listadas no PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) está a construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste, cujo projeto pretende fazer a interligação do Oeste Baiano ao porto de Ilhéus/BA, visando o escoamento de grãos, de minérios e de bio-combustíveis produzidos nas regiões oeste, sudoeste e sul da Bahia, bem como o transporte de derivados de petróleo e de fertilizantes no sentido litoral-interior.

normas e leis instituídas<sup>26</sup>. Para Castillo (2007), vão sendo definidas as prioridades de investimentos em infraestruturas, de acordo com interesses corporativos, disfarçados pelo discurso de um desenvolvimento econômico, que, automaticamente, beneficiaria toda a população.

Ações governamentais e empresariais, para constituir a fluidez necessária ao território, podem ser realizadas para facilitar o escoamento de produções agrícolas para a exportação. Em face dessa questão, segundo Castillo (2006), verifica-se, na organização e no uso do território brasileiro<sup>27</sup>, uma decisiva influência da logística e do movimento da soja. No caso do Oeste Baiano, além da soja, as ações também podem ser aplicadas à produção de milho e algodão herbáceo.

A solução encontrada para o Brasil, segundo alguns planejadores, é ampliar a inserção competitiva do país no mercado globalizado. Para que isso ocorra, é necessário aumentar a competitividade das regiões que exportam. Dessa maneira, os investimentos em logística são uma questão fundamental para viabilizar o escoamento da produção agrícola e aumentar a fluidez no Oeste Baiano. O contraponto disso está no fato de que, assim como em outros investimentos feitos no Brasil, os investimentos realizados no Oeste Baiano, para aumentar a fluidez, estão produzindo uma reorganização territorial que pode incluir apenas uma pequena parcela da sociedade.

---

<sup>26</sup> “A regulação híbrida, que caracteriza o atual uso do território brasileiro, é marcada por um campo de forças que define investimentos em logística, envolvendo demandas corporativas e políticas públicas. Nesse sentido, parece cada vez mais importante reconhecer a interação entre três variáveis: 1) a (expansão e consolidação da) fronteira agrícola; 2) a emergência de regiões competitivas nessas áreas de fronteira; e 3) a predominância, no plano das idéias e também das ações, bem como nas políticas públicas e privadas, da logística” (CASTILLO, 2007).

<sup>27</sup> De acordo com Ramos e Castillo (2009) e Castillo e Frederico (2010), **organização do território** é um conjunto de possibilidades de ação, dadas pelas quantidades, qualidades, arranjo e distribuição de objetos (naturais e técnicos), num compartimento político do espaço geográfico. Desse conjunto de possibilidades, algumas permanecem com latência e outras se concretizam, tornam-se existência, expressando o **uso do território**. O que determina quais ações se realizarão em detrimento de outras é um jogo de forças políticas, sociais e econômicas. Esse jogo de forças se fundamenta em regras e normas (institucionais ou não) definidas pelas relações de cooperação e conflito entre Estado, Mercado e diversas formas de organização da Sociedade Civil e é compreendida como **regulação do território**.

## **CAPÍTULO 3 - LOGÍSTICA E COMPETITIVIDADE REGIONAL: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE *COMMODITIES* AGRÍCOLAS NO OESTE BAIANO**

### **3.1 Os circuitos espaciais produtivos no Oeste Baiano**

A análise dos circuitos espaciais produtivos no Oeste Baiano das culturas de soja, milho e algodão herbáceo fundamenta-se como um dos principais indicadores para a compreensão da competitividade e da fluidez nesta porção do território nacional. De acordo com Santos (1994),

Como a localização de diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) pode doravante ser dissociada e autônoma, aumentam as necessidades de complementação entre lugares, gerando circuitos produtivos e fluxos cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, segundo as formas produtivas, segundo a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos (SANTOS, 1994:128).

Para Santos e Silveira (2001), o entendimento do território está ligado à compreensão do movimento, “daí a proposta de abordagem que leva em conta os circuitos espaciais da produção (...) que são definidos pela circulação de bens e produtos e, por isso, oferece uma visão dinâmica, apontando a maneira como os fluxos perpassam o território.”

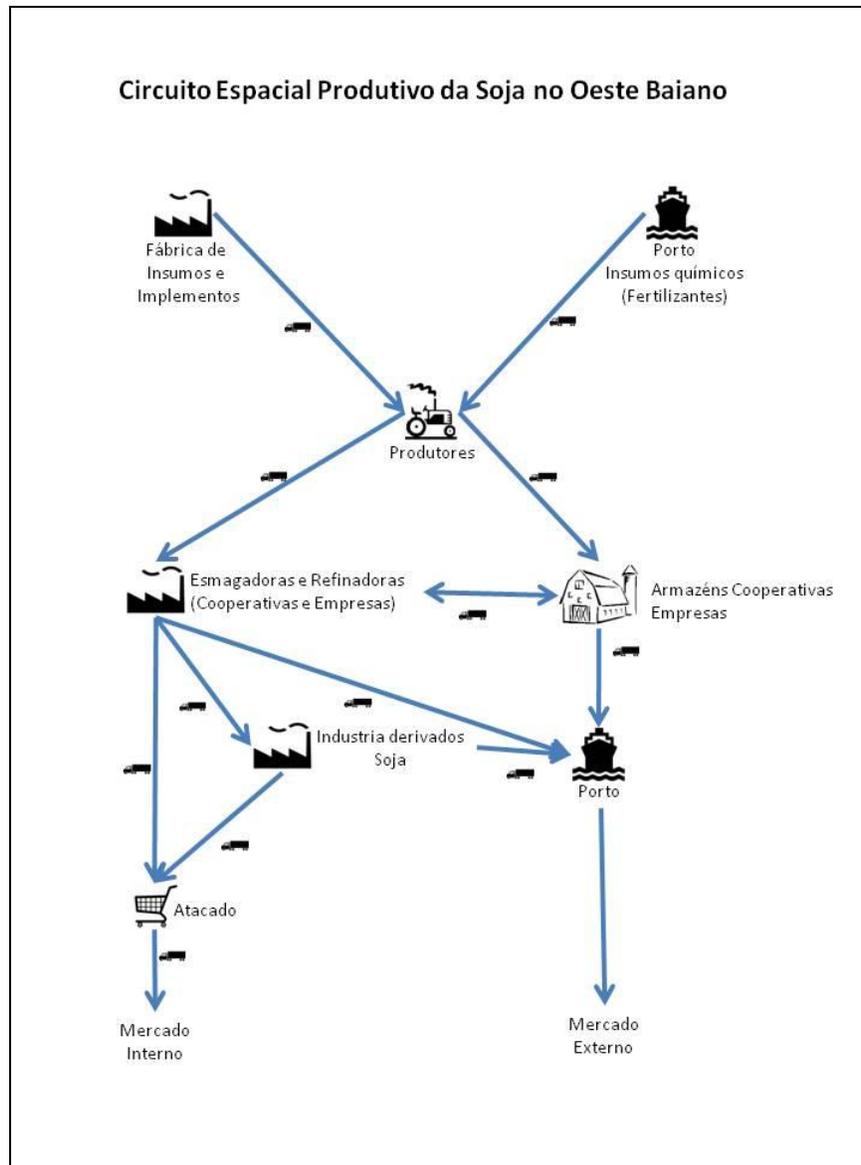
Para Frederico eCastillo (2004), com base em Santos (1988; 2002), Moraes (1991), Arroyo (2001) e Santos e Silveira (2001), os circuitos espaciais produtivos “pressupõem a circulação da matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente (...).”<sup>28</sup>

---

<sup>28</sup>A metodologia dos circuitos espaciais produtivos da soja, milho e algodão herbáceo nos Cerrados já foi desenvolvida e analisada anteriormente por outros autores. Dentre as referências utilizadas, consideramos os trabalhos de Frederico (2009) e Castillo e Frederico (2010).

### 3.1.1 O circuito espacial produtivo da Soja

Para esboçar o circuito espacial produtivo da soja, no Oeste Baiano, foram consultados dados fornecidos pelas associações setoriais como a AIBA, secretarias municipais e *tradings* instaladas na região. A Figura 3.1 representa, de forma bastante simplificada, o circuito espacial produtivo da soja no Oeste Baiano.



**FIGURA 3.1 – CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DA SOJA NO OESTE BAIANO.**

Fonte: elaborado pelo autor

No Oeste Baiano, estão instaladas importantes fábricas de processamento da soja como a Bunge em Luís Eduardo Magalhães e a Cargill em Barreiras. Os fluxos envolvidos no circuito da soja no Oeste Baiano iniciam-se com a importação de fertilizantes utilizados na produção da soja, evidência já apontada por Frederico (2009) no que se refere ao fósforo, nitrogênio e potássio. No Oeste Baiano, esta dependência foi amenizada pela presença da Bunge fertilizantes e da Galvanni, empresas que atuam na região produzindo fertilizantes, mas que não atendem à demanda total da produção. Os fertilizantes são deslocados para a região por meio de rodovias que partem dos portos como Aratu (Salvador) e Ilhéus.

Paralelamente ao fornecimento de outros insumos químicos, biotecnológicos, implementos, crédito (oficial e privado) e outros elementos dos círculos de cooperação, a etapa seguinte do circuito refere-se à produção nas fazendas da região e seu deslocamento para as *tradings* para o armazenamento e processamento. Há produtores, no entanto, que conseguem armazenar seu produto ou conseguem enviá-lo a cooperativas antes do processamento. Nestes casos, a venda para *astradings* pode ser retardada ou mesmo evitada.

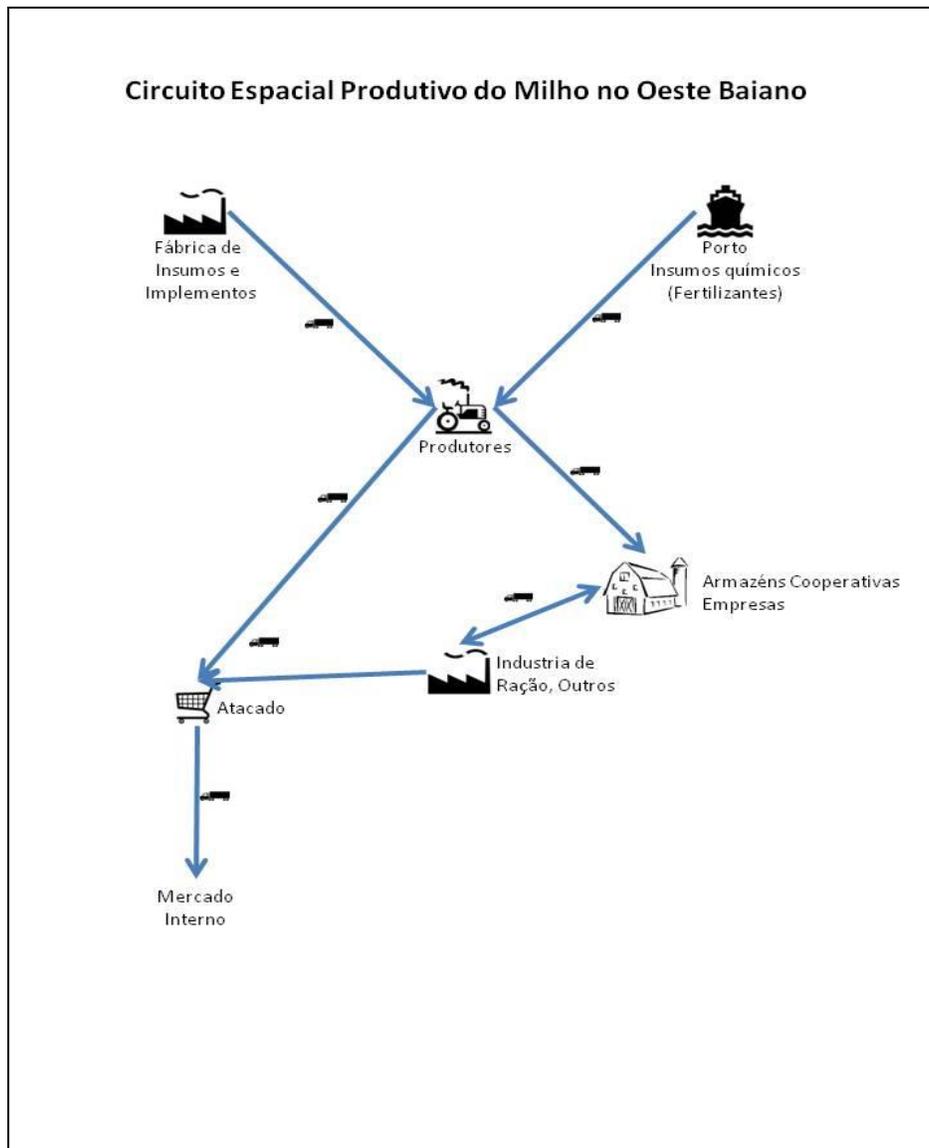
Nas dependências das *tradings* - que também são agroindústrias - ocorre o processamento da soja, gerando farelo e óleo degomado. Os destinos destes produtos, somados à soja em grão, podem ser o mercado interno (60%) e o mercado externo (40%), segundo dados de 2009, fornecidos pela AIBA.

No mercado interno, a soja é transportada por rodovias e abastece toda a cadeia produtiva avícola da região Nordeste, sendo destinada a granjas em forma de ração animal, principalmente nos estados de Pernambuco, Ceará, Alagoas e Paraíba.

Para o mercado externo, a soja e seus derivados são transportados pelo modal rodoviário aos portos de Aratu e Ilhéus, ambos no estado da Bahia, e destes seguem, em sua maioria, para os mercados asiáticos e europeus.

### 3.1.2 O circuito espacial produtivo do milho

Assim como procedemos na pesquisa referente à soja, também consultamos dados fornecidos pelas associações setoriais e secretarias municipais no que diz respeito ao esboço do circuito espacial produtivo do milho no Oeste Baiano, que pode ser visualizado na Figura 3.2.



**FIGURA 3.2 – CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO MILHO NO OESTE BAIANO.**  
Fonte: elaborado pelo autor

Os fluxos envolvidos no circuito espacial do milho no Oeste Baiano inicia-se na importação de fertilizantes utilizados no preparo do solo para o cultivo deste cereal — em detrimento das empresas existentes na região e que fabricam os mesmos produtos — o quais chegam pelos portos de Aratu (Salvador) e Ilhéuse são deslocados para as áreas produtivas através de rodovias

A etapa seguinte é a produção nas fazendas como uma cultura complementar e como safra de inverno ou “safrinha”, implicando em menores investimentos em insumos químicos, físicos e biológicos, reduzindo a demanda por crédito de custeio<sup>29</sup>. No Oeste Baiano, a maioria dos produtores combina a produção de soja ou algodão com milho. O objetivo desta complementação é a garantia de rendimento caso ocorram eventuais problemas com as culturas de soja e algodão ou que os preços não garantam a rentabilidade esperada, além de aproveitar melhor a terra durante todo o ano.

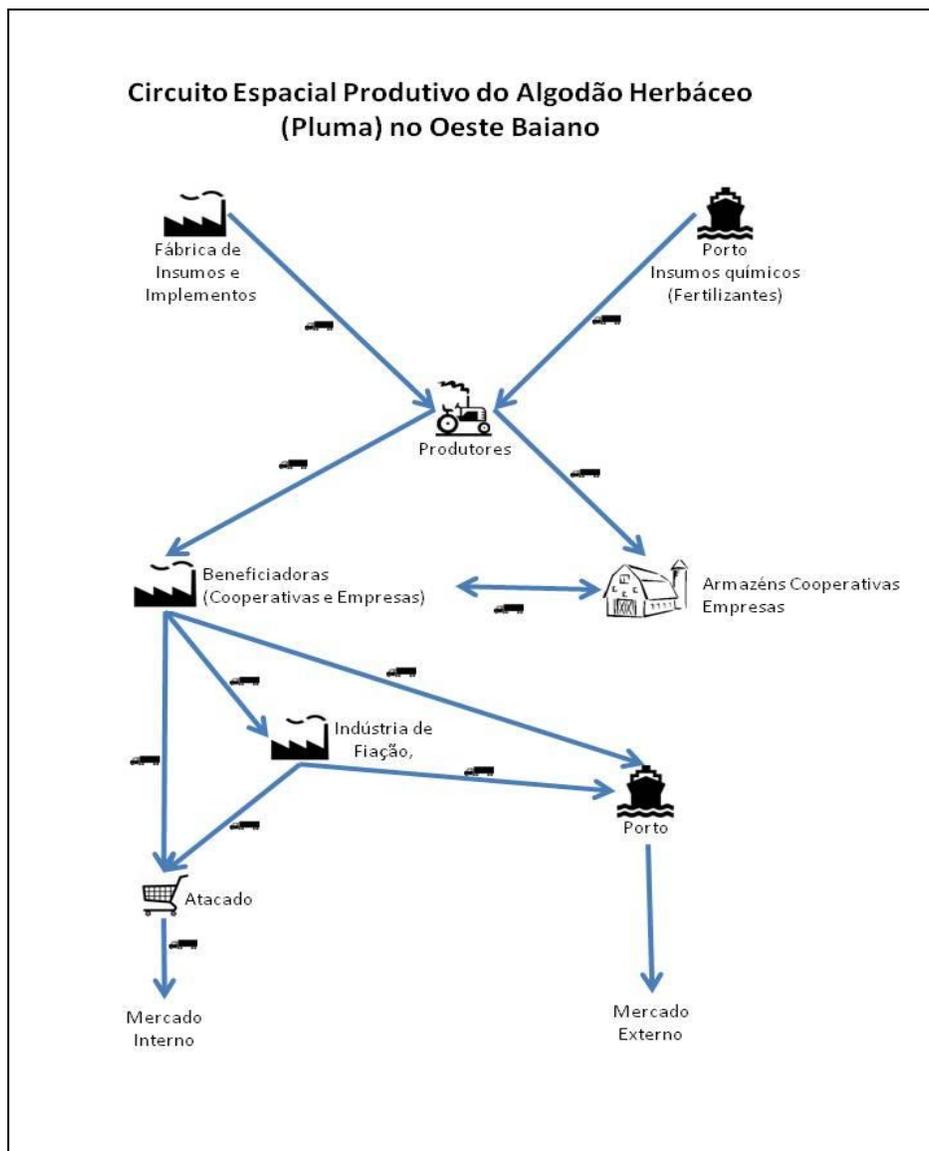
Ao contrário da soja, toda a produção de milho do Oeste Baiano é consumida na Região Nordeste. O destino da produção são os mercados regionais, principalmente para suprir a demanda de ração animal e para o consumo humano na produção de alimentos derivados. No município de Luís Eduardo Magalhães, localizam-se indústrias como o Grupo Coringa e a Mauricéa Alimentos que beneficiam parte do milho da região, fabricando ração animal.

---

<sup>29</sup> Os altos rendimentos no município de São Desidério podem indicar que o milho é a cultura principal.

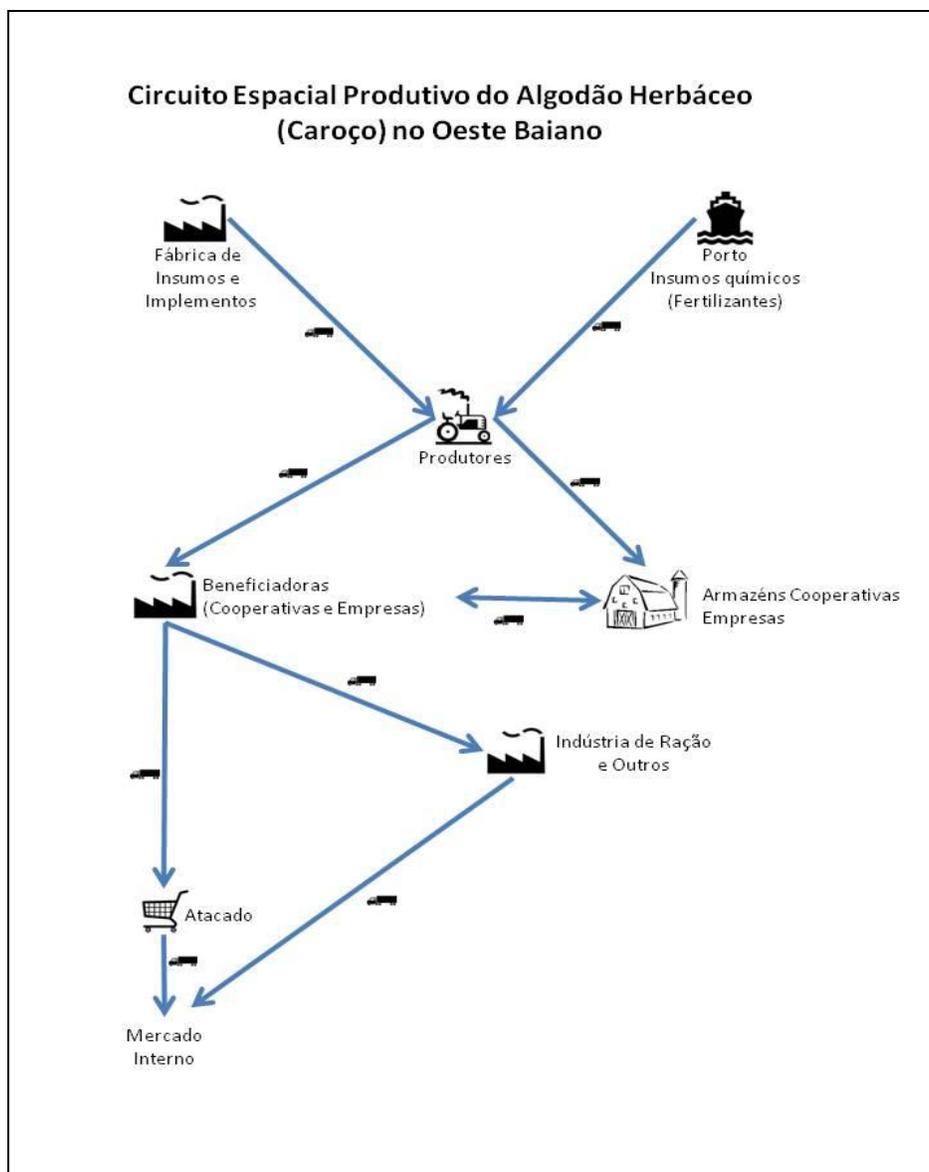
### 3.1.3 O circuito espacial produtivo do Algodão herbáceo

Para a constituição do circuito espacial produtivo do algodão herbáceo no Oeste Baiano, foram consultados dados fornecidos pelas associações setoriais como a ABAPA, as secretarias municipais e *tradings* instaladas na região. As Figuras 3.4 e 3.5 mostram de forma simplificada o circuito espacial produtivo do algodão herbáceo no Oeste Baiano.



**FIGURA 3.3 – CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO ALGODÃO HERBÁCEO (PLUMA) NO OESTE BAIANO.**

Fonte: elaborado pelo autor



**FIGURA 3.4 – CIRCUITO ESPACIAL PRODUTIVO DO ALGODÃO HERBÁCEO (CAROÇO) NO OESTE BAIANO.**

Fonte: elaborado pelo autor

Na região oeste são instaladas importantes fábricas de processamento como a Agrícola Xingu, em São Desidério, considerada uma das maiores da América Latina e a Louis Dreyfusa Multigrain, em Luís Eduardo Magalhães.

O circuito do algodão herbáceo no Oeste Baiano tem início com a importação de fertilizantes — utilizados na produção, como já descrito nos circuitos da soja e milho — deslocados para a região igualmente por rodovias e provenientes, também, dos portos de Aratu (Salvador) e Ilhéus.

A etapa seguinte, paralelamente à aquisição de sementes e outros insumos, precedidas ou não pela aquisição do crédito público ou privado e de contratos de venda antecipada, implica sua grande produção nas fazendas da região, sobretudo no município de São Desidério. Seu deslocamento (pluma e caroço) é realizado após a venda para as *tradings*, responsáveis pelo processamento, armazenagem e beneficiamento. É interessante verificar que poucos produtores conseguem armazenar o algodão herbáceo produzido no Oeste Baiano.

Em seguida, ocorre o beneficiamento do algodão herbáceo pelas agroindústrias, quando se separa a pluma do caroço. Os destinos destes produtos são o mercado interno (50%) e o externo (50%), segundo dados de 2009, fornecidos pela ABAPA.

Para o mercado interno, o algodão em pluma é transportado por rodovias, principalmente para os estados de Minas Gerais e Pernambuco, nos quais é submetido ao processo de fiação. Já o caroço, beneficiado no mercado interno, é transformado em óleo (Biodiesel) e torta de algodão (para ração animal).

Já, para o mercado externo, o algodão em pluma segue também pelo modal rodoviário, principalmente para os portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), e destes segue majoritariamente para os mercados asiáticos e europeus.

### **3.2 O rendimento da terra no Oeste Baiano**

A competitividade de uma região pode ser mensurada a partir da comparação com outras regiões produtivas do território nacional. Atribui-se ao rendimento da terra um dos principais referenciais para confrontar o dinamismo agrícola entre as regiões que se especializaram na produção de culturas como a soja, o milho e o algodão herbáceo.

Um dos traços marcantes das regiões agrícolas competitivas é a busca pelo aumento da produtividade de suas culturas. Ramos (2001) destaca esta importância estabelecida no atual período.

A produção agrícola, seguindo o processo de urbanização e industrialização, insere-se cada vez mais na lógica industrial de produção. Para manter os níveis de rendimento desejados, essa atividade precisa elevar constantemente a sua produtividade e, para tanto, adotar novas tecnologias de produção e organização (RAMOS, 2001:376).

É nesse cenário que procuramos descrever a busca de aumentos significativos do rendimento da terra, como requisito para incrementar os valores da produção agrícola, procurando compreender este processo nos municípios estudados.

Segundo o IBGE, o rendimento médio é a razão entre a quantidade produzida e a área colhida. O cálculo é feito a partir da divisão da produção (medida em quilogramas) pela área (medida em hectares). O resultado obtido é expresso pela unidade quilogramas por hectare (kg/ha).

Para este trabalho, a metodologia utilizada baseia-se na comparação do rendimento médio dos municípios analisados com os principais municípios brasileiros produtores de soja, milho e algodão herbáceo, a partir dos dados fornecidos pelo IBGE.

No mês de outubro de 2010, o IBGE, por meio da Diretoria de Pesquisas e da Coordenação de Agropecuária, apresentou os resultados da Produção Agrícola Municipal do ano de 2009<sup>30</sup>. O estudo permitiu diagnosticar a participação do Oeste Baiano no cenário nacional.

Analisando especificamente os produtos estudados nesta pesquisa, o IBGE reuniu dados referentes aos maiores produtores nacionais. A ordem de classificação refere-se ao rendimento médio. As tabelas, 3.1, 3.2 e 3.3 demonstram os principais municípios produtores de soja, milho e algodão herbáceo.

---

<sup>30</sup>Este trabalho considera estes dados como referência, pois permitem uma comparação atualizada da produção agrícola nos municípios.

**TABELA 3.1 - BRASIL. PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE SOJA:  
RENDIMENTO, 2009.**

<b>Posição</b>	<b>Município</b>	<b>Área Colhida (ha)</b>	<b>Quantidade Produzida (t)</b>	<b>Rendimento Médio (kg/ha)</b>	<b>Valor da Produção (1 000 R\$)</b>
1º	Nova Mutum -MT	330.000	1.049.400	3.180	614.948
2º	Diamantino -MT	279.119	879.225	3.150	545.120
3º	Lucas do Rio Verde -MT	223.500	704.025	3.150	398.478
4º	Sorriso -MT	590.000	1.840.800	3.120	1.067.664
5º	Campo Novo do Parecis -MT	311.500	967.208	3.105	549.374
6º	Sapezal -MT	362.234	1.112.783	3.072	653.204
7º	Nova Ubiratã -MT	240.000	734.400	3.060	430.358
8º	Rio Verde -GO	245.000	735.000	3.000	514.500
9º	Primavera do Leste -MT	220.000	660.000	3.000	422.400
10º	Formosa do Rio Preto -BA	250.336	638.357	2.550	427.827

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal, 2009

**TABELA 3.2 - BRASIL. PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE MILHO:  
RENDIMENTO, 2009.**

<b>Posição</b>	<b>Município</b>	<b>Área Colhida (ha)</b>	<b>Quantidade Produzida (t)</b>	<b>Rendimento Médio (kg/ha)</b>	<b>Valor da Produção (1 000 R\$)</b>
1º	São Desidério -BA	54.535	436.507	8.004	122.222
2º	Cristalina -GO	60.000	468.000	7.800	124.488
3º	Lucas do Rio Verde -MT	138.000	809.370	5.865	186.155
4º	Campos de Júlio -MT	72.568	421.337	5.806	80.897
5º	Nova Mutum -MT	86.500	478.200	5.528	95.640
6º	Sapezal -MT	106.843	571.172	5.346	105.667
7º	Rio Verde -GO	95.330	508.000	5.329	122.936
8º	Campo Novo do Parecis -MT	112.531	576.100	5.119	126.742
9º	Sorriso -MT	182.000	903.000	4.962	198.660
10º	Jataí -GO	115.000	537.000	4.670	125.121

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal, 2009

**TABELA 3.3 - BRASIL. PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE ALGODÃO HERBÁCEO: RENDIMENTO, 2009.**

<b>Posição</b>	<b>Município</b>	<b>Área Colhida (ha)</b>	<b>Quantidade Produzida (t)</b>	<b>Rendimento Médio (kg/ha)</b>	<b>Valor da Produção (1 000 R\$)</b>
1º	Pedra Preta -MT	18.419	82.886	4.500	101.991
2º	Costa Rica -MT	19.807	83.189	4.200	73.206
3º	Sapezal -MT	46.521	194.909	4.190	244.163
4º	Alto Taquari -MT	19.382	77.334	3.990	94.015
5º	Primavera do Leste MT	22.734	88.808	3.906	109.278
6º	Diamantino -MT	27.805	106.930	3.846	131.577
7º	Campo Verde -MT	47.520	182.448	3.839	217.752
8º	Barreiras -BA	23.604	83.160	3.523	81.081
9º	Correntina -BA	30.578	105.494	3.450	101.274
10º	São Desidério -BA	147.519	485.683	3.292	473.541

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal, 2009

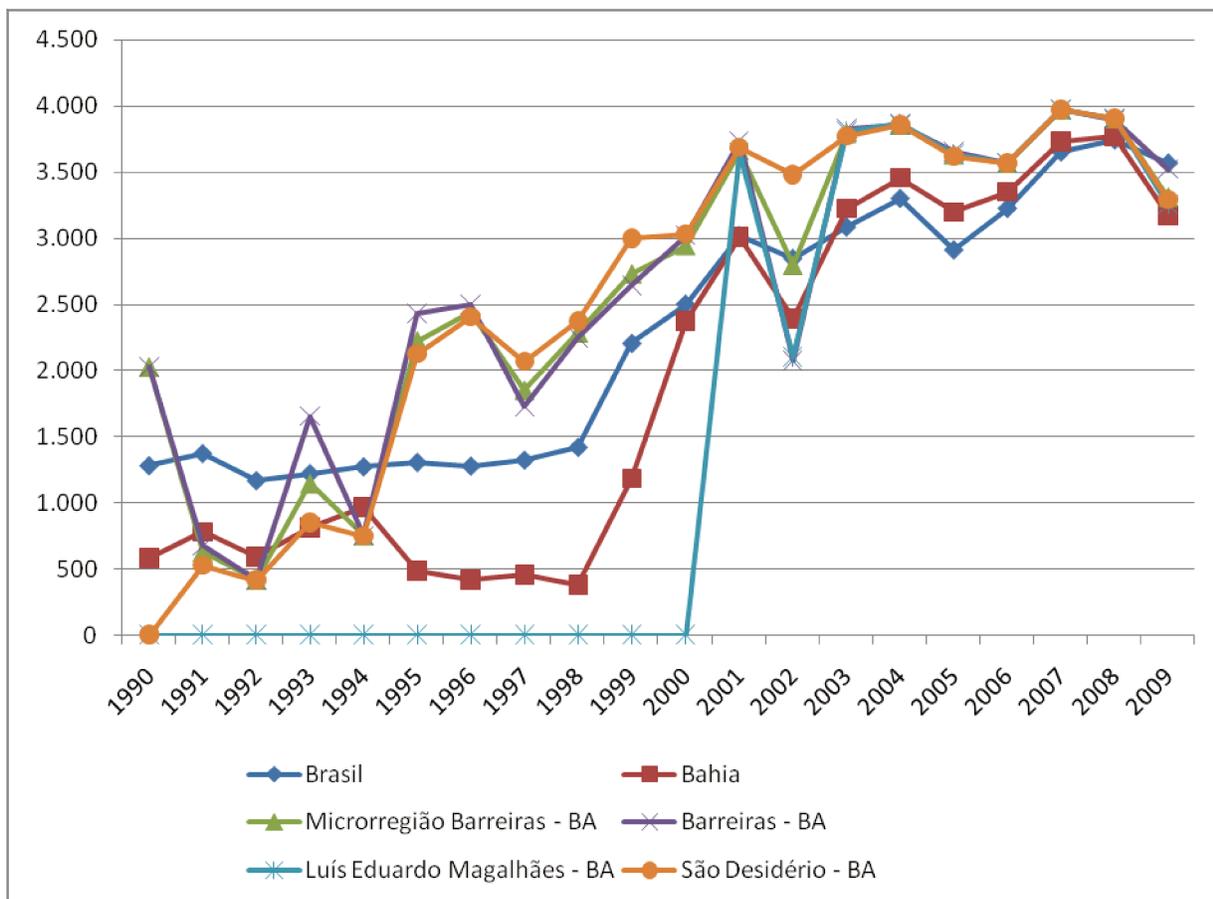
Com base nos valores apresentados nas tabelas 3.1, 3.2 e 3.3, verifica-se que o rendimento da terra referente à produção de soja nos municípios de Luís Eduardo Magalhães, São Desidério e Barreiras revela valores de 2.550 kg/ha segundo dados do IBGE/PAM. Este valor assemelha-se a Formosa do Rio Preto, 10º maior rendimento médio de soja no país, que assim como os municípios analisados também situa-se no Oeste Baiano. Entretanto, os valores estão abaixo dos 3.000 kg/ha (a média dos nove maiores municípios produtores de soja brasileiros é superior a 3.000 kg/ha, centralizados nos estados de Mato Grosso e Goiás). Ainda assim, a produção de soja no Oeste Baiano é competitiva.

Em relação à produção de milho, o município de São Desidério aparece como 8º produtor brasileiro, mas, ao contrário do que ocorre com a soja, o município de São Desidério apresenta o maior rendimento da terra entre os 10 maiores produtores de milho, com 8.004 kg/ha. Assim como São Desidério, Luís Eduardo Magalhães com 8.041 e Barreiras com 7.719 kg/ha, segundo dados do IBGE/PAM, apresentam rendimento superior à média dos dez maiores municípios produtores de milho.

No que se refere ao algodão herbáceo, o município de São Desidério, maior produtor nacional no ano de 2009, apresentou um rendimento médio de 3.292 kg/ha, valor semelhante ao apresentado por Luís Eduardo Magalhães, 3.256 kg/ha. O município de Barreiras, que está na 8ª posição, apresenta valores na ordem de 3.523 kg/ha. Estes estão abaixo de alguns municípios do estado do Mato Grosso, que apresentam rendimentos maiores que 4.000 kg/ha. O município de Correntina, que também está localizado no Oeste Baiano, aparece na 5ª posição da produção de algodão herbáceo, com rendimento médio de 3.450 kg/ha.

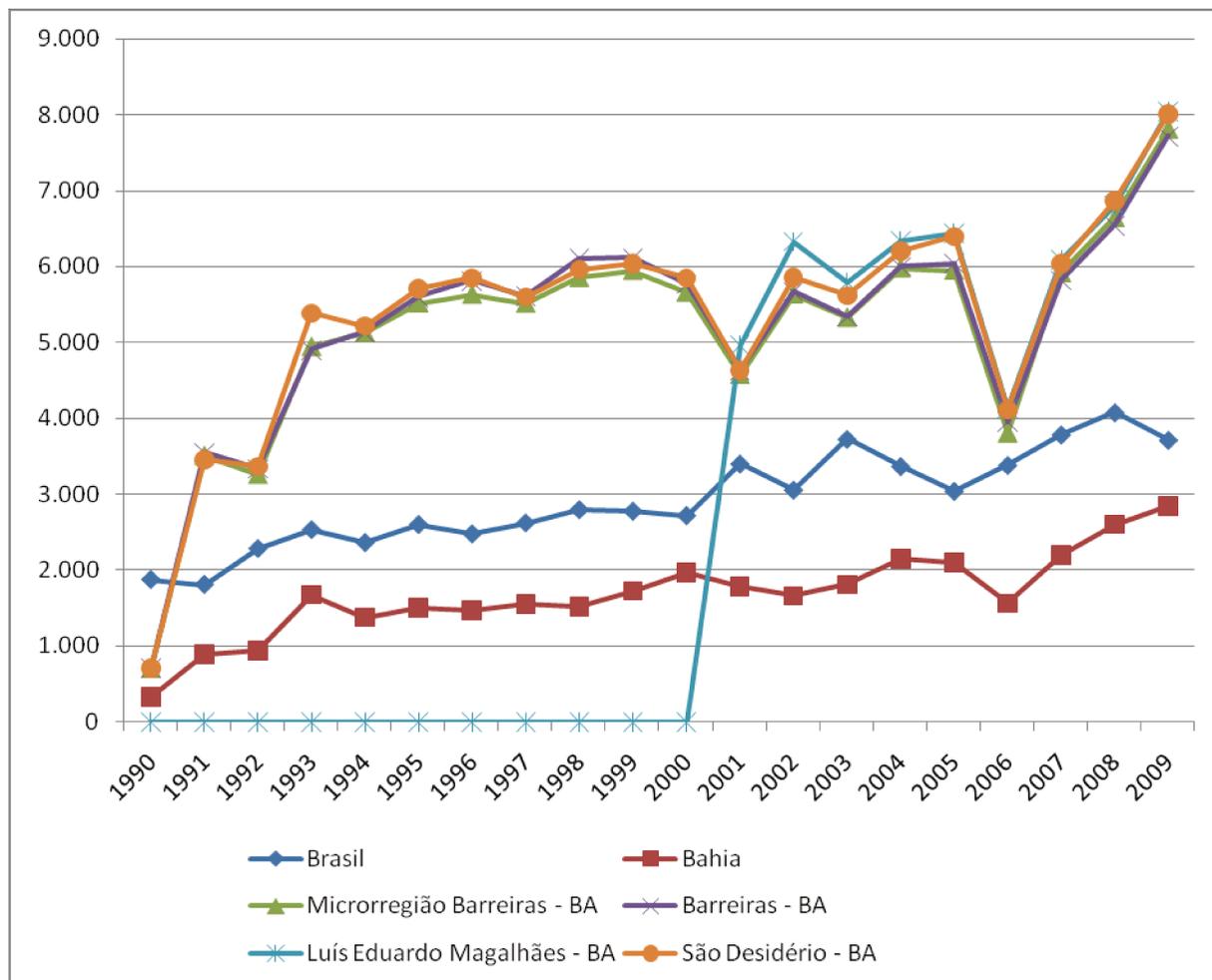
Os dados acima demonstram, portanto, que em relação ao rendimento médio, os municípios observados apresentam situações diferentes de acordo com o tipo de cultura agrícola analisada. Em relação à produção de soja, Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães apresentam valores inferiores aos maiores produtores nacionais. No caso da produção de algodão herbáceo, não há uma diferença considerável, sendo que na produção de milho, os rendimentos médios são superiores aos 10 maiores municípios produtores.

A mesma conclusão é verificada quando comparamos os resultados da Microrregião de Barreiras e dos municípios estudados ao rendimento médio das culturas de soja, milho e algodão herbáceo do Brasil. Para uma melhor visualização, os gráficos 3.1, 3.2, e 3.3 mostram a evolução do rendimento médio das culturas de soja, milho e algodão herbáceo no Oeste Baiano comparados com o rendimento médio do Brasil, do estado da Bahia e da Microrregião de Barreiras. Os dados também permitem visualizar a concentração da produção de algodão herbáceo e soja nos municípios de Barreiras, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães que correspondem a quase o total da produção da Microrregião de Barreiras e do estado da Bahia. O mesmo não é verificado com a produção de milho



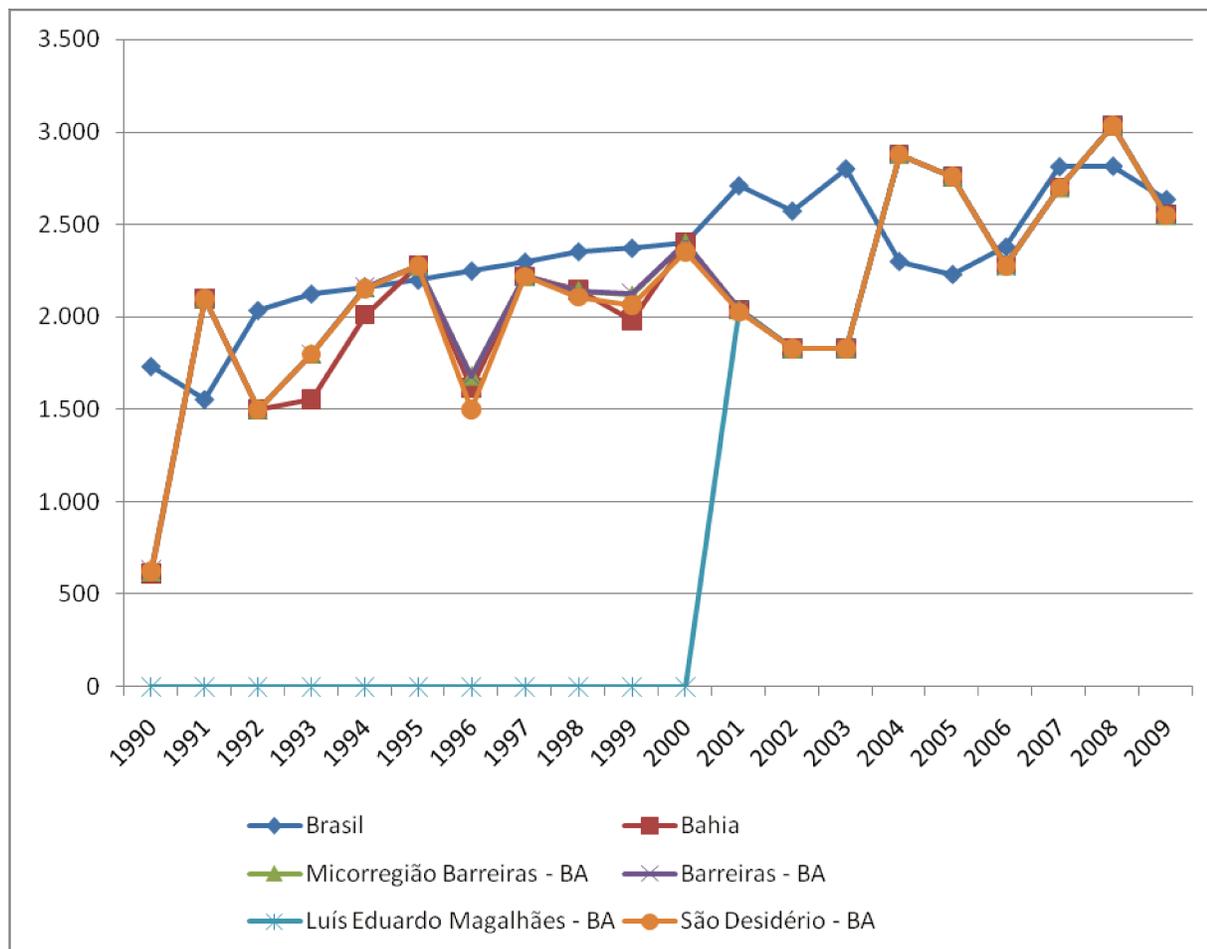
**GRÁFICO 3.1 - BRASIL, ESTADO DA BAHIA, MICORREGIÃO DE BARREIRAS, MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO. ALGODÃO HERBÁCEO: RENDIMENTO, 1990 – 2009.**

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal



**GRÁFICO 3.2 - BRASIL, ESTADO DA BAHIA, MICORREGIÃO DE BARREIRAS, MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO. MILHO: RENDIMENTO, 1990 – 2009.**

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal



**GRÁFICO 3.3 - BRASIL, ESTADO DA BAHIA, MICORREGIÃO DE BARREIRAS, MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO. SOJA: RENDIMENTO, 1990 – 2009.**  
 Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal

Os gráficos e as tabelas revelam que os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães têm valores consideráveis se analisarmos o rendimento médio na produção de soja, milho e algodão herbáceo. Entretanto, São Desidério figura no cenário nacional em posição de destaque.

Os dados divulgados pelo IBGE destacam a participação do município de São Desidério como o 2º maior produtor de algodão herbáceo, se considerado o valor da produção<sup>31</sup>, apenas atrás do município de Sorriso no estado do Mato Grosso. Os dados indicam que aquele município contribui com mais de 10% do total do valor da produção

<sup>31</sup> Segundo o IBGE o valor da produção corresponde à produção obtida multiplicada pelo preço médio ponderado.

agrícola total do estado da Bahia. Desta forma, São Desidério destaca-se como um dos principais produtores agrícolas do Brasil. Os dados podem ser visualizados na Tabela 3.4:

**TABELA – 3.4 - BRASIL. PRINCIPAIS MUNICÍPIOS PRODUTORES DE ALGODÃO HERBÁCEO, VALOR DA PRODUÇÃO, 2009.**

Posição	Município	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Valor da Produção (1 000 R\$)
1º	Sorriso -MT	809.366	809.164	1.328.139
<b>2º</b>	<b>São Desidério -BA</b>	<b>463.445</b>	<b>463.445</b>	<b>1.070.575</b>
3º	Sapezal -MT	542.563	542.563	1.035.388
4º	Campo Novo do Parecis -MT	510.209	507.262	853.302
5º	Nova Mutum -MT	443.006	440.611	794.158
6º	Diamantino -MT	385.357	383.838	767.328
7º	Cristalina -GO	294.190	294.190	744.288
8º	Rio Verde -GO	409.254	409.254	735.313
9º	Primavera do Leste -MT	353.681	353.644	686.194
10º	Lucas do Rio Verde -MT	378.970	378.960	630.694
11º	Campo Verde -MT	263.459	263.263	594.628
12º	Formosa do Rio Preto -BA	311.418	311.418	577.059

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Produção Agrícola Municipal, 2009

Com base nesta análise, podemos afirmar que o Oeste Baiano destaca-se no cenário nacional entre as principais regiões agrícolas, sobretudo nas culturas de milho, soja e algodão herbáceo. Além do dinamismo da produção, esses municípios apresentam outros atributos de competitividade: presença de *tradings* agroindustriais, associações setoriais, comércio e serviços especializados no agronegócio, força de trabalho qualificada, em suma, uma urbanização funcional à agricultura intensiva, nos moldes daquilo que Santos (1993) chama de espaços agrícolas com áreas urbanas, nos quais emergem as cidades do agronegócio (ELIAS, 2007). Os municípios de Formosa do Rio Preto e Correntina, localizados no extremo oeste da Bahia, apesar do dinamismo da produção não apresentam os atributos de competitividade descritos acima.

### 3.3 O sistema de armazenamento de *commodities* no Oeste Baiano

O grande desenvolvimento agrícola ocorrido no Oeste Baiano nas últimas décadas —que resultou no aumento considerável da produção e dos rendimentos agrícolas — não foi acompanhado pelo sistema de armazenagem, essencial para o aprimoramento da competitividade dos municípios analisados.

Os sistemas de armazenamento são fundamentais dentro dos circuitos espaciais produtivos da soja, milho e algodão herbáceo no Oeste Baiano, seja para o processamento local ou para a exportação.

Segundo Frederico (2009), a grande importância dada aos sistemas de armazenamento refere-se à sua capacidade de manter os suprimentos para o mercado consumidor, uma vez que existe a sazonalidade das safras e/ou eventuais alterações climáticas que podem comprometer a produção. Deste modo, os sistemas de armazenamento evitam alterações significativas no preço e equilibram a produção ao longo de todo o ano. Utilizando como referência Frederico (2009), analisaremos o sistema de armazenamento do Oeste Baiano a partir de “característica técnica, localização e as entidades mantenedoras”.

Segundo dados da CONAB, entre os tipos de sistema de armazenamento existentes no Oeste Baiano, encontram-se as seguintes categorias: convencionais, graneleiros e silo<sup>32</sup>. Samuel Frederico discorre sobre as principais diferenças entre os tipos de armazéns:

Os armazéns convencionais permitem apenas o armazenamento dos produtos ensacados, são horizontais, de formato retangular e não possuem mecanização para carga e descarga dos grãos. Esses são de múltiplos usos (...). Os armazéns e silos graneleiros são estruturas mais modernas e complexas do que os armazéns convencionais, por possuírem moega, máquina de limpeza, secadores, sistemas de aeração e elevadores permitindo uma maior limpeza, classificação e conservação dos grãos. Os graneleiros permitem uma maior agilidade no transbordo dos grãos e evita a proliferação de insetos, roedores e microorganismos comuns nos armazéns convencionais. Estas características proporcionam um produto uniforme, limpo e com as suas qualidades alimentícias conservadas (FREDERICO, 2009:180).

---

<sup>32</sup> Característica técnica relacionada à sua edificação. No cadastro da CONAB há descrições de tipo chapéu chinês, depósito, estrutural e bateria de silos.

Com base na descrição feita acima e em informações obtidas junto à CONAB por meio do SICARM - Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras<sup>33</sup> apresentaremos a seguir, as tabelas 3.5, 3.6 e 3.7 com a capacidade estática de armazenamento mensuradas em toneladas (t) nos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.

**TABELA 3.5 - MUNICÍPIO DE BARREIRAS. TIPO DE ARMAZÉNS, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO, 2011.**

<b>Tipo</b>	<b>Capacidade estática (t)</b>
Graneleiro	314.392
Convencionais	95.190
Silos	93.803
Bateria de Silos	93.514
<b>Capacidade Total</b>	<b>596.899</b>

Fonte: CONAB (2011). Organizado pelo autor.

**TABELA 3.6 - MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES. TIPO DE ARMAZÉNS, CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO, 2011.**

<b>Tipo</b>	<b>Capacidade estática (t)</b>
Graneleiro	624.963
Bateria de Silos	247.546
Convencional	104.868
Estrutural	65.100
Silo	49.533
Chapéu Chinês	31.494
Depósito	1.155
<b>Capacidade Total</b>	<b>1.124.659</b>

Fonte: CONAB (2011). Organizado pelo autor.

<sup>33</sup>Disponibilizado em [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br), acesso em 02/02/2011.

**TABELA 3.7 - MUNICÍPIO DE SÃO DESIDÉRIO. TIPO DE ARMAZÉNS,  
CAPACIDADE DE ARMAZENAMENTO, 2011.**

<b>Tipo</b>	<b>Capacidade estática (t)</b>
Graneleiro	412.507
Bateria de Silos	221.483
Convencional	117.320
Silo	33.639
Depósito	1.566
<b>Capacidade Total</b>	<b>786.515</b>

Fonte: CONAB (2011). Organizado pelo autor.

Analisando os dados das Tabelas 3.5, 3.6 e 3.7 e comparando com a produção de soja, milho e algodão herbáceo, verifica-se que o sistema de armazenamento no Oeste Baiano, apesar do crescimento nos últimos anos, não supre as necessidades de uma volumosa produção. Ademais, o sistema de armazenamento é controlado por uma pequena parcela de agentes como as *tradings*, desta forma o acesso aos sistemas de armazenamento no Oeste Baiano ocorre de forma desigual.

Em relação à sua localização, os armazéns distribuem-se no Oeste Baiano dentro das fazendas, em pequena proporção, e uma grande parcela nas margens das principais rodovias da região, denominados por Frederico (2009) como “unidades de fazenda e unidades coletoras”. Segundo o autor, estas unidades não ultrapassam a capacidade estática de 7,5 mil toneladas, sendo esta uma característica dos armazéns e silos do Oeste Baiano.



**FOTOS 3.1 E 3.2 – ARMAZÉNS NO MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES.**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 10 fev.2010.

Sobre as entidades mantenedoras, segundo dados da CONAB, nos municípios analisados, todos os armazéns são privados, não havendo estruturas públicas. Entre os armazéns privados, os de maior capacidade pertencem às *tradings* como a Cargill e Bunge, mas, na região, encontram-se armazéns com um único proprietário e outros com vários proprietários (sociedade entre três ou mais fazendeiros que concomitantemente utilizam um armazém) localizados na zona rural e/ou no perímetro urbano dos municípios.

A constatação de que os maiores armazéns do Oeste Baiano estão vinculados às *tradings*, principalmente a Cargill e a Bunge, foi feita por Frederico (2009), o que denominou de “superávit ilusório”, referindo-se à capacidade de armazenamento que aumentou na região nos últimos anos, porém permanece concentrado nestas empresas. Segundo dados da CONAB, no município de Barreiras os armazéns de Wilson Hideki Horita e Nelson Luís Roso concentram 28,36% e 12,5% da capacidade de armazenamento respectivamente. Em São Desidério, a Bunge possui 14,77% da capacidade de armazenamento e a Cargill 6,55%. No município de Luís Eduardo Magalhães, verifica-se a maior concentração do sistema de armazenamento pelas *tradings*. Segundo dados da CONAB, a Bunge possui 48,26%, Multigrain 4,89% e Cargill com 2,75% da capacidade estática de armazenamento. Somam-se também os armazéns da Cooperativa Agrícola do Oeste da Bahia (COOPROOESTE) 6,95% e a ESArmazéns gerais LTDA com 5,63% da capacidade estática do município.

A concentração de armazéns pelas grandes *tradings* resultou numa polarização em municípios diferentes. Apesar de Bunge e Cargill deterem diversos armazéns no Oeste Baiano, a maioria destas unidades da Bunge concentra-se no município de Luís Eduardo Magalhães, enquanto em Barreiras concentram-se os armazéns da Cargill.

Os moradores locais afirmaram em entrevistas que a polarização funciona estrategicamente, com a finalidade de monopolizar os sistemas de armazenamento em cada município, evitando, assim, a concorrência mais acirrada. Apesar de serem municípios vizinhos, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães têm uma grande extensão territorial e um grande número de estabelecimentos rurais altamente produtivos. Em entrevista realizada em 10 de Novembro de 2011, Joaquim Arruda – diretor de logística da Cargill - afirmou que a escolha da instalação da planta em Barreiras foi devido à oferta de matéria-prima e à infraestrutura local. A Cargill arrendou a planta de uma antiga indústria de óleos<sup>34</sup>.

Apesar da polarização, o Oeste Baiano apresenta um grande dinamismo, sobretudo na construção e ampliação de sistemas de armazenamento. Buscando alcançar o mesmo dinamismo e crescimento da produção agrícola, nota-se nas margens das rodovias um acentuado número de armazéns finalizados e em construção. Entretanto, não são todos os produtores rurais que têm acesso ao sistema.

Durante as entrevistas, uma grande parcela dos produtores locais afirmou não dispor de armazéns e que transferem sua produção para as *tradings*. Outros buscaram parcerias com proprietários vizinhos para a construção de armazéns dentro das fazendas, que acabam sendo utilizadas por três ou mais produtores rurais. Porém, a maioria dos grandes armazéns que são construídos próximos a Luís Eduardo Magalhães pertence a grandes proprietários ou a *tradings*.

---

<sup>34</sup>A Bunge não respondeu ao questionário proposto.

### **3.4 Planejamento e os investimentos públicos no Oeste Baiano: Uma análise dos planos municipal, estadual e federal em logística e transportes**

O aumento da competitividade regional relaciona-se diretamente com o planejamento e investimentos em logística e transporte, uma vez que infraestruturas materializadas no território condicionam uma circulação efetiva da produção. No atual período histórico, a fluidez territorial representa um dos principais fatores de qualificação das regiões que almejam aumentar sua competitividade perante as outras regiões agrícolas brasileiras.

Diante deste cenário, os poderes públicos municipais, estaduais e federal vêm realizando nos últimos anos investimentos em infra-estruturas logísticas e de transporte, objetivando competitividade e fluidez à produção. Dentro desse contexto, são realizadas também ações empresariais, facilitando assim o escoamento das produções agrícolas, sobretudo para exportação.

Esses investimentos do poder público, somados às ações empresariais, pretendem garantir à região vantagens competitivas nos mercados internacionais, atendendo especialmente aos interesses das grandes corporações nacionais e multinacionais.

Em nossa análise, propomos discorrer sobre as prioridades, diretrizes e ações, tais como os investimentos públicos e privados, que indicam como o Oeste Baiano está sendo organizado. Analisamos os seguintes planos e programas relacionados ao Oeste Baiano: (1) PPA (Plano Plurianual) 2008 – 2011; (2) PAC – Programa de Aceleração do Crescimento; (3) Plano Nacional de Logística e Transporte e (4) Plano Plurianual 2008 – 2011 do Estado da Bahia.

### **3.4.1 PPA 2008 – 2011 do Governo Federal e o Oeste Baiano**

Os Planos Plurianuais (PPAs) possuem duração de quatro anos, são elaborados durante o primeiro ano de cada mandato (seja na esfera federal ou estadual) e terminam no primeiro ano do governo posterior. Os PPAs são aprovados pelo Congresso, ou no caso dos Estados pelas Assembléias Legislativas e têm caráter de lei. Isto significa que qualquer investimento deverá estar contido nos PPAs, porém nem sempre todas as obras contidas são realizadas.

No PPA 2008 – 2011, as ações planejadas para a logística e o transporte para o Oeste Baiano, em especial para os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, referem-se, sobretudo, à recuperação e construção de rodovias e a um grande projeto ferroviário.

Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão<sup>35</sup>, o objetivo do governo federal é implantar uma infraestrutura eficiente e integrada no Brasil, ampliando assim a sua capacidade de transporte terrestre. As obras relacionadas ao Oeste Baiano constam no Vetor Logístico Nordeste Meridional que busca garantir uma maior eficiência aos fluxos de transportes nas regiões do estado da Bahia e Sergipe.

Ainda segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, estão listadas para o Oeste Baiano obras como a construção de trechos rodoviários entre a divisa do estado da Bahia e Sergipe com a BR 020, um dos principais corredores de exportação da região, e entre São Desidério e a divisa com o estado de Minas Gerais. Também aparecem entre as obras listadas a manutenção de trechos da BR 020 e a construção do trecho da Ferrovia Bahia-Oeste<sup>36</sup>, entre Porto de Campinho e a divisa dos estados da Bahia e Tocantins. As obras de adequação do Porto de Aratu também aparecem listadas entre as obras do PPA 2008 – 2011, que beneficiarão o Oeste Baiano, pois Aratu é um dos portos utilizados para o escoamento da produção, sobretudo a soja.

---

<sup>35</sup> As informações foram obtidas no site do Ministério do Planejamento <http://www.planejamento.gov.br>, acesso em: 10/02/2011.

<sup>36</sup> Em alguns projetos, a ferrovia aparece denominada como Ferrovia de Integração Oeste Leste.

### 3.4.2 PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

Em 29 de março de 2010 foi lançada a segunda versão do Programa de Aceleração do Crescimento, estruturado em seis eixos: Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, minha vida; Água e Luz para todos; Transportes e Energias. Estão previstos investimentos na ordem de 955 bilhões de reais entre os anos de 2011-2014 e 631,4 bilhões pós 2014.

O PAC é um subconjunto do PPA. Nasceu de uma lista de investimentos e ações consideradas prioritárias para estimular a economia e fomentar o crescimento do Produto Interno Bruto, substituindo o PPI<sup>37</sup> e herdando todos os projetos nele contidos<sup>38</sup>.

Sendo assim, o PAC é um destaque do PPA que se beneficia de uma agilidade maior para os seus investimentos, através, sobretudo, de compromissos estabelecidos com os agentes envolvidos nas obras (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, Fundação Nacional do Índio - FUNAI, Tribunal de Contas da União - TCU). Tudo é feito em obediência às Leis, porém com maior velocidade e agilidade no que compete a questões institucionais. O Tribunal de Contas da União, por exemplo, pode paralisar uma obra se encontrar alguma irregularidade em seu andamento; com as obras do PAC, existe um compromisso de não paralisar automaticamente, mas resolver o problema de imediato. Da mesma forma, o IBAMA se compromete a elaborar uma licença ambiental em três meses. Esse tratamento privilegiado se estende a outras instituições.

---

<sup>37</sup> Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (dados disponíveis em seu site), o PPI (Programa Piloto de Investimentos) foi concebido com base na premissa da necessidade premente de expandir o investimento público, em especial da infraestrutura econômica do País, e, ao mesmo tempo, de melhorar a qualidade do gasto público, mediante o fortalecimento da capacidade de seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos. O Projeto-Piloto de Investimentos - PPI, então constituído, previu investimentos equivalentes a 0,15 % do PIB por ano para o período de 2005 a 2007. Conforme estabelecido em acordo à época com o Fundo Monetário Internacional, este montante de recursos seria contabilizado à parte do cálculo do Resultado Primário do Tesouro. Como consequência, os recursos alocados aos projetos integrantes do PPI não estariam sujeitos a qualquer tipo de "contingenciamento orçamentário, garantindo-se assim fluxo financeiro tempestivo à execução física das obras respectivas". Disponibilizado em <http://www.planejamento.gov.br> – acesso em 20/07/11).

<sup>38</sup> Em janeiro de 2007, os estudos para a formulação do PNL (Plano Nacional de Logística e Transportes) já estavam em andamento e também serviram como insumos para o PAC.

O PAC ainda foi integralmente incorporado ao PPA 2008-2011 e a soma de seus investimentos anuais oscila entre 0,5 e 0,6% do PIB, mantendo-se, portanto, as regras que valiam para o PPI.

Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o objetivo é superar os gargalos da economia e estimular o aumento da produtividade, bem como a diminuição das desigualdades regionais e sociais. Além disso, visa a estimular, prioritariamente, a eficiência produtiva dos principais setores da economia, impulsionar a modernização tecnológica, acelerar o crescimento nas áreas já em expansão e ativar áreas deprimidas, aumentar a competitividade e integrar o Brasil com os demais países da América do Sul e do mundo.

Entre as obras contidas na primeira versão do PAC para o Oeste Baiano, estava a construção da ferrovia de Integração Oeste-Leste que ligará a Ferrovia Norte-Sul ao porto de Ilhéus, atravessando o Oeste Baiano. Segundo o último balanço do PAC (dezembro de 2010), a Ferrovia de Integração Oeste-Leste<sup>39</sup> teve seu início em 10 de dezembro de 2010 com a construção do trecho entre os municípios de Ilhéus a Barreiras de 537 km. Ainda, segundo o balanço do PAC, os investimentos entre 2007-2010 foram de R\$ 431,1 milhões, sendo necessários mais de R\$ 4,4 bilhões para a conclusão da obra nos trechos Ilhéus – Caetité (prevista para 30/12/2012) e Caetité – Barreiras (30/12/2013) ambos no estado da Bahia, não havendo data definida para o último trecho entre os municípios de Barreiras, no estado da Bahia, a Figueirópolis, no estado do Tocantins.

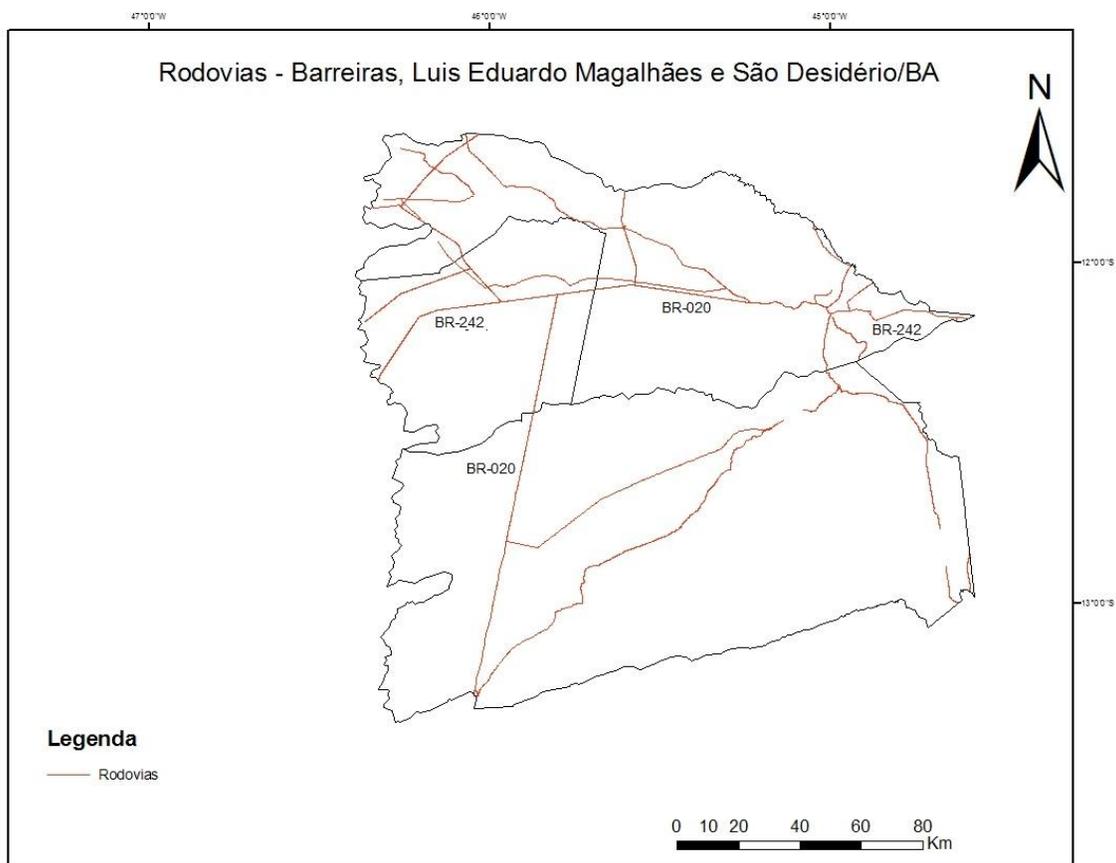
Na primeira versão do PAC, também foram previstas melhorias nas BR 020 e 242, principais corredores de exportação da região, além da construção e pavimentação da BR-135 entre os municípios de São Desidério e Correntina. Em relação a esta obra, foram finalizados 82% dos 138 km previstos. De fato, estas obras

---

<sup>39</sup>“A construção da Ferrovia da Integração Oeste-Leste faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal. Partirá de Ilhéus, passará por cidades como Caetité, Brumado, Bom Jesus da Lapa, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, indo se encontrar com a Ferrovia Norte-Sul em Figueirópolis, no Tocantins, cortando toda a Bahia no sentido Oeste-Leste, atravessando 49 municípios baianos num trajeto de 1.100 km de um total de 1.500 km. Interligará o Porto Sul, a ser construído em Ilhéus, ao Centro-Oeste do Brasil, podendo, futuramente, integrar-se a uma rede que chegará ao Oceano Pacífico. O investimento previsto é de cerca de R\$ 4,5 bilhões no trecho baiano, de um total de R\$ 6 bilhões, e já está no orçamento da União” (SEPLAN, 2009).

foram executadas, porém não atendem aos anseios dos produtores locais que exigem mais investimentos.

Entre as obras listadas na segunda versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) para o Oeste Baiano, está a pavimentação, travessia em Luís Eduardo Magalhães e Contorno de Barreiras na BR 242, construção da BR 135 trecho São Desidério a Correntina além da continuidade da obra de construção da ferrovia de integração Oeste-Leste. Há também melhorias no saneamento, habitação e investimentos em urbanização. A Figura 3.6 mostra as principais rodovias do Oeste Baiano.



**FIGURA 3.6 – PRINCIPAIS RODOVIAS DO OESTE BAIANO**

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados cartográficos disponibilizados pela SEI.

### 3.4.3 PNLT – Plano Nacional de Logística e Transporte

Além dos PPAs e do PAC, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (em parceria com o Ministério da Defesa) elaborou o PNLT – Plano Nacional de Logística e Transportes, na tentativa de resgatar o planejamento sistemático dos transportes no Brasil.

O PNLT expressa um planejamento indicativo de longo prazo (2008-2023), elaborado para subsidiar os capítulos de infra-estruturas de transporte e logística dos PPAs, não sendo, portanto, uma lei. Pretendemos com o estudo do PNLT analisar as intenções do Governo Federal em termos de investimentos em infra-estruturas de transporte e logística, implementadas para viabilizar os circuitos espaciais produtivos de *commodities* agrícolas nas fronteiras consolidadas como no caso do Oeste Baiano.

A principal parte do PNLT é a lista de projetos e os chamados “Vetores Logísticos”, que indicam onde e como os recursos deverão ser gastos e quais atividades econômicas e regiões deverão ser beneficiadas. As obras relacionadas para o Oeste Baiano estão inseridas no Vetor logístico Nordeste Meridional.

Segundo o relatório executivo de 2009 (disponível em <http://www.transportes.gov.br>, acessado em 20/01/2010), para o escoamento dos grãos no oeste da Bahia, o Plano Nacional de Logística e Transporte apresenta três alternativas: (1) utilização da hidrovia São Francisco, interligada pela multimodalidade, possível graças à ferrovia a partir de Juazeiro, tendo como destino final o porto de Aratu; ou utilizando o ramal Petrolina – Salgueiro, pela Ferrovia Nova Transnordestina, sendo neste caso destinada a produção para os portos de Suape e Pecém. (2) Construção da ferrovia Bahia–Oeste, partindo de Luiz Eduardo Magalhães, passando por Brumado e finalizando no porto de Aratu, ou construindo um novo trecho ferroviário até um futuro porto em Ilhéus, e (3) construção de outro ramal da Nova Transnordestina entre Eliseu Martins, no estado do Piauí, até a região de Barreiras no estado da Bahia.

Ainda segundo o sumário executivo do PNLT, há proposta de investimentos nas rodovias BR 020 e BR 242 e nos portos de Ilhéus e Aratu, o que contribuiria para o melhor escoamento da produção do Oeste Baiano, bem como a construção de uma ferrovia interligando a região produtora aos portos para a exportação. Nas entrevistas realizadas, vários produtores rurais aguardam a construção dessa última obra, pois

segundo eles, a implementação da ferrovia garantiria uma maior lucratividade em vista da desoneração dos gastos com o transporte rodoviário, auferindo à região ganhos de competitividade.

#### **3.4.4 PPA 2008 – 2011 do estado da Bahia**

Segundo a Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia – SEPLAN<sup>40</sup>, o Plano Plurianual do estado da Bahia foi instituído por meio da lei 10.705 de 14 de Novembro de 2007, e sancionado pelo atual Governador Jaques Wagner.

No PPA 2008 – 2011 são apresentados programas de governo por diretriz estratégica, e uma destas refere-se à dinamização da agricultura familiar e desenvolvimento do agronegócio articulado com a rede de produção estadual.

Ainda segundo a SEPLAN, o objetivo desta diretriz fundamenta-se no apoio ao agronegócio com a previsão de crescimento das culturas de cana-de-açúcar para a produção do etanol e de oleaginosas (soja) para a produção de biodiesel em regiões como o Oeste Baiano, desde que a expansão seja legalmente aprovada dentro da concepção de sustentabilidade ambiental. A proposta do Governo do estado da Bahia evidencia a preocupação em aprimorar infraestruturas e normas do estado para o desenvolvimento do agronegócio, como descrito no programa de governo do PPA:

Ainda em relação a essas atividades, as políticas de governo devem considerar ações de apoio ao crédito, apoio aos programas e projetos de infra-estrutura logística, em especial a diversificação de transporte, energia e ampliação dos portos, e ações na área de tributos em caso de existir disputas de mercados com outros Estados da Federação, e que alterações de alíquota de ICMS venham a se fazer necessárias. Evidente que a implantação de centros logísticos integrados facilitará o escoamento da produção do pequeno produtor familiar (BAHIA, 2007: 359).

Em relação aos programas desenvolvidos ao longo do PPA 2008 – 2011, a maioria refere-se à agricultura familiar, garantindo investimentos, por parte do estado, em assistência técnica e pesquisa agropecuária, distribuição de sementes, construção de moradias e de infraestruturas como a construção de tanques para a criação de

---

<sup>40</sup>Os dados estão disponibilizados em seu sítio: <http://www.seplan.ba.gov.br/ppa> - acesso em 15/02/2002.

peixes e modernização de frigoríficos, realização de eventos promocionais, capacitação de técnicos e agricultores, encaminhamento para programas federais de auxílio e apoio à comercialização de produtos agrícolas e pecuários provenientes da agricultura familiar.

Especificamente para o agronegócio, as ações propostas no PPA 2008-2011 referem-se à construção de barreiras sanitárias fixas e a implantação de postos para recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos.

Ainda segundo a SEPLAN, outra diretriz estratégica apresenta os investimentos do estado da Bahia na ampliação e recuperação da infraestrutura econômica e da logística. Entre os projetos que se destacam nesta diretriz, está a construção da ferrovia Bahia – Oeste, além da conclusão do Programa Corredores Rodoviários – PCR II, que restaurou a BR-242 que liga Salvador a Barreiras e estradas vicinais da região.

Ainda sobre o planejamento em logística e transporte no Oeste Baiano, há uma diretriz inserida no PPA 2008 – 2011 que se refere à integração da Bahia com a economia global e nacional. Segundo a SEPLAN, entre os objetivos desenvolvidos nesta diretiva estão a elaboração e coordenação de projetos para integrar a Bahia ao Centro-Oeste brasileiro a partir de estudos logísticos para o estado baiano.

Analisando os principais projetos para o Oeste Baiano, tanto na esfera federal por meio do PPA 2008 – 2011, PAC e PNLT, quanto na estadual através PPA 2008-2011, nota-se uma convergência nos seguintes pontos: o apoio à agricultura familiar; construção da ferrovia de Integração Oeste- Leste; e recuperação e ampliação dos principais corredores de escoamento de produtos agrícolas da região através das BR 020 e BR 242.

Nas entrevistas por nós efetuadas, uma grande porcentagem dos produtores rurais do Oeste Baiano considera a ferrovia Oeste-Leste como a principal infraestrutura para dinamizar a competitividade na região. De fato, nas análises feitas em relação ao planejamento federal e estadual em logística e transporte, a ferrovia desponta como prioridade. Entretanto, os prazos para a sua conclusão ainda são incertos e a funcionalidade no escoamento, apenas de poucos produtos agrícolas, condiciona-a para o usufruto de uma pequena parcela dos produtores rurais que residem na região.



## CAPÍTULO 4 - LÓGICA DAS REDES E LÓGICA DOS TERRITÓRIOS: A INTERAÇÃO ENTRE OS AGENTES E O CONFRONTO DE INTERESSES NO OESTE BAIANO

### 4.1 Participação das tradings do agronegócio na produção de *commodities* no Oeste Baiano

As *tradings* destacam-se como um dos principais agentes que condicionaram a elevada produção de *commodities* no Oeste Baiano. Para confirmar a constatação de que essas empresas não atuam somente na comercialização e exportação de produtos agrícolas, recorreremos à definição de *tradings* proposta por Cavalcante e Fernandes (2008):

As *tradings* são complexos empresariais que podem deter: propriedades produtoras de grãos; empresas compradoras através do financiamento creditício e da assistência técnica; empresas exportadoras com meios de transportes modernos e alternativos; mais modernos insumos e técnicas de produção; empresas de industrialização da produção agrícola; empresas que consomem a produção com o intuito de agregar valor (CAVALCANTE;FERNANDES, 2008:22).

Segundo a SEAGRI – Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária, por meio da Superintendência de Política do Agronegócio, contabilizam-se 13 *tradings* atuantes no Oeste Baiano. Em Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério, concentra-se a maioria destas grandes empresas, que também são agroindústrias, entre elas a ADMdo Brasil e a Louis Dreyfus.

Entretanto, os maiores destaques no Oeste Baiano são as unidades da Cargill, no município de Barreiras, a Bunge, no município de Luís Eduardo Magalhães e a Agrícola Xingu (subsidiária da Multigrain), no município de São Desidério.

Concentrando a maioria das suas atividades no município de Barreiras, a Cargill Agrícola S/A, de acordo com as informações da FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia<sup>41</sup> apresenta como atividade econômica a fabricação de óleos vegetais brutos: óleo de soja refinado a granel e enlatado, óleo de soja degomado a granel, além de farelo de soja a granel. A planta industrial está localizada às margens da rodovia

---

<sup>41</sup> As informações foram obtidas por meio de consultas ao guia industrial do estado da Bahia, disponibilizado no site <http://www.fieb.org.br/guia>, consultado em 19/01/2010.

BR242/020, no município de Barreiras, onde também se localiza grande parte dos armazéns da empresa.



**FOTO 4.1 – EMPRESA CARGILL NO MUNICÍPIO DE BARREIRAS.**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 10nov.2010.

A Bunge Alimentos S/A concentra as suas atividades no município de Luís Eduardo Magalhães, onde está localizada a maioria dos seus armazéns, além das duas plantas industriais da empresa. Situada na entrada do município, às margens da rodovia BR 242, a Bunge tem uma unidade cuja atividade econômica é a fabricação de óleos vegetais refinados, óleo bruto de soja, óleo refinado de soja, lecitina de soja e farelo de soja, segundo dados disponibilizados pela FIEB. Ainda de acordo com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia, localiza-se no município uma unidade da Bunge que apresenta como atividade econômica a fabricação de adubos e fertilizantes — sobretudo granulados. A unidade está localizada às margens da rodovia BR 242, próximo ao centro do município de Luís Eduardo Magalhães.



**FOTO 4.2 – EMPRESA BUNGE EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES.**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 09 fev.2010.

Em relação às *tradings*, outra característica importante e perceptível no Oeste Baiano foi descrito por Frederico (2009) quando discorre sobre o posicionamento das plantas produtivas da Cargill e Bunge, determinando suas esferas de influência na região.

Entre as principais cidades e regiões dos *fronts* agrícolas existe uma divisão, não oficial, do território entre as principais empresas. A chegada de uma grande empresa numa pequena cidade, por meio da instalação de escritório comercial e silos, em muitos casos obriga as empresas concorrentes a escolherem outros municípios para se instalarem. Esse é o caso da forte presença da Cargill na cidade de Barreiras (BA), o que obrigou, por exemplo, a empresa Bunge a instalar suas infra-estruturas no município vizinho de Luís Eduardo Magalhães (FREDERICO, 2009:208).

No município de São Desidério está localizada a planta industrial da Agrícola Xingu. Segundo a FIEB, a agroindústria apresenta como atividade econômica a preparação e fiação de fibras de algodão, sendo o beneficiamento deste último o principal produto. Sua planta industrial está localizada na fazenda Tabuleiro, zona rural de São Desidério. É uma subsidiária da Multigrain S/A que, por sua vez, é de propriedade da japonesa Mitsui, da estadunidense CHS Inc. e da brasileira PMG

Trading S/A. O conglomerado afirma-se entre as maiores processadoras de algodão do mundo.

Apesar da existência de outras *tradings* do agronegócio no Oeste Baiano, as três citadas acima apresentam uma maior relação com os produtores locais, sobretudo com aqueles que desenvolvem as culturas de soja, milho e algodão herbáceo. Evidentemente, esta estreita relação entre produtores e *tradings*, apesar de fundamental para diversas etapas do circuito espacial produtivo, acaba por colocar os primeiros numa condição de dependência frente aos compradores, que nada tem de amistosa e igualitária. Nas entrevistas, vários produtores afirmaram estar descontentes com a relação com as *tradings*, devido às dívidas contraídas por meio de empréstimos (para a compra de sementes e fertilizantes) e a monopolização das vendas que em muitos casos são dadas como garantias de pagamento aos empréstimos realizados.

A atuação das *tradings* no atual período apresenta uma importância acentuada. Segundo Santos (1994), ela impõe ao meio geográfico uma série de ordens de natureza científica, tecnológica e informacional, que ganharam destaque no campo brasileiro. Santos (1994) descreve as características desse campo altamente modernizado:

Ciência, Tecnologia e Informação fazem parte dos afazeres cotidianos do campo modernizado, através das sementes especializadas, da correção e fertilização do solo, da proteção às plantas pelos inseticidas, da superimposição de um calendário agrícola inteiramente novo, fundado na informação, o que leva para as cidades médias do interior um coeficiente de modernidade (SANTOS, 1994:45).

As características do campo modernizado no Oeste Baiano consolidaram-se a partir das *tradings* que, altamente capitalizadas, transformaram a região em uma das mais modernizadas do território nacional. Entretanto, no Oeste Baiano, ocorreu também o controle da produção pelas *tradings* por meio do fornecimento de sementes e fertilizantes, no monopólio do armazenamento e na compra da produção, além do financiamento concedido aos produtores. O controle da produção ocorre mesmo com a atuação de grandes associações setoriais como a AIBA e a ABAPA que também se apresentam como importantes agentes na modernização do campo no Oeste Baiano.

As *tradings*, apesar das críticas em relação ao controle da produção, consolidaram-se como um dos principais agentes no Oeste Baiano e sua presença assegurou à região uma posição de destaque — reconhecida nacional e internacionalmente — na produção altamente modernizada de soja, milho e algodão herbáceo.



**FOTOS 4.3, 4.4 E 4.5 – PLANTAÇÃO DE SOJA, ALGODÃO HERBÁCEO E MILHO E SOJA NO MUNICÍPIO DE LUÍS EDUARDO MAGALHÃES.**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 10 fev.2010.

## **4.2 Atuação das associações setoriais do setor agrícola e a competitividade no Oeste Baiano**

A constituição de uma rede de assistência técnica e especializada no Oeste Baiano deve-se, sobretudo, às associações setoriais presentes nos municípios de São Desidério, Barreiras e Luís Eduardo Magalhães.

As associações setoriais, buscando aumentar a produção agrícola, constituíram diversas parcerias com as instituições privadas e com o poder público nas esferas municipal, estadual e federal e criaram um quadro qualificado de consultores jurídicos, economistas, engenheiros e administradores, dentre outros, objetivando avaliar os principais problemas e as possíveis soluções, como a aplicação de novas técnicas que permitam o crescimento do agronegócio no Oeste Baiano.

As principais associações setoriais que atuam no Oeste Baiano são a AIBA - Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, ABAPA - Associação Baiana dos Produtores de Algodão, ASSOCAFÉ - Associação dos Produtores de Café da Bahia, ACRIOESTE - Associação dos Criadores de Gado do Oeste da Bahia, CAPRIOESTE - Associação dos Criadores de Caprinos e Ovinos do Oeste da Bahia, AEBA - Associação dos Engenheiros Agrônomos de Barreiras, FUNDAÇÃO BA - Fundação de Apoio à Pesquisa e Desenvolvimento do Oeste Baiano e FUNDEAGRO - Fundo para o Desenvolvimento do Agronegócio do Algodão.

Segundo Castillo (2008), as densidades materiais e normativas (SILVEIRA, 2002) desigualmente distribuídas no território conferem diferentes graus de competitividade às regiões e aos agentes produtivos que nelas atuam. Especificamente no Oeste Baiano, a atuação da AIBA evidencia ações de uma associação setorial cujo propósito é a competitividade de sua região. A AIBA<sup>42</sup> foi fundada em 1990 e é uma instituição sem fins lucrativos que trabalha para promover o agronegócio na Bahia, dentro dos "princípios da sustentabilidade econômica, ambiental e social". Conta com 1,2 mil associados, dos mais variados segmentos do agronegócio na região, que juntos

---

<sup>42</sup> Informações disponibilizadas em: <http://www.aiba.org.br>, acesso em 01/06/2010, e em entrevista realizada no dia 11/11/2009.

representam mais de 95% do total de 1,6 milhão de hectares cultivados no Oeste da Bahia.

A associação trabalha em todas as esferas do poder público e através de diversas parcerias com instituições privadas, para atender às demandas do setor produtivo, especialmente de seus associados. A AIBA é presidida pelo empresário do agronegócio Walter YukioHorita, que tomou posse no início de 2009, no lugar de Humberto Santa Cruz, que deixou o cargo para assumir a Prefeitura de Luís EduardoMagalhães. Humberto Santa Cruz, também produtor local, foi presidente durante 18 anos, desde a fundação da empresa, tendo Walter YukioHorita como segundo presidente.

Como descrito acima, a AIBA participa ativamente das principais questões que se referem ao agronegócio no Oeste Baiano. Em sua atuação, podemos destacar a realização de eventos para a divulgação dessa região, participações e intervenções, tais como ações de reflorestamentos e negociação de reajuste salarial para os trabalhadores locais. Destacamos, também, as ações em normas como o Plano Oeste Sustentável, proposta para erradicar o passivo ambiental das propriedades da região. Finalmente, registramos a atuação da AIBA na área de infraestrutura, como na Parceria Público Privada que está sendo estabelecida para a construção da Rodoagro, rodovia inserida na região que facilitará a logística da produção de *commodities*, visto que a logística é um dos principais entraves, apresentados pela AIBA, ao desenvolvimento do Oeste Baiano.

Em entrevistas realizadas, os produtores locais reconheceram a importância das associações setoriais, sobretudo da AIBA, como um dos principais agentes responsáveis pelo desenvolvimento agrícola do Oeste Baiano. Segundo eles, ocorre no Oeste Baiano uma ineficiência do poder público, quer nas esferas municipal, estadual ou federal, em políticas e obras de infraestrutura e logística para o agronegócio. Ainda segundo os produtores, as associações setoriais atuam exatamente nesta área, objetivando o aumento da competitividade da produção e da circulação dos produtos no Oeste Baiano, mesmo que esse processo não contemple a todos os produtores locais. Apesar de todo dinamismo agrícola, é comum encontrar pequenos produtores que não

são filiados às associações setoriais no Oeste Baiano e não participam das vantagens auferidas.

Entretanto, é inegável que as ditas associações configuram-se como um dos principais agentes no desenvolvimento agrícola do Oeste Baiano. Assim como as políticas públicas, a atuação das associações setoriais não atinge a todos na referida região, mas é reconhecida e aprovada por uma parcela significativa dos produtores agrícolas locais. Mais do que executar obras para o aprimoramento da logística local, constrói laboratórios para o melhoramento de espécies e fornece quadros técnicos e tecnologias especializadas de produção agrícola. Entre outras muitas ações, existe um objetivo em todas as associações setoriais que é elevar a produtividade agrícola no Oeste Baiano. De fato, a presença e a atuação destas associações setoriais são um dos principais fatores para o expressivo desenvolvimento agrícola nesta porção no território nacional.

#### **4.3 A regulação do território e a busca da competitividade no Oeste Baiano**

O Oeste Baiano, como vimos, destaca-se no cenário nacional como uma das grandes áreas de produção agrícola, cabendo um papel especial aos municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.

A busca pela competitividade implica, no Oeste Baiano, mudanças na regulação do território e faz parte do discurso dos principais agentes, entre eles os médios e grandes produtores, as associações setoriais, o poder público municipal e parte de comerciantes e da população local que defendem mudanças, desde que estas resultem em uma maior rentabilidade e competitividade.

Para uma melhor compreensão das mudanças na regulação do território no Oeste Baiano, debateremos três alterações: (1) A emancipação e criação do município de Luís Eduardo Magalhães; (2) A implantação do plano oeste sustentável e (3) Projeto de criação do Estado do São Francisco.

No capítulo 1, observamos, com base em Elias (2006) e Alves (2006), que a criação do município de Luís Eduardo Magalhães representou a separação territorial de dois grupos: a oligarquia baiana centralizada em Barreiras e a nova oligarquia,

sobretudo formada por “gaúchos” que se estabeleceram em Luís Eduardo Magalhães. Esse fato é evidenciado por Haesbaert (1997):

Na escala municipal, considerando a imensa área da maioria dos municípios na região do oeste baiano, a luta pela emancipação de Mimoso do Oeste é o melhor exemplo de como o recorte identitário entre baianos e gaúchos permeia as relações sociais e os conflitos em curso na região, complexificando-se e fortalecendo-se através do espaço (HAESBAERT, 1997:219).

Apesar da grande extensão territorial do município de Barreiras, a separação do então distrito de Mimoso do Oeste ocorreu devido principalmente ao desenvolvimento agrícola. A aglomeração urbana e o crescimento populacional resultaram da produtividade e incremento das culturas agrícolas nos Cerrados do então município de Barreiras. A distância da sede do município e a escassez de serviços públicos (escolas, postos de saúde, saneamento básicoetc) foram o discurso empreendido para a emancipação. Mas, em entrevistas realizadas com os moradores locais, revelou-se que a criação do município de Luís Eduardo Magalhães é produto de interesses dos produtores rurais. Segundo os moradores, com a emancipação, o controle econômico passou a ser também político, desta forma o novo município conseguiu aliar as políticas públicas aos interesses do agronegócio, de forma mais consistente.

Na atualidade, outro fator a ser destacado sobre a regulação do território, e cujo propósito seria aumentar a competitividade do Oeste Baiano, refere-se ao Plano Oeste Sustentável que está vinculado ao Plano Estadual de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais<sup>43</sup>, cuja meta é a resolução dos passivos ambientais.

De acordo com as informações da AIBA, em seu caderno informativo – Informaiba, publicado em Outubro de 2009, o Plano Oeste Sustentável é o resultado dos esforços do Governo do Estado da Bahia, produtores e sociedade civil organizada e fundamentado a partir do acordo de cooperação técnica entre a AIBA, SEMA (Secretaria de Meio Ambiente), SEAGRI (Secretaria de Agricultura) e IMA (Instituto de Meio Ambiente da Bahia). O objetivo do programa é mapear, cadastrar, diagnosticar e adequar até o ano de 2011 cerca de 2.000 propriedades nos municípios de Barreiras,

---

<sup>43</sup>Decreto nº 12.071 de 23 de Abril de 2010.

Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, São Desidério, Correntina, Jaborandi, Cocos, Formosa do Rio Preto e Santa Rita de Cássia.

O Plano Oeste Sustentável conta também com um acordo firmado ente a AIBA e a TNC – *The Nature Conservancy* responsável pelo treinamento de funcionários em geoprocessamento. Esta parceria fundamenta-se no emprego de sistemas de georreferenciamento, que serão utilizados para monitorar as propriedades rurais e adequá-las à obtenção da licença ambiental prevista pelo Plano.

Apesar do Plano Oeste Sustentável, de acordo com a AIBA, em seu Informe AIBA, publicado em Outubro/Novembro de 2010, o IBAMA embargou 18 mil hectares de terras a produtores rurais no Oeste Baiano, multando-os em 4 milhões de reais. A AIBA pretende reverter este quadro discutindo a situação da região com os órgãos ambientais e o poder público estadual e federal. Em entrevista realizada na AIBA, no dia 11 de fevereiro de 2011, o assessor de agronegócio, Alcides Viana, relatou que a resolução do passivo ambiental está próxima.

A AIBA, uma das mais atuantes associações setoriais do Oeste Baiano, buscando evitar multas que inviabilizam a produção agrícola e solucionar os problemas relacionados à legislação ambiental, como as descritas acima, participou de algumas audiências públicas e sugeriu modificações no Código Florestal Brasileiro. Para a AIBA, seria necessário permitir aos agricultores compensar o desmatamento da reserva legal fora das propriedades, excluir as Áreas de Preservação Permanente (APPs) no cálculo da Área de Reserva Legal, além de incluir no Código Florestal práticas agrícolas como o uso de novas tecnologias, plantio direto, instalação de curvas de nível e manejo integrado de pragas com o objetivo de aumentar a produção sem afetar drasticamente o Meio Ambiente.

As sugestões ao Código Florestal Brasileiro e a regularização ambiental por meio do Plano Oeste Sustentável são iniciativas que buscam aumentar a competitividade do Oeste Baiano solucionando o passivo ambiental, que atualmente representa um dos maiores entraves para os produtores rurais.

Por fim, a possível criação do Estado do São Francisco representará uma significativa mudança na regulação do território no Oeste Baiano e com

desdobramentos para a competitividade não da região Oeste da Bahia, mas de um Estado da Federação.

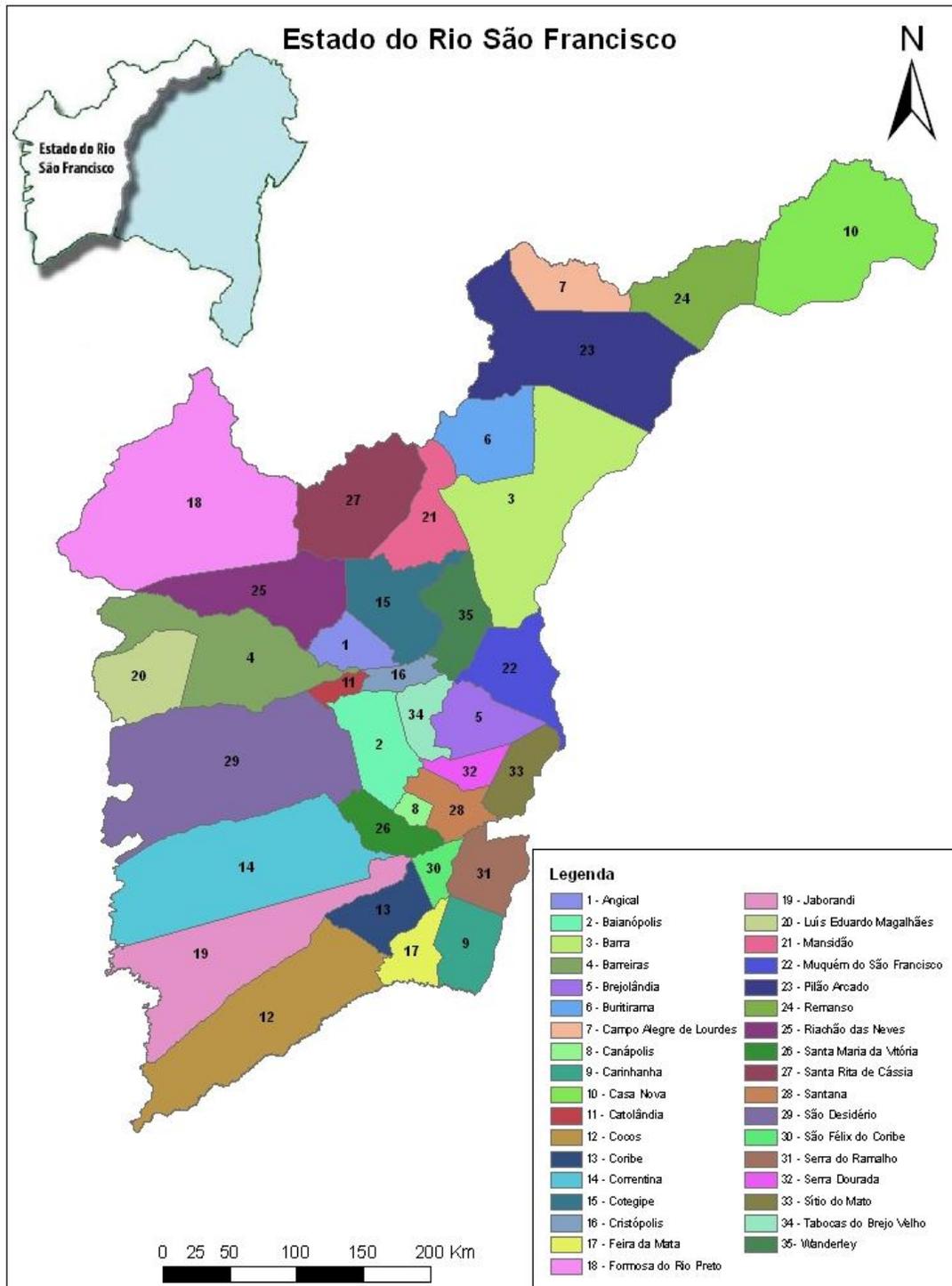
De acordo com as entrevistas realizadas, verificou-se no Oeste Baiano um grupo que defende a criação do estado do São Francisco e outro que defende a manutenção da região no estado da Bahia. Utilizando-se de fundamentação histórica sobre o processo de integração ao estado da Bahia e destacando o total abandono e falta de investimentos no Oeste Baiano, por parte do Governo Estadual, os defensores propõem a criação de um novo estado para a resolução dos principais problemas e dificuldades enfrentados por estes municípios, além de, supostamente, garantir-lhes melhor desenvolvimento econômico e social. Por sua vez, os que são contra a emancipação, afirmam que a proposta está relacionada à retomada do poder das oligarquias que perderam a força política e econômica no Oeste Baiano. Segundo os opositores da ideia, a criação do novo estado não representará mudanças significativas, ao contrário, poderá levar a região a sérios problemas, sobretudo de natureza econômica, uma vez que a arrecadação de impostos seria insuficiente para a manutenção do novo estado.

De fato, um dos argumentos utilizados pelos defensores da criação do Estado do São Francisco refere-se ao atual desenvolvimento do agronegócio. O novo estado encontrará na produção agrícola uma das suas principais atividades econômicas e poderá investir em infraestruturas e obras que garantam maior competitividade e rentabilidade. Utilizando este argumento, os defensores da criação do estado do São Francisco buscam convencer os produtores rurais a apoiarem o projeto.

A criação de um novo estado é muito complexa e a tramitação no Congresso Nacional apresenta um período longo de discussões para uma eventual aprovação. Entretanto, um dos principais fundamentos considerados é a aprovação popular. As discussões no Oeste Baiano são realizadas regularmente, favoráveis ou contrárias à criação do novo estado. Os debatedores pautam suas falas no agronegócio, demonstrando a importância da produção agrícola para o futuro estado. Segundo o projeto, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério devem integrar o novo estado.

O Oeste Baiano apresenta atualmente um elevado dinamismo agrícola, e, caso o estado do São Francisco seja criado, a região poderá aumentar a sua participação no

cenário nacional e o agronegócio irá se tornara principal atividade econômica no novo estado e terá prioridade para investimentos. A Figura 4.1 mostra o mapa do estado do Rio São Francisco.



**FIGURA 4.1 – PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO ESTADO DO RIO SÃO FRANCISCO – PDC 631/1998**

Fonte: elaborado pelo autor, a partir de dados cartográficos disponibilizados pela SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

#### **4.4 Agronegócio no Oeste Baiano: Revelando a produção de riquezas, escondendo a desigualdades**

Nos últimos anos, o desenvolvimento do agronegócio resultou no aumento da competitividade do Oeste Baiano. Os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério apresentaram ganhos significativos de produção, assim como atraíram inúmeros estabelecimentos relacionados à cadeia do agronegócio nos últimos anos. Entretanto, uma análise mais detalhada sobre a região permite visualizar que os ganhos com o agronegócio são seletivos e não há uma participação efetiva de toda a população neste dinamismo econômico. As fotos 4.1 e 4.2 mostram um pouco desta realidade desigual: no mesmo município de Luís Eduardo Magalhães, a situação do Bairro Santa Cruz, totalmente desprovido de infraestruturas básicas como água encanada e rede de esgoto, habitado por pessoas de baixa renda, em sua maioria desempregadas a pouco metros do Bairro Paraíso em situação totalmente oposta.



**FOTOS 4.6 E 4.7 – DESIGUALDADE ENTRE OS BAIRROS SANTA CRUZ E PARAÍSO EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES.**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 09 fev.2010.

Para a compreensão do Oeste Baiano e suas contradições, objetiva-se primeiro apresentar dados que comprovem o desenvolvimento econômico regional e conseqüentemente a produção de riquezas, que entre outros fatores, está atrelada ao desenvolvimento do agronegócio. Para isto, utilizamos como referência três importantes

indicadores: (1) Índice de Desenvolvimento Humano, (2) Produto Interno Bruto e (3) Produto Interno Bruto *per capita*.

Segundo informações disponibilizadas no site do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento<sup>44</sup>) o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano objetiva demonstrar a qualidade de vida de uma população, tomando como referência não apenas a dimensão econômica, mas também as características sociais, culturais e políticas.

Ainda segundo a PNUD, o Índice de Desenvolvimento Humano foi criado pelo economista paquistanês MahbubulHaq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen. Para a composição do IDH, são utilizados como valores de referência o PIB *per capita*, corrigido pelo poder de compra da moeda de cada país<sup>45</sup>, números de expectativa de vida além do índice de analfabetismo e a taxa de matrícula em todos os níveis de ensino.

Essas três dimensões têm a mesma importância no índice, que varia de zero a um. Quanto mais próximo de 1, melhor a qualidade de vida, e quanto mais próximo de zero, pior a qualidade de vida da população do local analisado. Com base neste índice, são consideradas de baixo desenvolvimento humano localidades que apresentarem valores entre 0 a 0,499; de médio desenvolvimento humano, valores entre 0,500 a 0,799; e alto, valores de 0,800 a 1.

No Brasil, o Governo Federal tem utilizado como referência o IDH para a publicação de dados sobre o desenvolvimento humano de municípios, denominado (IDH–M) - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e também para os estados.

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD, os municípios analisados apresentaram os seguintes resultados, referentes aos anos de 1990 e 2000, que podem ser analisados na tabela 4.1.

---

<sup>44</sup>Disponibilizado em <http://www.pnud.org.br/idh> - acesso em 23/06/2011.

<sup>45</sup> PPC – Paridade de Poder de Compra segundo a PNUD corresponde a um método que elimina as diferenças de custo de vida entre os países. Para a constituição do cálculo do PPC, são considerados como referência os preços médios mundiais, o que permite uma comparação entre os países.

**TABELA 4.1. BARREIRAS E SÃO DESIDÉRIO. ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL, ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 1991 E 2000.**

Unidade Territorial	IDH - M, IDH 1991	IDH - M, IDH - 2000
Barreiras (BA)	0,628	0,723
São Desidério (BA)	0,489	0,610
Bahia*	0,590	0,688
Brasil*	0,696	0,766

Fonte: PNUD - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, \*IPEA<sup>46</sup>

Os dados disponibilizados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD apresentam valores referentes ao IDH-M para os anos de 1991 e 2000, publicações anteriores à criação do município de Luís Eduardo Magalhães. Neste contexto, os dados referentes a Luís Eduardo Magalhães estão inseridos nos valores do município de Barreiras.

Analisando os dados referentes aos anos de 1991 e 2000, verificamos que o IDH – M apresenta valores médios nos municípios analisados, registrando um aumento no período analisado. Entretanto, em 1991 o município de São Desidério apresentava um IDH – M baixo.

Em comparação com o estado da Bahia, o município de Barreiras apresenta valores superiores de desenvolvimento humano, o mesmo não ocorre com o município de São Desidério. Em relação ao Brasil, em ambos os municípios, os índices de desenvolvimento são inferiores.

Ainda segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil – PNUD, Barreiras apresentou um crescimento de 15,13% do seu IDH – M, apresentando como principal fator uma melhoria na educação. Em relação aos municípios brasileiros, num total de 5.507, Barreiras ocupa a 2.556<sup>a</sup> posição, e entre os municípios baianos, a 11<sup>a</sup> posição entre os 415 municípios analisados. Assim como ocorreu com Barreiras, no município de São Desidério o IDH –M cresceu 24,74%, com destaque para a melhoria na educação. Em relação aos municípios brasileiros, São Desidério ocupa a 4.477<sup>a</sup> posição e em relação ao estado da Bahia, o município ocupa a 251<sup>a</sup> posição.

<sup>46</sup> Dados disponibilizados em [www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) – acesso em 27/06/2011.

Com base nestes dados, verificamos que o município de Barreiras apresenta um bom desenvolvimento humano comparado aos municípios baianos, diferentemente de São Desidério. Entretanto, com o passar dos anos, verifica-se uma melhoria nos dados acompanhando a evolução no Brasil e no estado da Bahia.

O PIB – Produto Interno Bruto (PIB) corresponde a uma das ferramentas mais utilizadas para demonstrar a produção de riqueza de uma unidade territorial. Segundo definição do IBGE, o PIB corresponde ao:

Total dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes sendo, portanto, a soma dos valores adicionados pelos diversos setores acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos na valoração da produção. Por outro lado, o produto interno bruto é igual à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, igual à soma das rendas primárias (IBGE, 2008).

Com base nisto, a análise do Produto Interno Bruto Municipal (PIB – Municipal) e o Produto Interno Bruto (PIB *per capita*) contribuem para compreensão sobre a produção da riqueza no Oeste Baiano. Segundo dados disponibilizados pelo IBGE, nos últimos anos os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério têm apresentado um aumento do PIB municipal que pode ser analisado na tabela 4.2.

**TABELA 4.2 - BRASIL, ESTADO DA BAHIA, MICRORREGIÃO DE BARREIRAS, MUNICÍPIOS DE BARREIRAS, LUÍS EDUARDO MAGALHÃES E SÃO DESIDÉRIO. PRODUTO INTERNO BRUTO, 1999 - 2008. (MIL REAIS)**

<b>Ano</b>	<b>Brasil</b>	<b>Bahia</b>	<b>Microrregião</b>	<b>Barreiras</b>	<b>Luís Eduardo Magalhães</b>	<b>São Desidério</b>
2001	1.302.135.029	51.095.841	1.687.189	632.831	490.815	308.061
2002	1.477.821.769	60.671.843	1.937.380	763.263	546.962	366.187
2003	1.699.947.694	68.146.924	2.663.648	976.047	736.245	557.601
2004	1.941.498.358	79.083.228	3.763.224	1.226.570	996.983	949.937
2005	2.147.239.292	90.919.335	3.572.171	1.236.360	999.473	798.486
2006	2.369.483.546	96.520.701	3.012.744	1.181.979	849.511	582.873
2007	2.661.344.525	109.651.844	4.011.858	1.402.385	1.163.769	859.995
2008	3.031.864.490	121.508.474	4.945.535	1.597.110	1.538.972	1.027.644

Fonte: IBGE

Como pode ser verificado na Tabela 4.2, o PIB dos municípios analisados acompanhou o ritmo de crescimento ocorrido no PIB nacional, estadual e da

microrregião de Barreiras, com exceção nos anos de 2005 e 2006, quando ocorreu retração, entretanto, o regime de crescimento do PIB foi retomado nos anos subseqüentes, demonstrando o aumento da geração de riquezas.

A análise do PIB *per capita* dos municípios pesquisados também apresenta uma evidência sobre o aumento da produção de riquezas no Oeste Baiano. Segundo dados disponibilizados pelo IBGE em 2008, Barreiras apresentava um PIB *per capita* a preços correntes de R\$ 11.773,75, Luís Eduardo Magalhães de R\$ 31.422,34 e São Desidério de R\$ 38.428,09. Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o PIB *per capita* do estado da Bahia ficou em R\$ 14.502.575 e o PIB *per capita* nacional em R\$ 15.240,00. Com exceção do município de Barreiras, os municípios pesquisados apresentam valores bem superiores à média nacional e estadual referente ao PIB per capita - característica típica das cidades do agronegócio.

Os dados permitem concluir que no Oeste Baiano há uma produção de riqueza acentuada, que entre outros fatores, está diretamente ligada à agropecuária. Em 2008, no município de Barreiras, a agropecuária foi responsável por pouco mais de 27% do PIB municipal, em Luís Eduardo Magalhães correspondeu a 18% e em São Desidério chegou a 73%, que demonstra o peso da produção agrícola para a riqueza municipal, fortemente caracterizado neste último município.

Com base nos dados sobre o IDH, PIB e PIB *per capita*, pode-se inferir que no Oeste Baiano ocorre uma produção de riquezas, e que os municípios pesquisados apresentam dados superiores à média nacional e estadual. A análise possibilitou mensurar a importância da agropecuária para o desenvolvimento da renda do Oeste Baiano, demonstrando apenas a influência direta na constituição do PIB. Se considerarmos que os serviços e a indústria do Oeste Baiano estão diretamente interligados com a agropecuária, como de fato comprovado nos trabalhos de campo, a relação entre agropecuária e produção de riqueza torna-se mais evidente.

Os dados revelam uma produção de riqueza acentuada, ao mesmo tempo em que encobrem uma grande desigualdade existente no Oeste Baiano, pois o agronegócio não é para todos, assim como seus rendimentos. Segundo os dados disponibilizados pelo IBGE em 2003, data da última pesquisa realizada sobre a pobreza

no Oeste Baiano, o município de São Desidério apresenta uma incidência de pobreza<sup>47</sup> de 51,65% e Barreiras 40,90%. Devido à sua recente criação, o IBGE não apresenta dados referentes à incidência de pobreza no município de Luís Eduardo Magalhães. Todavia, a falta de infraestruturas básicas<sup>48</sup>, que caracteriza as péssimas condições de vida no Bairro Santa Cruz ou no Mimoso, na periferia de Luís Eduardo Magalhães, indica que a incidência de pobreza no município recai sobre uma parcela significativa da população.



**FOTOS 4.8 E 4.9 – BAIRRO SANTA CRUZ EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES.**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 09 fev.2010.

A pobreza e a miséria verificadas nas periferias do Oeste Baiano são expressões regionais de problemas estruturais da sociedade e do território brasileiro. Dentre os seus diversos fatores, destacamos o processo migratório ocorrido na região com o desenvolvimento do agronegócio. Um grande contingente populacional, sobretudo do Sertão baiano, deslocou-se para o Oeste Baiano com o objetivo de trabalhar nas lavouras de café, soja, milho e algodão herbáceo ou nas atividades de pecuária. Este fato foi observado por Haesbaert, 2004:

---

<sup>47</sup> Segundo a PNUD a incidência da pobreza corresponde a estimativa de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm> - acesso em 30/06/2011.

<sup>48</sup> Segundo o IBGE – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, São Desidério e Luís Eduardo Magalhães não apresentam rede coletora de esgotos, sendo o mesmo destinado a fossas sépticas e/ou sumidouros.

Em sua área de origem, no Sertão nordestino, eles estiveram durante muito tempo “presos à terra”, como diziam, numa condição de extrema miséria, ou seja, numa situação de desterritorialização, ou melhor, de territorialização precária, para ser coerente com o domínio dos processos de inclusão precária aqui defendido. Desatrelados da situação crítica de fome e até mesmo de falta de água, no Sertão, eles se tornaram alvo fácil de uma desterritorialização na mobilidade, verdadeiros “novos nômades” em busca de condições mínimas de sobrevivência (HAESBAERT, pp. 329-330, 2003).

Apesar de apresentarem conhecimentos sobre diferentes formas de cultivos, a agricultura no Oeste Baiano caracteriza-se pela intensa mecanização baseada em modernas técnicas de cultivo, desconhecidas e inacessíveis para grande parte da população oriunda do Sertão baiano. A falta de qualificação e a acentuada mecanização, essencial no Oeste Baiano, correspondem a alguns dos principais fatores responsáveis pelo aumento da periferização dos municípios pesquisados, principalmente em Luís Eduardo Magalhães. Excluídos do trabalho nas lavouras da região, os migrantes do Sertão baiano estabeleceram-se nas periferias, como no Bairro Santa Cruz em Luís Eduardo Magalhães, e desenvolvem suas atividades profissionais no setor de serviços ou nas indústrias locais<sup>49</sup>.

Diferentemente, os migrantes sulistas caracterizam-se pela alta qualificação, tão necessária para o desenvolvimento do moderno agronegócio no Oeste Baiano. A remuneração é compatível com a qualificação, assim como as condições de vida desta parcela da população. Desta forma, nos municípios analisados coexistem duas realidades distintas dos migrantes que colaboraram para o desenvolvimento da região. De um lado, temos os migrantes do Sertão baiano que apresentam baixa qualificação e conseqüente baixa remuneração (migração ascendente) e, de outro lado, migrantes sulistas, que na sua maioria caracterizam-se pela alta qualificação e por renda elevada (migração descendente).

Como conseqüência desta situação, verifica-se no Oeste Baiano uma segregação socioespacial, marcada por uma desigualdade exacerbada. Como exemplo, podemos citar o município de Luís Eduardo Magalhães, analisando os Bairros

---

<sup>49</sup> Eventualmente nas fazendas das regiões surgem vagas para trabalhos gerais que exigem baixa qualificação. Tais empregos são em sua maioria temporários e apresentam baixa remuneração.

Santa Cruz e Paraíso. Enquanto o bairro Santa Cruz característica pela quase total falta de infraestrutura básica, precariedade das habitações, criminalidade e violência a poucos metros existe uma realidade totalmente oposta no bairro Paraíso, caracterizado pelo alto padrão das casas, segurança privada, ruas asfaltadas e arborizadas, ensino privado além de áreas de lazer entre outros. Em ambos os bairros, os moradores são migrantes, no bairro Santa Cruz de origem do sertão baiano e no bairro Paraíso oriundos principalmente da Região Sul do Brasil.



**FOTOS 4.10 E 4.11 – BAIRRO PARAÍSO EM LUÍS EDUARDO MAGALHÃES.**

Autor: Clayton Gomes Ilario, 09 fev.2010.

Nos últimos anos, o desenvolvimento da agricultura moderna no Oeste Baiano possibilitou um aumento considerável da renda nesta porção do território brasileiro. Entretanto, os ganhos com o agronegócio são seletivos, ocorreram apenas para uma parcela dos agentes envolvidos, ou seja, ligados diretamente com a produção ou comercialização de produtos agrícolas e não há uma participação efetiva de toda a população neste dinamismo econômico, que resulta em uma perceptível desigualdade socioespacial.



## CONCLUSÕES

O Oeste Baiano ocupa uma posição de destaque no cenário nacional como um dos principais expoentes do agronegócio globalizado, além de apresentar um elevado crescimento demográfico e econômico. Esse dinamismo, diretamente associado à agricultura moderna, pode ser comprovado pelos dados sobre a evolução da produção de soja, milho e algodão herbáceo nos municípios baianos de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Além do dinamismo da produção, esses municípios apresentam outras características fundamentais para serem considerados competitivos: presença de *tradings* agroindustriais, associações setoriais, comércio e serviços especializados no agronegócio, força de trabalho qualificada, em suma, uma urbanização funcional à agricultura intensiva, nos moldes daquilo que Santos (1993) chama de espaços agrícolas com áreas urbanas, nos quais emergem as cidades do agronegócio (ELIAS, 2007).

O dinamismo econômico regional nem sempre esteve ligado diretamente ao agronegócio. Entretanto, a partir dos anos 1970, ocorreu uma forte atuação do Estado no desenvolvimento da infraestrutura da região (principalmente os perímetros irrigados), acrescida de fluxos migratórios, principalmente oriundos do Sul e do Sudeste, que se intensificam na década de 1980. Soma-se a isto, o processo de desconcentração espacial das atividades agrícolas do Sul e do Sudeste em direção ao Grande Cerrado do Brasil Central (DINIZ, 2006), o que possibilitou rebatimentos no Oeste Baiano, configurando a região como um das principais áreas produtoras da moderna e especializada agricultura no Brasil.

O desenvolvimento das culturas de algodão herbáceo, soja e milho nos Cerrados baianos deve-se, do ponto de vista técnico, às condições edafoclimáticas, às pesquisas de adequação e às correções dos solos. Além disso, destaca-se a difusão de tecnologias agrícolas.

Ressalta-se também que os municípios analisados apresentaram um acentuado crescimento demográfico desde a década de 1980, quando a agricultura moderna e especializada chegou ao Cerrados do Oeste Baiano. A região apresenta ainda um potencial para a incorporação de terras e para a produção agrícola. Entretanto, investimentos em logística são uma questão fundamental para viabilizar o escoamento

da produção agrícola e aumentar a fluidez no Oeste Baiano.

Inseridos nesta perspectiva, a análise dos circuitos espaciais produtivos no Oeste Baiano das culturas de soja, milho e algodão herbáceo revelou-se como um dos principais indicadores para a compreensão da competitividade e da fluidez desta porção do território nacional, demonstrando sua participação no mercado interno, mas, sobretudo no mercado externo. Os dados da pesquisa mostraram que os municípios de Barreiras e Luís Eduardo Magalhães alcançam valores consideráveis se analisarmos o rendimento médio da produção de soja, milho e algodão herbáceo, com destaque para São Desidério.

Apesar do grande dinamismo, verifica-se no Oeste Baiano o controle da produção pelas *tradings* por meio do fornecimento de sementes e fertilizantes, no monopólio do armazenamento e na compra da produção, além do financiamento concedido aos produtores.

É possível perceber que, nos últimos 30 anos, os municípios analisados transformaram-se por completo, deixando de ser apenas um referencial local especializado no comércio e serviço, tornando-se, atualmente, uma região articulada com a economia e as lógicas internacionais. Fato este comprovado, por exemplo, com o acordo que viabiliza a instalação em Barreiras do grupo de grãos chinês Chongqing com investimentos previstos em torno de R\$ 4 bilhões no município<sup>50</sup>.

As novas áreas de produção, como o Oeste Baiano, possuem menor densidade técnica e de sistemas logísticos, além de estarem mais distantes dos portos exportadores do que as áreas agrícolas de ocupação mais antiga (CASTILLO, 2006). Dessa forma, investimentos nos sistemas de transportes configuram uma necessidade frente à grande demanda da produção agrícola existente no Oeste Baiano. Analisando os principais projetos para o Oeste Baiano, tanto na esfera federal por meio do PPA 2008 – 2011, PAC e PNLT, quanto na estadual através PPA 2008-2011, nota-se uma convergência no apoio à agricultura familiar; na construção da ferrovia de Integração Oeste- Leste; e na recuperação e ampliação dos principais corredores de escoamento de produtos agrícolas da região através das BR 020 e BR 242.

---

<sup>50</sup> Disponibilizado em <http://www.comunicacao.ba.gov.br> – acesso em 01/06/2011.

Verifica-se que as ações governamentais e muitas ações empresariais, para constituir a fluidez (ARROYO, 2001) necessária ao território, estão sendo realizadas, como por exemplo, a atuação das associações setoriais, como a AIBA, com o objetivo de facilitar o escoamento, especialmente de commodities. A constituição de uma rede de assistência técnica e especializada no Oeste Baiano deve-se, sobretudo, à sua presença e de outras associações setoriais.

Nos últimos anos, o desenvolvimento do agronegócio resultou no aumento da competitividade do Oeste Baiano. Os municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério apresentaram ganhos significativos de produtividade, assim como atraíram inúmeros estabelecimentos relacionados à cadeia do agronegócio. A expansão da agricultura intensiva em áreas de Cerrado provocou alterações substantivas nas dimensões ambiental, urbana, fundiária e demográfica, bem como na logística. As transformações foram tão acentuadas que resultaram na mudança da configuração territorial do Oeste Baiano, sendo o maior expoente a criação do município de Luís Eduardo Magalhães, emancipado de Barreiras, e a contribuição para o desenvolvimento agrícola regional com o fluxo migratório dos sulistas.

Tais transformações, entretanto, não atingiram o conjunto da população do Oeste Baiano. Podemos citar como exemplo, o processo de periferização dos municípios analisados e as desigualdades entre os produtores locais, sobretudo no acesso às infraestruturas de transporte e de armazenamento que puderam ser comprovadas nos trabalhos de campo realizados que, por sua vez, igualmente auxiliaram no entendimento e na compreensão do Oeste Baiano no que se refere à sua competitividade e à sua logística.

Com base nos dados e das informações analisadas, tudo nos indica que o Oeste baiano é uma região competitiva (GIORDANO, 1999; BELIK, 2001; CASTILLO, 2008; CASTILLO; FREDERICO, 2010), uma vez que demonstra uma especialização no campo e na cidade na produção de *commodities* agrícolas e demanda investimentos agroindustriais, além de infraestruturas e formas de organização logísticas (CASTILLO, 2008).

Afiançamos que a pesquisa contribuiu sobremaneira para a indagação que propomos, cujo objetivo principal é compreender a competitividade regional agrícola na

microrregião do Oeste Baiano, considerando a logística territorial e o circuito espacial produtivo de *commodities* agrícolas – particularmente, da soja, do milho e do algodão – e as suas implicações para a organização e o uso do território brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. P. **Barreiras uma história de sucesso**: Resumo Didático desde as origens até 1902. Documentos Barreirenses – Coleção do Professor, v.1, Barreiras, 2001.

ALVES, V. E. L. **Mobilização e Modernização nos Cerrados Piauienses**: Formação Territorial no Império do Agronegócio. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Tese de Doutorado, 2006.

ARROYO, M. M. **Território Nacional e Mercado Externo**: Uma leitura do Brasil na virada do século XX. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP, 2001.

BAHIA - Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - Superintendência de Planejamento Estratégico. **Quatro cantos da Bahia**. Salvador: Superintendência de Planejamento Estratégico, 2001. 109p.

BAHIA.SEAGRI - Secretaria de Agricultura Irrigação e Reforma Agrária do estado da Bahia. Disponível em <http://www.seagri.ba.gov.br/spa.asp>>. Acesso em: 15 fev. 2010.

BAHIA.SEPLAN - Secretaria de Planejamento do estado da Bahia. *PPA 2008 – 2011*. Disponível em <http://www.seplan.ba.gov.br/ppa.php>>. Acesso em: 15 fev. 2010. Salvador, 2007.

BELIK, W. **Muito Além da Porteira**: Mudanças nas formas de coordenação da cadeia agroalimentar no Brasil. Campinas, SP: Unicamp. IE, 2001.

BRASIL – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro, 1958.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (I.B.G.E.). **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/pac>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

CAIXETA-FILHO, José Vicente. & GAMEIRO, A. H. (orgs.). **Transporte e logística em sistemas agroindustriais**. São Paulo: Atlas, 2001.

CARDIM, S. E. et. al. **Análise da estrutura fundiária brasileira**. Disponível em [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br). Brasília, 2000. Acesso em 06/10/07.

CASTILLO, R. **Logística e consolidação de fronteiras agrícolas no território brasileiro**: Uma avaliação dos investimentos do governo federal em transportes *de 1995 a 2005*. FAPESP, processo nº 2006/58008-3. Campinas, 2006.

CASTILLO, R. Redes de transporte e uso agrícola do território brasileiro: investimentos públicos e prioridades corporativas. **Anais**. XIV Encontro Nacional de Geógrafos. Rio Branco: AGB, 2006.

CASTILLO, R. Agronegócio e Logística em Áreas de Cerrado: expressão da agricultura científica globalizada. **Revista da ANPEGE**. v. 3, p. 33 - 43, 2007.

CASTILLO, R. Região competitiva e logística: expressões geográficas da produção e da circulação no período atual. In: IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2008, Santa Cruz do Sul RS. **Anais** do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul RS:Unisc, 2008. v. 1.

CASTILLO, R. Agricultura globalizada e logística nos Cerrados brasileiros. In: SILVEIRA, M. R. **Circulação, transportes e logística**: diferentes perspectivas. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. **Dinâmica Regional e Globalização**: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. *Mercator*, v. 09, p. 17-26, 2010a

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: Uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (3): 461-474, dez. 2010.

CAVALCANTE, M. B.; FERNANDES, B. M. Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 13, pp. 16-25, 2008.

CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. *Capacidade Estática dos Armazéns*. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

DINIZ, B. P. C. **O grande Cerrado do Brasil Central**: geopolítica e economia. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP, 2006.

ELIAS, D. Agronegócio e Desigualdades Socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato (orgs). **Difusão do Agronegócio e Novas Dinâmicas Socioespaciais**. Fortaleza: BNB, 2006

ELIAS, D. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: G. J. Marafonet al. (orgs.). **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Editora da Uerj, 2007.

ESPÍNDOLA, C. J. Os investimentos agroindustriais no Centro-Oeste brasileiro. **Revista Paranaense de Geografia**. Curitiba, nº 7, pp. 71-84, 2002.

FERNANDES, O. **A Questão Agrária no Brasil**. Belo Horizonte: SINPRO, 1997

FIESB - FEDERAÇÃO DAS INDUSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. **Guia industrial do estado da Bahia**. Disponível em <http://www.fieb.org.br/guia/>>. Acesso em: 19jan. 2011.

FLEURY, Paulo Fernando. **Gestão estratégica do transporte**. CEL – Centro de Estudos em Logística – COPPEAD/UFRJ, 2002. Disponível no endereço eletrônico <[HTTP ://www.centrodelogistica.com.br/new/fs-busca.htm?fr-estrat-trans.htm](http://www.centrodelogistica.com.br/new/fs-busca.htm?fr-estrat-trans.htm)>. Acesso em: 15/10/ 2008.

FREDERICO, S. **Sistemas de movimento no território brasileiro**: os novos circuitos espaciais produtivos da soja. Dissertação de mestrado, Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP.: [s.n.], 2004.

FREDERICO, S. **O Novo Tempo do Cerrado**: expansões dos fronts agrícolas e controle do sistema de armazenamento de grãos. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP, 2009.

FREDERICO, S.& CASTILLO, R. “Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil”. Bauru, SP: **Revista Ciência Geográfica**, vol.X, Set./Dez., p.236-241, 2004.

GEIPOT- Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes do Ministério dos Transportes. **Corredores Estratégicos de Desenvolvimento**: Alternativas de escoamento de soja para exportação. Disponível para consulta no endereço eletrônico :<[http://www.geipot.gov.br/estudos\\_realizados/soja/Capitulo\\_16.htm](http://www.geipot.gov.br/estudos_realizados/soja/Capitulo_16.htm)>. Acesso em: 15/10/ 2008.

GIORDANO, S. R. **Competitividade Regional e Globalização**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia, Tese de Doutorado, 1999.]

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**, 2ª ed.rev., Campinas: Unicamp / IE, 1998 (1996).

HAESBAERT, R. *Des-territorialização e Identidade*: a rede gaúcha no Nordeste. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização*: Do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE - PAM – **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 30 jan. 2011.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **Plano Plurianual**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. **PNLT - Plano Nacional de Logística e Transportes**. Brasília: Ministério dos Transportes, 2010. Disponível em:

<http://www.transportes.gov.br/PNLT/>. Acesso em: 20 jan. 2010.

MIZUMOTO, C. N. *et. al.* **O Cerrado e o seu brilho**. 1ª edição. São Paulo: Associação dos Antigos Escoteiros e Escotistas Caramuru, 2009.

MORAES, A. C. R. de. Los circuitos espaciales de la producción y los círculos de cooperación em el espacio. In: Luis Yanes et al. (org.), **Aportes para el estudio del espacio socioeconômico**, tomo III, El Colóquio. Buenos Aires: [s.n.], 1991.

MOTTA, M (org). **Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RAMOS, S. Sistemas Técnicos Agrícolas e Meio Técnico Científico Informacional no Brasil. in SANTOS, Milton, SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. pg. 375-387.

SANTOS, C.C. M. dos. Os Cerrados sob a lógica do capital. **Revista IDeAS**, v. 2, n. 1, p. 76-108, jan.-jun. 2008.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. "Espaço e Sociedade no Brasil: A urbanização recente", **GEOSUL**, Revista do Departamento de Geografia, UFSC, ano III, nº 5, 1º sem., 1988 (1989).

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1993.

SANTOS, M. M. **Técnica, espaço, tempo globalização e meio técnico-científico-informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, M. M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, M.& SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, M. M. **O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS-FILHO, M. (coord). **O Processo de Urbanização no Oeste Baiano**. Recife, SUDENE – DPG. PSU – URB, 1989. 281p.

SILVEIRA, M. L. Uma globalização desnecessária, um território instável. **Ciência Geográfica**. ano VII, vol. I (21). Bauru, 2002. p. 43-46.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Mudanças sociodemográficas recentes: Oeste Baiano**. Salvador: SEI, 2000.

VELASCO, M. M. **Descentralização e Política Urbana em Municípios de Porte Médio**: Os casos de Alagoinhas e Barreiras na Bahia. São Paulo, SP. 2006. Orientador: Rebeca Scherer. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

VENCOVSKY, V. P. **Sistema ferroviário e o uso do território brasileiro**. uma análise do movimento de produtos agrícolas. Campinas, SP. 2006. Orientador: Ricardo Castillo. Dissertação (mestrado), Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências.

### **BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR CONSULTADA**

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: I. E. de Castro et al. (orgs.), **Geografia: conceitos e temas**, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

DIAS, L. C. Os sentidos da rede: notas para discussão. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. **Redes, sociedades e território**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

ISNARD, H. **O espaço geográfico**. Coimbra: Portugal: Almerinda, 1982.

ISNARD, H. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume / Hucitec, 2002.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, C. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Ciência Geográfica**, Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Bauru, Edição Especial, 1997 (1977).

## **Documentos Legislativos**

BAHIA - Lei estadual nº 237, de 6 de abril de 1891

BAHIA - Lei estadual nº 449, de 19-05-1902.

BAHIA – Lei estadual nº10.705 de 14 de Novembro de 2007

BAHIA - Decreto Estadual nº 1.621, de 22 de fevereiro de 1962

BAHIA – Decreto estadual nº 12.071 de 23 de Abril de 2010

BRASI - Lei nº 2.599, de 13 de setembro de 1955

BRASIL - Lei Complementar nº 87, de 13 de Setembro de 1996

## **Sites Consultados**

<http://www.ibge.gov.br> (acesso em 10/07/09, 01/10/10, 30/06/2011)

<http://www.barreiras.ba.gov.br> (acesso em 01/09/2010)

<http://www.luiseduardomagalhaes.ba.gov.br> (acesso em 01/09/2010)

<http://www.saodesiderio.ba.gov.br> (acesso em 01/10/10)

<http://www.aiba.org.br> (acesso em 01/06/10)

<http://www.bahiafarmshow.agr.br> (acesso em 01/10/2010)

<http://www.planejamento.gov.br>(acesso em 15/04/10 e 10/02/2011)

<http://www.cpac.embrapa.br> (acesso em 10/05/10)

<http://www.nippobrasilia.com.br> (acesso em 01/08/10)

<http://www.cpac.embrapa.br/unidade/ambiente/> (acesso em 07/11/2010)

<http://www.transportes.gov.br/PNLT/> (Acesso em 20/01/2010)

<http://www.sidra.ibge.gov.br>. (Acesso em 30/01/2011)

<http://www.fieb.org.br/guia/> (Acesso em: 19/01/2011)

<http://www.conab.gov.br> (Acesso em: 02/02/ 2011)

<http://www.brasil.gov.br/pac>>. (Acesso em: 10 /02/2011)

<http://www.seagri.ba.gov.br/spa.asp>. (Acesso em: 15/02/2010)

<http://www.seplan.ba.gov.br/ppa.php>>. (Acesso em: 15/02/2010)

<http://www.pnud.org.br/idh>. (Acesso em 23/06/2011)

<http://www.ipeadata.gov.br> . (Acesso em 27/06/2011)

<http://www2.camara.gov.br/agencia>. (Acesso em 30/06/2011)

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>. (Acesso ao site em 30/06/2011)

<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr97/rdh7-1.htm>. (Acesso em 30/06/2011)

<http://www.comunicacao.ba.gov.br>. (Acesso em 01/07/2011)

<http://www.cbbers.inpe.br>(Acesso em 20/07/2011)

## **Metodologia**

Descrevemos abaixo a metodologia adotada para o georreferenciamento das imagens do Oeste Baiano:

- I. *Download* das imagens das órbitas pontos: 219 68; 219 69, 220 68 e 220 69 do satélite *Landsat5* sensor TM, disponibilizados na biblioteca de catálogos de imagens do Programa CBERS/INPE<sup>51</sup>. As imagens são datadas de junho e julho de 1984, maio e julho de 1994 e junho e agosto de 2004.
- II. Montagem da composição falsa cor R5G4B3;
- III. Confecção do mosaico de imagens utilizando o programa computacional ArcGIS 9.3;
- IV. Recorte do objeto de estudo, municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério;
- V. Análise visual da ocupação da moderna agricultura nos Cerrados baianos

## **Resultados**

As imagens permitem a visualização do aumento da extensão da área agrícola no Oeste Baiano nos últimos anos e evidencia a sua posição de destaque no cenário nacional. Esse dinamismo está diretamente relacionado a ocupação da agricultura moderna e especializada nos Cerrados baianos.

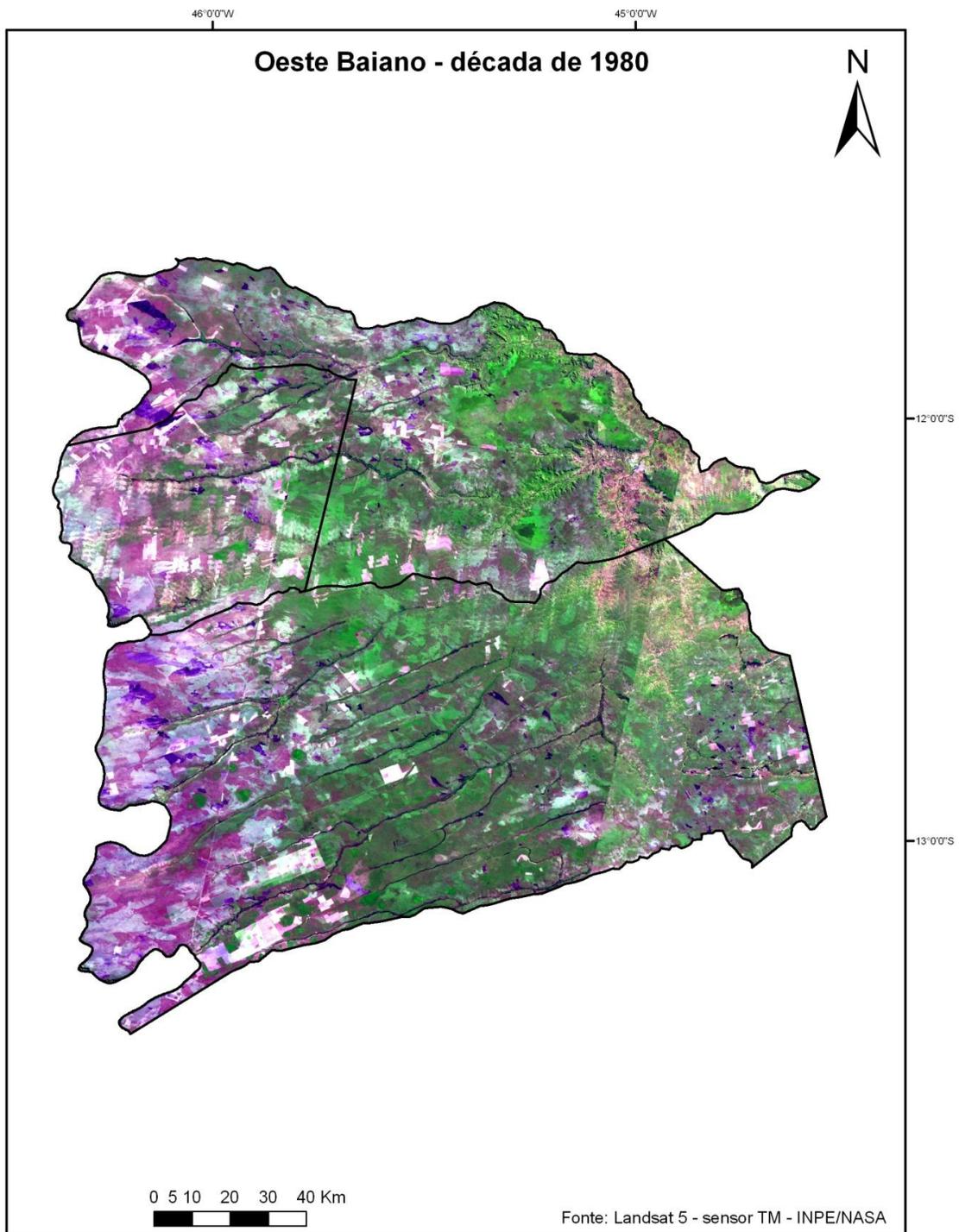
---

<sup>51</sup> Disponibilizado em <http://www.cbbers.inpe.br> – acesso em 20/07/2011.

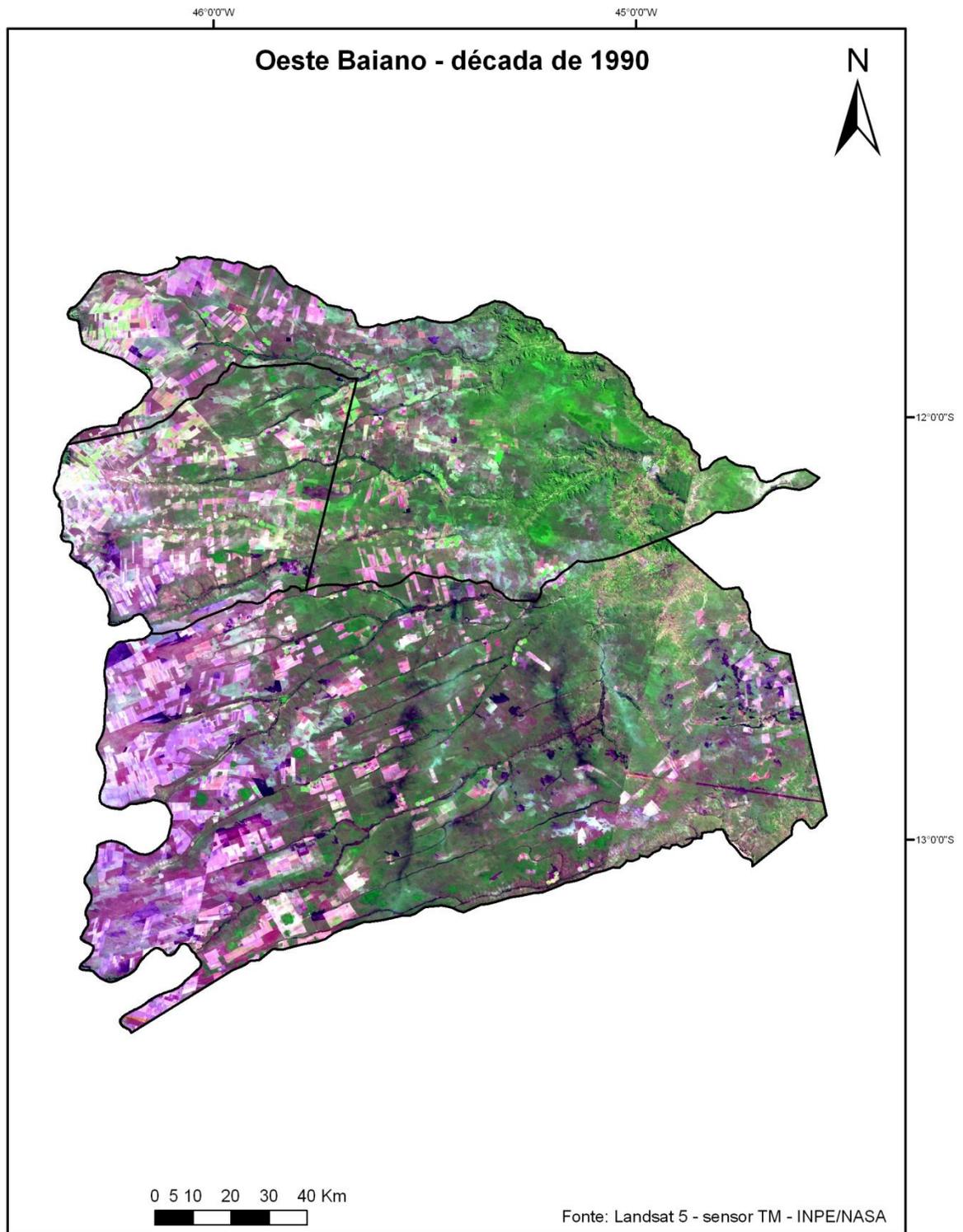


## ANEXOS

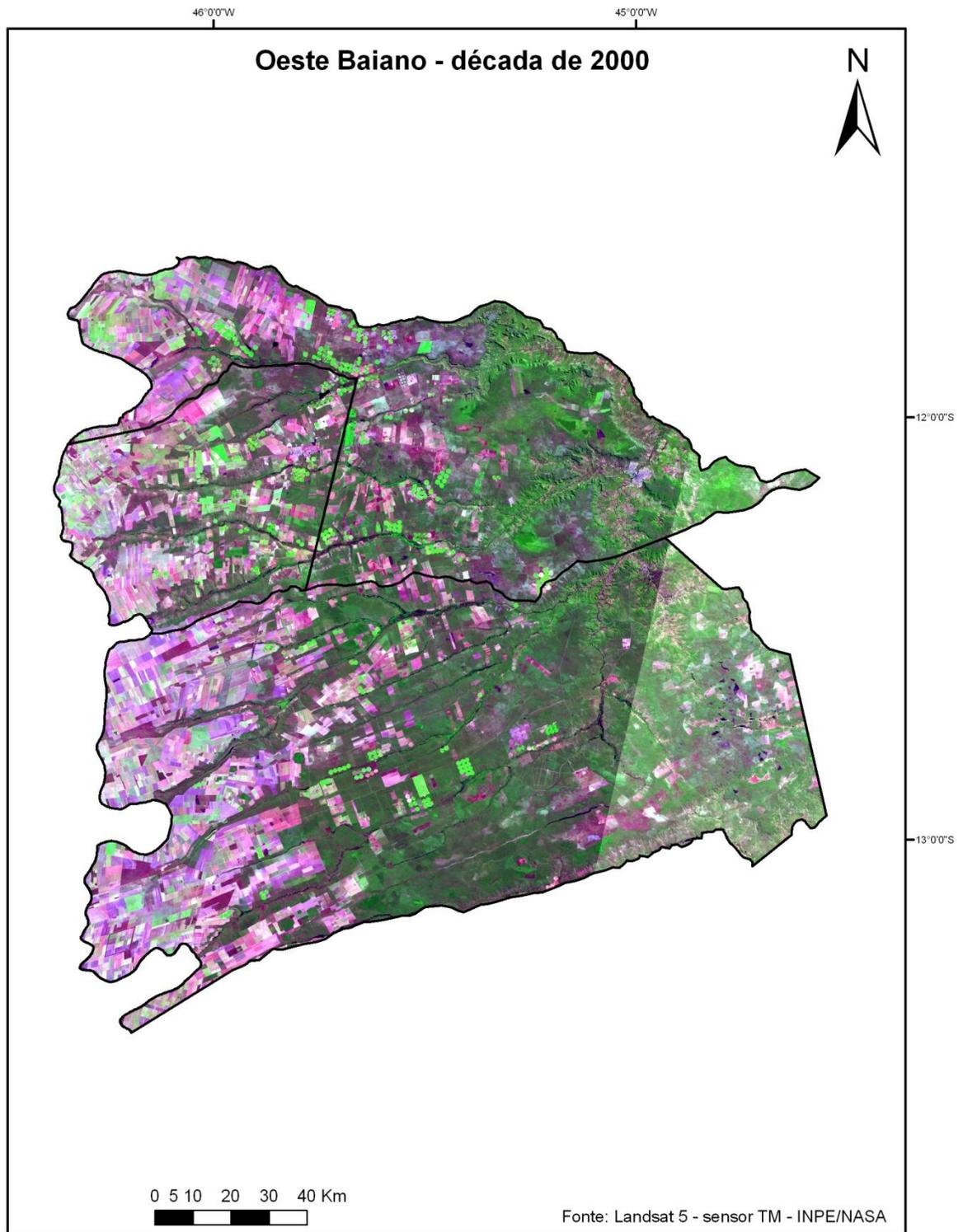
Anexo 1 Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Área agrícola, 1984.



**Anexo 2** Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Área agrícola, 1994.



**Anexo 3** Municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério. Área agrícola, 2004.





**Anexo 5** Brasil, estado da Bahia, Microrregião de Barreiras, municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.  
Milho: Área Plantada e Quantidade Produzida, 1990 – 2009.

Brasil, Unidade da Federação, Microrregião	Milho X Ano																			
	Área plantada (Hectares)																			
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	12.023.771	13.580.647	13.886.814	12.876.384	14.522.806	14.182.486	12.505.585	12.825.504	11.234.423	12.418.490	12.648.005	12.912.390	12.304.986	13.343.992	12.864.838	12.249.101	12.997.372	14.010.838	14.747.249	13.791.219
Bahia	418.477	578.094	514.642	544.137	744.885	502.425	619.529	691.796	522.780	667.839	674.267	689.388	705.592	799.359	810.965	802.294	799.213	843.328	825.329	890.379
Microrregião Barreiras	28.483	43.637	42.319	42.849	45.830	55.884	59.849	89.883	53.184	76.369	104.209	140.893	86.170	118.161	130.481	116.349	103.800	129.675	147.215	139.485
Barreiras- BA	7.138	11.654	20.192	18.550	17.546	20.695	23.800	42.600	25.168	28.496	45.296	26.263	16.460	31.319	32.392	24.685	22.700	26.870	29.850	27.450
Luí sEduardo Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33.852	19.666	18.106	22.468	14.530	13.300	15.800	17.735	16.400
São Desidério	15.657	18.740	11.235	13.123	22.284	22.832	26.900	38.960	21.916	35.400	41.913	58.683	34.744	44.420	48.399	43.198	39.300	47.100	55.450	54.535
	Quantidade produzida (Toneladas)																			
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	21.347.774	23.624.340	30.506.127	30.055.633	32.487.625	36.266.951	29.652.791	32.948.044	29.601.753	32.239.479	32.321.000	41.962.475	35.940.832	48.327.323	41.787.558	35.113.312	42.661.677	52.112.217	58.933.347	51.232.447
Bahia	127.041	440.568	446.422	527.729	711.106	675.352	740.214	1.066.778	633.343	895.224	1.321.569	992.852	849.743	1.216.855	1.610.524	1.616.464	1.124.206	1.635.849	1.884.042	2.157.719
Microrregião Barreiras	19.908	152.999	137.839	211.904	235.170	308.454	337.119	495.851	311.397	450.396	590.094	644.804	485.628	630.024	780.246	692.174	394.780	767.391	978.160	1.089.500
Barreiras	5.025	41.372	67.340	90.966	90.087	115.793	138.261	238.950	153.662	174.195	261.282	121.754	93.274	167.217	194.482	149.061	89.700	156.420	195.330	211.896
Luí sEduardo Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	167.934	124.394	104.806	142.359	93.438	54.940	96.180	120.723	131.883
São Desidério	10.960	64.653	37.750	70.621	116.187	130.138	157.219	217.923	130.517	209.833	244.908	271.672	203.359	249.290	299.856	276.072	161.340	284.286	380.133	436.597

Fonte: IBGE- Produção Agrícola Municipal

**Anexo 6** Brasil, estado da Bahia, Microrregião de Barreiras, municípios de Barreiras, Luís Eduardo Magalhães e São Desidério.  
Algodão Herbáceo: Área Plantada e Quantidade Produzida, 1990 – 2009.

Brasil, Unidade da Federação,	Algodão X Ano																			
	Área plantada (Hectares)																			
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	1.516.168	1.495.023	1.641.272	1.021.279	1.077.753	1.121.814	756.229	623.035	862.521	686.322	811.848	893.150	763.992	719.074	1.159.677	1.265.618	910.382	1.131.195	1.066.996	807.876
Bahia	188.029	175.525	184.075	126.340	136.528	157.317	133.557	179.510	112.586	42.691	55.952	58.629	75.264	86.353	203.939	257.377	242.066	301.928	310.081	289.758
Microrregião de Barreiras	510	4.772	4.703	1.970	1.065	3.079	2.710	2.000	3.500	9.000	33.991	37.278	49.543	57.277	148.198	187.868	196.687	248.805	247.412	220.728
Barreiras	510	3.322	1.804	725	290	1.339	1.100	1.300	1.050	3.140	8.150	6.680	9.526	13.653	34.044	38.315	40.107	48.931	40.661	23.604
Luís Eduardo Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.124	4.945	4.185	14.230	20.037	20.970	26.564	28.053	15.180
São Desidério	-	230	780	122	630	1.610	1.610	700	960	2.930	17.061	16.970	24.355	29.665	81.006	100.177	104.890	132.405	136.756	147.519
	Quantidade produzida (Toneladas)																			
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	1.783.175	2.041.123	1.863.077	1.127.364	1.350.814	1.441.526	952.013	821.271	1.172.017	1.477.030	2.007.102	2.643.524	2.166.014	2.199.268	3.798.480	3.666.160	2.898.721	4.110.822	3.983.181	2.928.205
Bahia	109.361	137.033	103.860	102.359	128.329	76.090	51.740	82.445	41.532	50.146	132.675	170.092	179.971	276.360	704.163	822.401	810.253	1.125.240	1.167.947	916.895
Microrregião de Barreiras	1.033	2.994	1.956	2.255	800	6.843	6.623	3.700	7.995	24.570	100.085	136.445	138.569	217.331	571.597	682.165	701.722	988.899	966.088	730.703
Barreiras	1.033	2.232	750	1.199	218	3.252	2.750	2.250	2.363	8.304	24.630	24.944	19.742	52.259	131.392	140.079	143.080	194.500	158.586	83.160
Luís Eduardo Magalhães	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.031	10.406	15.941	55.122	72.885	74.804	105.592	109.758	49.432
São Desidério	-	121	324	104	473	3.425	3.873	1.450	2.280	8.794	51.749	62.607	84.814	112.058	312.382	363.032	374.230	526.310	534.342	485.683

Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal